



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
Faculdade de Ciências Aplicadas



STEFANY MICHELLI DA SILVA

**CIBERATIVISMO: REDES DE EMPODERAMENTO E  
RECONFIGURAÇÃO DA REALIDADE**

LIMEIRA  
2024



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
Faculdade de Ciências Aplicadas



STEFANY MICHELLI DA SILVA

**CIBERATIVISMO: REDES DE EMPODERAMENTO E  
RECONFIGURAÇÃO DA REALIDADE**

*Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Mestra em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.*

*Orientador:* Prof. Dr. Rafael de Brito Dias

*Coorientador:* Prof. Dr. Rodrigo Alberto Toledo

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO  
DEFENDIDA PELA ALUNA STEFANY MICHELLI DA SILVA E ORIENTADA  
PELO PROF. DR. RAFAEL DE BRITO DIAS.

LIMEIRA  
2024

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca da Faculdade de Ciências Aplicadas  
Ana Luiza Clemente de Abreu Valério - CRB 8/10669

Si38c Silva, Stefany Michelli da, 1993-  
Ciberativismo : redes de empoderamento e reconfiguração da realidade /  
Stefany Michelli da Silva. – Limeira, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Rafael de Brito Dias.

Coorientador: Rodrigo Alberto Toledo.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade  
de Ciências Aplicadas.

1. Ciberativismo. I. Dias, Rafael de Brito, 1982-. II. Toledo, Rodrigo Alberto.  
III. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Aplicadas. IV.  
Título.

Informações Complementares

**Título em outro idioma:** Cyberactivism: networks of empowerment and reality  
reconfiguration

**Palavras-chave em inglês:**

Cyberactivism

**Área de concentração:** Modernidade e Políticas Públicas

**Titulação:** Mestra em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

**Banca examinadora:**

Rafael de Brito Dias [Orientador]

Thales Haddad Novaes de Andrade

Rodrigo Ribeiro de Sousa

**Data de defesa:** 24-04-2024

**Programa de Pós-Graduação:** Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais  
Aplicadas

**Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)**

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0009-0000-5257-4020>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/5537389914220945>

## **Folha de Aprovação**

**Autor(a):** Stefany Michelli da Silva

**Título:** Ciberativismo redes de empoderamento e reconfiguração da realidade.

**Natureza:** Dissertação

**Instituição:** Faculdade de Ciências Aplicadas – FCA/Unicamp

**Data da Defesa:** Limeira-SP, 24 de abril de 2024

### **BANCA EXAMINADORA:**

Prof. Dr. Rafael de Brito Dias (orientador)  
Faculdade de Ciências Aplicadas - FCA/Unicamp

Prof. Dr. Rodrigo Ribeiro de Sousa (membro)  
Faculdade de Ciências Aplicadas - FCA/Unicamp

Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade (membro externo)  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

A Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

## DEDICATÓRIA

*Àquela que ficou acordada noites adentro, que adoeceu no processo, que segurou o choro, que pensou em desistir, que decidiu continuar: eu.*

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus orientadores Rafael e Rodrigo pelo apoio no desenvolvimento da minha dissertação e pela compreensão diante das minhas dificuldades.

*Ninguém tem o direito de aprisionar um pensamento,  
por mais vadio que ele seja.  
Sérgio Vaz*

## RESUMO

O presente trabalho se refere a pesquisa sobre o uso das redes sociais digitais como forma de mobilização social: de que maneira o ciberativismo influencia a organização e o desenvolvimento de protestos políticos, criando um espaço híbrido entre ruas e redes? Para responder a essa pergunta, os acontecimentos referentes às Jornadas de Junho de 2013 no Brasil são trazidos à luz, evidenciando o quanto a sociedade em rede mudou a maneira como o conhecimento político é criado e disseminado e o quanto as Jornadas foram um marco dessa transformação no país. Essas mobilizações fazem parte de um contexto global, ou seja, desde a Primavera Árabe ciberespaço passou a ser o principal meio usado por movimentos ao redor do mundo para expressarem sua rejeição à organização formal instituída, estabelecerem um diálogo, uma estrutura de atuação horizontal, tomarem decisões, convocar protestos e exporem sua indignação com relação às instituições políticas pelas quais não se sentem representados. Aprofundando essa temática, também é considerado aqui o potencial do ciberativismo para reconfigurar a realidade política, alterando seu ritmo, instituindo novas demandas e sendo usado como ferramenta de contrapoder. Indivíduos e grupos encontraram nas redes online uma fonte de empoderamento, abrindo espaço para uma nova forma de fazer democracia e também para movimentos de extrema direita antidemocráticos, que usam o ciberespaço para espalhar notícias falsas e construir a figura do inimigo público, como estratégia de engajamento e manipulação política.

**Palavras-chave:** Ciberativismo; Mobilizações; Jornadas; Redes; Ciberespaço.

## ABSTRACT

This work refers to research on the use of digital social networks as a form of social mobilization: how does cyberactivism influence the organization and development of political protests, creating a hybrid space between streets and networks? To answer this question, the events related to the June 2013 Journeys in Brazil are brought to light, highlighting how much the network society has changed the way political knowledge is created and disseminated and how much the Journeys were a milestone of this transformation in the country. These mobilizations are part of a global context, that is, since the Arab Spring, cyberspace has become the main means used by movements around the world to express their rejection of the formally instituted organization, establish a dialogue, a horizontal action structure, make decisions, call protests and expose their indignation with regard to political institutions by which they do not feel represented. Deepening this theme, the potential of cyberactivism to reconfigure political reality is also considered here, altering its rhythm, instituting new demands and being used as a counterpower tool. Individuals and groups found in online networks a source of empowerment, opening space for a new way of doing democracy and also for anti-democratic far-right movements, which use cyberspace to spread fake news and build the figure of the public enemy, as a strategy for engagement and political manipulation.

**Keywords:** Journeys; Cyberactivism; Cyberspace; Networks; Mobilizations.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-Pesquisa sobre comportamento online.....	47
Figura 2-Protestos em São Paulo.....	87
Figura 3-Protestos em São Paulo.....	87
Figura 4-Cantores Christina Aguilera, Justin Timberlake e Britney Spears .....	88
Figura 5-A esquerda campanha original da Fiat e a direita convocação para os protestos de junho de 2013 .....	89
Figura 6-Impacto da #vemprarua .....	89
Figura 7-A esquerda campanha original Johnnie Walker e a direita convocação para os protestos de junho de 2013. ....	90
Figura 8-Faixas em resposta a violência policial.....	93
Figura 9-Cartazes e faixas contra a violência física e simbólica promovida pelas instituições. ....	94
Figura 10-A esquerda abordagem policial com uso de gás lacrimogêneo e à direita montagem apresentando o mesmo policial pichando um muro. ....	94
Figura 11-A direita mixagem a partir de imagem real dos protestos e a direita charge questionando a violência policial nos protestos contra o aumento da tarifa. ....	95
Figura 12-A esquerda um meme em tom irônico e a direita uma charge sobre a repressão ao uso do vinagre nos protestos de junho de 2013.....	96
Figura 13-Manifestantes promovendo o uso do vinagre como estratégia de engajamento.....	96
Figura 14-Debate no facebook em 2013.....	108
Figura 15-Progresso da polarização em 2014 e 2016.....	108

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1-Cronologia de Junho de 2013 .....	76
Tabela 2-Atuação da direita no mês de junho de 2013.....	101

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**CETIC:** Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação

**CGI:** Comitê Gestor da Internet

**ECMI/FGV:** Escola de Comunicação da Fundação Getúlio Vargas

**IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ITS:** Instituto Tecnologia e Sociedade

**MBL:** Movimento Brasil Livre

**MPL:** Movimento Passe Livre

**MST:** Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

**MTST:** Movimento dos Trabalhadores sem Teto

**PEC:** Proposta de Emenda Constitucional

**PNAD:** Pesquisa Nacional de Desempenho e Desenvolvimento

**PT:** Partido dos Trabalhadores

**TIC:** Tecnologias da Informação e Comunicação

**UNESCO:** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**USP:** Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1 - RUAS: QUE GRITOS SÃO ESSES? .....</b>	<b>18</b>
1.1 As explosões contemporâneas .....	18
1.2 O abismo entre sociedade e Estado .....	30
1.3 Atores Sociais .....	35
1.4 Repertórios de confronto .....	39
<b>CAPÍTULO 2 - REDES: DA ESPERANÇA AO CAOS.....</b>	<b>44</b>
2.1 Territórios em disputa.....	44
2.2 Mídias sociais: símbolos e significados.....	48
2.3 O ciberativismo como ágora política? .....	52
2.4 Empoderamento.....	56
2.5 Os códigos invisíveis .....	67
<b>CAPÍTULO 3 - JORNADAS DE JUNHO: ENTRE RUAS E REDES .....</b>	<b>74</b>
3.1 Problemas no paraíso? .....	74
3.2 #vemprarua: espaços híbridos .....	82
3.3 Saímos do facebook: símbolos e discursos.....	86
3.4 Quando acaba Junho? Aproximações e distanciamentos entre as jornadas de 2013 e a tentativa de golpe de 2023 .....	97
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>115</b>
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>122</b>

## INTRODUÇÃO

O interesse pela temática do ciberativismo é fruto de uma pesquisa sobre o repertório de confronto dos movimentos sociais, que desenvolvi entre 2013 e 2016 para a minha monografia apresentada na graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara. Durante a graduação (2012-2017), vivi um período de intensa mobilização social dentro do campus na forma de abaixo-assinados, protestos e greves, bem como fora dele, especialmente com as jornadas de 2013 e com a polarização política que orientou o país a partir de 2014. Essa atmosfera gerou curiosidade não apenas em estudar a força dos movimentos sociais, mas também suas estratégias de confronto e de busca por apoio popular.

Ao observar as mobilizações que ocorriam ao meu redor, notei que o tipo de repertório de confronto adotado pelos movimentos gerava a aprovação social, ou seja, no apoio daqueles que não fazem parte do movimento. Movimentos que usam estratégias mais radicais que impedem a livre circulação ou usam de violência, acabam por gerar conflitos e, por vezes, perdem apoio, ocorrendo inclusive a deslegitimação de suas pautas. Dada esta constatação, decidi estudar as ruas, a partir das ações dos movimentos sociais que compõem seu repertório de confronto, que envolvem não apenas o que as pessoas fazem quando estão engajadas num conflito com outros, mas o que elas sabem sobre como fazer e o que os outros esperam que façam (TARROW, 2009), colocando no centro da minha análise os acontecimentos referentes às Jornadas de Junho de 2013.

No decorrer da pesquisa de monografia identifiquei que as redes sociais online tiveram um papel importante na circulação de informações (e desinformação), assim como as trocas de experiências vividas no decorrer das jornadas, interferindo na interpretação social sobre as mobilizações. Então, dediquei um capítulo da minha monografia para tratar da atuação das mídias televisiva, impressa e digital na formação da opinião pública sobre o repertório de confronto usado durante junho de 2013. A produção deste capítulo proporcionou o surgimento de dúvidas quanto a maneira como o ativismo online havia contribuído para o aumento do número de participantes nas ruas, para a multiplicação das pautas e para a mudança no olhar direcionado aos protestos, para além dos seus aspectos violentos ou estranhos, trazendo à tona diversos problemas sociais que justificavam não apenas a existência destes protestos, como também questionavam o porquê eles demoraram tanto a acontecer, dando origem a *hashtag* “o

gigante acordou”, compartilhadas milhares de vezes, expressando o despertar de uma nação vista como, até então, adormecida.

Tais questionamentos me motivaram a entrar no Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Faculdade de Ciências Aplicadas da UNICAMP, conduzindo meus estudos agora para as redes sociais digitais e sua relação com as ruas, considerando que nos movimentos sociais que eclodiram no mundo de 2011 a 2013, indivíduos e grupos encontraram nas novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) ferramentas para expressar suas ideias, demandas, preocupações políticas e o sentimento de crise de representatividade. Esses movimentos tiveram a internet como principal plataforma de debate político e de convocação de manifestações, entre eles estão os levantes da Primavera Árabe no Oriente Médio (2011), dos Indignados na Espanha (2011), o movimento Occupy Wall Street (2011) nos EUA, as Jornadas de Junho no Brasil (2013) e os recentes protestos em Hong Kong (2019-2020), que causaram um grande impacto político, encontrando nas redes sociais online uma fonte de empoderamento.

Nesses casos e em tantos outros, o desenvolvimento das TICs - especialmente da ampliação do caráter interativo da internet - possibilitou a incrementação do diálogo, da deliberação e do feedback, em grande parte devido a velocidade com que ocorre a propagação da comunicação entre os manifestantes, das decisões e das táticas de ação (VIEIRA, 2013). O surgimento de uma “cultura da internet”, constituída pela articulação entre blogueiros, redes sociais e autonomia na comunicação, também foi importante para essas revoltas, pois ajudaram na construção das redes de indignação (CASTELLS, 2013). Na cibercultura ocorre a conexão entre o mundo material e o mundo virtual de forma tão profunda que se torna difícil separar essas duas dimensões, e essa conexão possibilita a formação dos espaços híbridos, onde as redes influenciam as ruas e vice-versa.

Para tratar de tais questões, esta pesquisa se propôs a analisar os acontecimentos referentes às Jornadas de Junho 2013, estabelecendo um diálogo entre ruas e redes, investigando a formação dos espaços híbridos e os atores sociais envolvidos no que foi a maior movimentação social brasileira do século XXI e o primeiro grande movimento alimentado pelas novas tecnologias de comunicação advindas da internet, como o facebook, o twitter e o youtube, deixando marcas profundas no tecido social, especialmente no que diz respeito à práxis política, nos ajudando a entender como o ciberativismo promove significados, faz construções simbólicas, estabelece novas pautas e instiga revoltas, fazendo dos protestos de junho de 2013 um marco de sua demonstração de empoderamento.

O ciberespaço é entendido enquanto um território político, já que o mundo virtual tem se comportado como uma extensão do mundo material, portanto, um local onde as demandas por direitos, os conflitos políticos e a formação da opinião pública também acontecem. Os atores sociais (indivíduos e grupos) encontraram nas redes online uma facilidade para se posicionarem em relação aos assuntos que permeiam a vida em sociedade, denunciar abusos e preconceitos, bem como reivindicarem o seu papel como cidadãos ativos, que participam da democracia de seu país para além do voto nas urnas, tornando o ciberativismo uma ferramenta de contrapoder diante do abismo existente entre a população e os líderes que deveriam representá-la. Porém, algumas potencialidades da internet que a tornam tão relevante à participação popular, podem ser usadas para manipular a opinião pública, disseminar mentiras e reconfigurar a realidade numa direção antidemocrática. Essas problemáticas estão relacionadas a essência da internet chamada popularmente de “terra de ninguém”, por ser um espaço onde as pessoas podem expressar suas opiniões, sem necessariamente ter que se comprometer com elas, é um lugar onde a credibilidade da informação raramente é questionada, tornando-se suscetível às notícias falsas, onde ideias políticas viraliza, sendo muitas vezes impossível rastrear sua origem, considerando que na internet a dificuldade não é falar e sim ser ouvido (AMADEU, 2019). Para compreender esse fenômeno, são investigados os atores sociais e as técnicas envolvidas no processo de desvalorização da verdade, manipulação política e promoção de valores antidemocráticos em curso nos últimos anos.

No primeiro capítulo (*Ruas: que gritos são esses?*) o objetivo é entender os motivos que levam as pessoas a se organizarem através de movimentos sociais e fazerem da práxis a essência de suas mobilizações, bem como as transformações pelas quais passaram ao longo das décadas, tanto em termos de reivindicações, quanto à adesão às novas tecnologias de comunicação. É colocado em debate a teoria dos novos movimentos sociais, bem como sua relação com a crise de representatividade intensificada por uma política neoliberal e conservadora, que influencia a formação e organização das mobilizações contemporâneas. Neste capítulo também é analisada a relação dos movimentos sociais com o espaço público, que é usado tanto para dar visibilidade às ações de um movimento, quanto para compor o repertório de confronto dos protestos que usam o às ruas para reivindicar o direito à cidade. Através de momentos de demonstração, representação e ruptura, os movimentos sociais interrompem a rotina cotidiana para lembrar a sociedade de sua existência e da desigualdade social gritante, que ecoa na segregação urbana, tendo na moradia, no transporte, na segurança e na saúde seus principais eixos de reprodução da mentalidade neoliberal.

Com o intuito de tratar do papel das redes sociais digitais e do ciberativismo visto nos protestos ocorridos especialmente a partir de 2011, o segundo capítulo nomeado *Redes: da esperança ao caos*, apresenta a evolução da internet no que se refere às suas novas ferramentas, aumento da velocidade, surgimento das redes sociais e o crescimento do número de usuários no mundo, que contribuíram para a formação de uma cibercultura e de uma inteligência coletiva que conecta o mundo virtual e o mundo físico, nos obrigando a expandir a nossa noção de território e de participação política. A narrativa construída, demonstra que o uso de redes como o facebook, fazem parte do processo de empoderamento gerado pelo ciberativismo e alteram a forma como o conhecimento e o debate político são criados e compartilhados, tornando um desafio lidar com o excesso de informação e com as notícias falsas propagandas na internet. Empresas e grupos de direita ocupam o ciberespaço disputando a atenção dos usuários para promover suas pautas neoliberais, conservadoras e antidemocráticas, nos fazendo questionar o potencial democrático da internet.

No último capítulo (*Jornadas de Junho: entre ruas e redes*), os acontecimentos desenvolvidos nos protestos de junho de 2013 no país são trazidos à tona, na tentativa de compreender como o ciberativismo contribuiu na reconfiguração dos protestos, das expectativas e da participação popular, ao formar redes de contrapoder e resistência. Também é posto em discussão uso das ferramentas digitais financiadas por parte de grupos de direita – partidários ou não – para interferir no rumo das decisões política, para questionar a democracia e promover movimentos de extrema direita a partir dos protestos de 2013, com o auxílio de especialistas em algoritmos como as think tanks.

Ao assistirmos as cenas de invasão e depredação do Congresso Nacional no dia 8 de janeiro de 2023 por um grupo de golpistas que negavam a lisura das eleições presidenciais, pedindo o fechamento do congresso e intervenção militar, muitos se perguntaram, como chegamos a esse ponto? O objetivo deste estudo não é responder a essa pergunta, mas elucidar o poder do ciberativismo no caminho trilhado desde junho de 2013 e sua relação com o bolsonarismo, com as práticas neoliberais e com fortalecimento da extrema direita no país, sem cair na armadilha de ver as jornadas como as raízes de todos os males políticos que acometeram o Brasil desde então, mas sim ver o seu papel dentro de um contexto histórico marcado por disputas econômicas, políticas e ideológicas.

## CAPÍTULO 1

### RUAS: QUE GRITOS SÃO ESSES?

Vocês dizem que não entendem  
 Que barulho é esse que vem das ruas  
 Que não sabem que voz é essa  
 que caminha com pedras nas mãos, em busca  
 de justiça, porque não dizer, vingança.  
 Dentro do castelo, às custas da miséria  
 humana.  
 Alega não entender a fúria que nasce dos sem  
 causas, dos sem comida e dos sem casas.  
 Quem grita somos nós, os sem educação, os  
 sem hospitais e sem segurança.  
 Somos nós, órfãos de pátria  
 Os filhos bastardos da nação.  
 Somos nós, os pretos, os pobres,  
 Os brancos indignados e os índios  
 Cansados do cachimbo da paz (...)  
 Tenham medo sim,  
 Somos nós, os famintos,  
 Os que dormem nas calçadas frias,  
 Os escravos dos ônibus negreiros,  
 Os assalariados esmagados no trem,  
 Os que na tua opinião,  
 Não deviam ter nascido.  
 Teu medo faz sentido,  
 Em tua direção  
 Vai as mães dos filhos mortos  
 Os pais dos filhos tortos  
 Te devolverem todos os crimes  
 Causados pelo descaso da sua consciência (...)

(VAZ, 2013)

#### 1.1 As explosões contemporâneas

O poema *Somos nós*, produzido pelo poeta Sérgio Vaz durante os turbulentos protestos de junho de 2013, nos conduz a uma jornada de reflexão acerca das motivações e ações dos movimentos sociais, nos convidando a pensar sobre a sua essência e, assim, entender o barulho

que vem das ruas e tenta romper com a paralisia do cotidiano, canalizar a insatisfação e achar os pares da e na indignação (PINHEIRO-MACHADO, 2019).

Segundo Habermas, a estrutura da sociedade civil é propícia ao debate de problemas sociais, bem como ao desenvolvimento da vontade e da opinião pública. Partindo desta afirmação, nota-se o caráter ativo dos indivíduos organizados em movimentos sociais, sendo capazes de construir e reconstruir a realidade quando esta não for de encontro aos seus objetivos. Logo, tem-se que a própria constituição da sociedade é favorável ao surgimento e desenvolvimento de movimentos sociais, na medida em que estes são uma forma de ação coletiva a partir de atores que compartilham identidades, solidariedades ou enfrentam estruturas sociais e práticas culturais dominantes (GOHN, 2000). As Jornadas de Junho são um exemplo disso, tendo no aumento das passagens de ônibus na cidade de São Paulo o estopim para diversas manifestações de solidariedade e de denúncia na precariedade do transporte público, além de porta de entrada para a exigência de outras demandas sociais em todo o país. Diante dessas afirmações, é possível atribuir aos movimentos sociais a definição encontrada nas palavras de Glória Gohn:

movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer - por meio de um conjunto de práticas sociais- e um pensar - por meio de um conjunto de ideias que motiva ou fundamenta a ação. Trata-se de uma práxis, portanto (GOHN, 2000, p.12).

A concepção de Antonio Gramsci sobre movimentos sociais como práxis oferece uma perspectiva aprofundada sobre o tema. Para Gramsci, a práxis é a interseção do conhecimento e da existência, refletindo a fusão de teoria e ação, e reconhecendo que as ideias são um espelho das atividades tangíveis e aspirações dos indivíduos. Movimentos sociais, portanto, emergem e são moldados pelos conhecimentos forjados ao longo da história em meio a conflitos sociais, bem como pelos triunfos e revezes enfrentados. Durante esse processo, a identidade coletiva é gradualmente construída entre os membros do movimento, através de uma relação dialética onde os indivíduos, unidos, dão forma ao movimento e são, por sua vez, moldados por ele. A identidade coletiva se fortalece à medida que angústias pessoais são reconhecidas como compartilhadas, emergindo do contexto social e ressoando na esfera privada. Os riscos enfrentados em protestos e as vitórias e derrotas na luta social incentivam os participantes a fortalecerem seu senso crítico. Isso explica como pessoas que inicialmente se juntam ao movimento de forma tímida e apreensiva podem se transformar em oradores e líderes influentes, através de suas vivências e participação ativa em manifestações, assembleias e greves. A práxis

transforma a determinação em otimismo, gerado pela habilidade de organizar, agir com racionalidade, semear as bases de uma nova ordem social e, quando necessário, defender vigorosamente as conquistas alcançadas. O lema do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), "ocupar, resistir e produzir", ilustra bem essa ideia (VASQUEZ, 2006).

Os movimentos sociais, quando entendidos como práxis, explicam a necessidade de ações para reivindicar direitos, participação política, apoio popular ou mesmo mudança de consciência social. Historicamente, esses movimentos têm lutado para transformar comportamentos sociais, para influenciar políticas públicas, modificar os processos de demanda estatal, para incluir a sociedade civil em novos espaços participativos e podem ser considerados cíclicos, como as ondas do mar, que vem e vão seguindo a dinâmica dos conflitos sociais, da reivindicação de direitos, da manutenção ou reconstrução do velho (GOHN, 2000).

Como alerta o filósofo Touraine (1999), é preciso cautela para identificar um movimento social e não confundi-lo com “grupos de interesses” manifestos por ONGs ou lobby, que não representam nem criam novas identidades, pois nem toda ação coletiva que promove a modificação do status quo é resultado da ação de movimentos sociais.

A noção de movimento social só é útil se permitir pôr em evidência a existência dum tipo muito particular de ação coletiva, aquele tipo pelo qual uma categoria social, sempre particular, questiona uma forma de dominação social, simultaneamente particular e geral, invocando contra ela valores e orientações gerais da sociedade, que ela partilha com seu adversário, para privar este de legitimidade (TOURAINÉ, 1999, p. 13).

Algumas teorias foram construídas na tentativa de compreender a essência dos movimentos sociais. A teoria do comportamento coletivo, por exemplo, traz uma visão funcional da sociedade, onde as disfunções societárias seriam responsáveis por produzir tipos de comportamentos coletivos e a própria sociedade é vista como desorientada, fazendo da mobilização uma estratégia para recompô-la. Para o sociólogo Émile Durkheim, as regras morais eram um fator que impunha condições de solidariedade, por serem um conjunto de vínculos que nos prendem uns aos outros e a sociedade, a moral, portanto, é tudo o que é fonte de solidariedade, tudo o que força o homem a se distanciar do egoísmo e contar com outras pessoas (DURKHEIM, 1893). A anomia deslocaria os indivíduos dos seus papéis e identidades tradicionais, levando-os a buscar novas identidades coletivas, através da reintegração pessoal em movimentos.

Ao compreender a nova organização do capitalismo pela via da anomia, pudemos identificar um paradoxo no qual, ao mesmo tempo em que os indivíduos ganham liberdade, eles sucumbem ao desamparo frente ao surgimento de uma atmosfera de indeterminação. O relaxamento da regulação moral, a descrença na ciência, a falência do Estado e a reorganização no campo do trabalho produziram efeitos sistêmicos nas formas de vida contemporâneas. A conquista da mobilidade social e a valorização do individualismo vieram acompanhadas de situações de sofrimento derivadas de uma desorientação quanto ao significado da vida (ALVES et al., 2018, p. 126).

Teorias marxistas trazem os conflitos para o campo da luta de classes, da relação entre capital e trabalho, enfatizando os descontentamentos vistos nos comportamentos coletivos, como uma revolta entre camadas sociais antagônicas. Nesta teoria, há também uma grande preocupação em lançar as bases da ação política destes movimentos e, assim, contribuir para a práxis revolucionária. Para Marx, a própria consciência de classe é adquirida através da práxis, ou seja, a classe operária por si mesma, em sua luta real se eleva a certo nível de consciência proletária, antes mesmo da existência de alguma teoria científica do socialismo, pois toda práxis pressupõe uma consciência, que não é necessariamente científica, mas que traz à luz a realidade social, política e econômica de uma sociedade e o dever de tomar atitudes em relação a ela.

A teoria científica do socialismo surge como uma atividade específica, teórica, dos que já assumiram um ponto de vista de classe, mas surge em relação com a própria prática, a luta de classes, e não paralela ou independente dela (...). Se o homem vivesse em plena harmonia com a realidade, ou em total conciliação com o seu presente, não sentiria a necessidade de negá-los idealmente nem de configurar em sua consciência uma realidade ainda inexistente” (VÁZQUEZ, 2006, p. 221).

As práticas dos movimentos sociais são práxis, justamente por serem reais e objetivas, transformando assim o mundo interior ou exterior dos grupos sociais. Sem essa ação prática e objetiva sobre a realidade não há práxis, ou seja, atividades apenas psíquicas ou espirituais não transcendem a consciência e nem se objetivam materialmente. Ainda que esta práxis não traga resultado as exigências feitas, por meio de conquistas políticas, pode ser bem-sucedida ao promover uma reflexão sobre os problemas sociais existentes e estabelecer uma identidade coletiva, pois a participação em movimentos além de politizante, também gera um “poder psicológico”, como a disposição de assumir riscos (VASQUEZ, 2006). Isso pode ser notado também nas mobilizações do século XXI, que apresentam uma práxis marcada pela ampliação das reivindicações para além da classe social e do partidarismo, englobando, por exemplo, questões multiculturais, identitárias e de diversidade de gênero, além de terem incorporado em seus repertórios as novas tecnologias da informação como a internet, que contribuíram na

formação de protestos a partir das multidões de indignados, que tem a crise de representatividade como um dos catalisadores de sua práxis.

Teorias desenvolvidas no final do século XIX começaram a identificar o individualismo exacerbado da sociedade moderna como responsável pela produção de personalidades narcisistas, voltadas para autossatisfação, ignorando a política.

Dado o caráter cômodo da dominação do capitalismo tardio ou na sociedade de massa operada via consumo e afinada com o padrão dominante de individuação, a mobilização coletiva eclodiria apenas como irracionalidade, ou, como explosão reativa de frustrações individuais, que as instituições momentâneas não lograriam canalizar (ALONSO, 2009, p.50).

Stuart Hall em sua obra *Identidade cultural na pós-modernidade* (1992), argumenta que a sociedade moderna libertou o indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas, para ele o nascimento do “indivíduo soberano” entre o Humanismo Renascentista do século XVI e o Iluminismo do século XVIII, representou uma ruptura importante com o passado (HALL, 2005). No artigo atemporal de Benjamin Constant de 1874<sup>1</sup>, ele compara a liberdade dos antigos a dos modernos, evidenciando a pré-disposição dos antigos a se submeterem completamente à autoridade do todo, enquanto os modernos não sacrificam sua independência individual. Os seres humanos da modernidade estão extremamente envolvidos com suas vidas, não tendo tempo para se dedicarem ao coletivo, nem tem vontade de “abrir mão” de sua rotina privada, além do indivíduo acreditar que os benefícios serão ínfimos, justamente por não perceber a influência que exerce já que se encontra “perdido na multidão”. Segundo Constant, o objetivo dos modernos é a segurança dos privilégios privados, entendendo o conceito de liberdade como as garantias oferecidas pelas instituições a esses privilégios. Ou ainda nas palavras de Silva:

Uma espécie de pleito do cidadão pelo direito de ir e vir, divertir-se, consumir sem ser importunado, criar os filhos, poder comprar o carro do ano sem ser molestado, tudo isso avivado por recentes incursões à Europa, onde essa gentilha não importuna ninguém (SILVA, 2013, p.37).

Constant especula que a própria decisão de viver em uma democracia representativa, se relacione a este individualismo, já que também pela falta de tempo e disposição, a população

---

<sup>1</sup> CONSTANT, Benjamim. A liberdade dos antigos comparada à dos modernos. São Paulo: Revista Filosofia Política, 1985.

mundial decidiu delegar as tarefas políticas a representantes. A abolição da escravidão e o desenvolvimento do comércio contribuíram para que não houvesse espaço de inatividade na vida do homem, pois o comércio é o responsável por inspirar nos sujeitos um forte amor pela independência individual, atendendo suas necessidades, satisfazendo aos seus desejos, sem a intervenção de autoridades (CONSTANT, 2000). Enquanto os antigos eram autônomos na vida política, mas controlados em suas vidas particulares, nós modernos somos independentes em nossas vidas privadas, contudo gozamos de uma soberania restrita no que se refere à vida pública.

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman<sup>2</sup>, afirma que a sociedade moderna existe em sua atividade incessante de individuação e essa individuação hoje, tem um significado muito diferente do que a cem anos atrás, pois consiste em transformar a identidade humana de um dado a uma tarefa e encarregar os atores da responsabilidade de realizar essa tarefa e de suas consequências (BAUMAN, 2000). Isso significa que os indivíduos não mais nascem em suas identidades, mas precisam conquistá-la e afirmá-la diariamente ao longo de suas vidas, logo, é uma necessidade de tornar-se o que já se é, o que para Bauman é uma característica exclusiva da modernidade.

A classe social que surge na primeira modernidade, por exemplo, é fruto de uma realização que deve ser constantemente renovada e testada, através da autoafirmação, não basta ser burguês é preciso viver a vida como burguês ou ter um pertencimento fabricado, diferente dos estamentos na Idade Média, quando se tratava apenas de atribuição por nascimento (BAUMAN, 2000). As camadas mais baixas têm um poder de escolha e de autoafirmação menor que as outras, o que para o sociólogo os levava a buscar juntos suas realizações através de ações coletivas, enquanto seus padrões buscavam seus objetivos no individualismo, fazendo a orientação por classe presente na modernidade clássica uma corrente tão forte quanto os estamentos outrora.

Essa forma de modernidade se diferencia da atual, já que os lugares disponíveis atualmente, não prometem nem realização, descanso ou acomodação. Os indivíduos estão sempre em movimento, encontram-se permanentemente desalojados, o que Bauman chama de modernidade líquida. Com isso, a individuação é inevitável e não apenas uma escolha:

(...) a maneira como se vive torna-se uma solução biográfica das contradições sistêmicas. Riscos e contradições continuam a ser socialmente produzidos, são

---

<sup>2</sup> BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

apenas o dever e a necessidade de enfrentá-los que estão sendo individualizados (BAUMAN, 2000, p.43).

Esse tipo de sujeito Bauman classifica como indivíduo de jure, homens e mulheres passaram a acreditar na autocontenção e na autossuficiência, como se individualmente pudessem resolver todos os seus problemas e conseguir o sucesso. Os sujeitos se veem encurralados, sem ter a quem culpar pela própria miséria, procurando as causas de sua derrota na própria “indolência e preguiça”, vendo como única solução tentar com mais determinação.

Para o indivíduo, o espaço público não é muito mais que uma tela gigante em que as aflições privadas são projetadas sem cessar, sem deixarem de ser privadas ou adquirirem novas qualidades coletivas no processo da ampliação: o espaço público é onde se faz a confissão dos segredos e intimidades privadas. Os indivíduos retornam de suas excursões diárias ao espaço "público" reforçados em sua individualidade de jure e tranquilizados de que o modo solitário como levam sua vida é o mesmo de todos os outros ‘indivíduos como eles’ enquanto - também como eles - dão seus próprios tropeços e sofrem suas (talvez transitórias) derrotas no processo (BAUMAN, 2000, p.49).

O olhar do filósofo coreano Byung-Chul Han vai nessa mesma direção em sua obra “Sociedade do cansaço” (2015) quando trata das diferenças entre os indivíduos na sociedade do controle e na sociedade da auto-exploração. A sociedade de controle remete a ideia foucaultiana de dominação e vigilância das instituições, em que governos, escolas e empresas compelem os sujeitos a realizarem tarefas e a se comportarem do modo desejado através de mecanismos de domesticação dos corpos e das expectativas, os indivíduos da sociedade de controle se viam, portanto, pressionados e encurralados por fatores externos. Para o filósofo, atualmente os indivíduos se veem compelidos por si mesmos a corresponderem às expectativas sociais, políticas e econômicas que os cercam, passando do “dever fazer” para o “poder fazer”. Tem-se uma obsessão do indivíduo para consigo mesmo, numa busca incansável para atingir metas - muitas vezes irrealizáveis - mas estimuladas por uma sociedade que vende a ideia de que “tudo é possível se você se esforçar com vontade”, que bombardeia os sujeitos em suas redes sociais com vídeos de coaches financeiros, educacionais e até emocionais, tentando te convencer de que para atingir o sucesso basta usar a técnica certa, te prometendo emagrecimento ou riqueza de forma fácil e rápida. A sociedade do cansaço é aquela em que os indivíduos se encontram exaustos - física e emocionalmente - de se sentirem incompletos ou insuficientes, mas culpam a si mesmos por esse “fracasso”:

vive-se com a angústia de não estar fazendo tudo o que poderia ser feito, e se você não é um vencedor, a culpa é sua. Hoje a pessoa explora a si mesma

achando que está se realizando; é a lógica traiçoeira do neoliberalismo que culmina na síndrome de burnout. Não há mais contra quem direcionar a revolução, a repressão não vem mais dos outros. É “a alienação de si mesmo”, que no físico se traduz em anorexias ou em compulsão alimentar ou no consumo exagerado de produtos ou entretenimento (HAN, 2018, p. 27).

Para o sociólogo Anthony Elliott esse cenário tem sua origem a partir da década de 1990, quando surge um novo tipo de individualismo como reflexo da vida nas cidades sofisticadas e caras do Ocidente, baseadas nas redes corporativas, projetos de curto prazo, downsizing organizacional, manuais de autoajuda, consumismo compulsivo, cibersexo, remodelamento instantâneo de identidades e cultura terapêutica (ELLIOTT, 2018). Este novo individualismo se faz através de um profundo fascínio cultural e das investidas institucionais para a autoreinvenção. A globalização, como argumenta o sociólogo, opera em um eixo horizontal, universalizando as operações do capital multinacional e das novas tecnologias digitais pelo mundo, além de operar também no eixo vertical, reorganizando identidades e forjando o *ethos* do novo individualismo a seu serviço.

Viver na era global de um novo individualismo requer indivíduos capazes de projetar e dirigir suas próprias biografias, de definir identidade em termos de autorrealização e de empregar bens sociais e símbolos culturais para representar a expressão individual e a personalidade (...). É nessa ênfase na transformação instantânea – e, em particular, em seu planejado deslocamento e redução dos medos – que se distingue a teoria do novo individualismo das noções de “modernização reflexiva” e individualização na atual literatura da teoria social (ELLIOTT, 2018, p. 468).

Assim sendo, a vida cotidiana age como um mecanismo de adaptação à realidade e de acordo com o pesquisador Mauro Iasi<sup>3</sup>, ainda que a vida social seja repleta de problemas, a luta não é a regra. O indivíduo para não ser obrigado a sair da sua individualidade, foge da realidade através da televisão, das redes sociais online, da religião, dos videogames, das drogas lícitas ou ilícitas, normalmente os indivíduos serializados não se mobilizam, dando a impressão de que são uma minoria os que lutam (IASI, 2013). Isso explica o porquê durante as manifestações de junho de 2013, milhares de pessoas gritavam nas ruas e compartilhavam nas redes sociais a frase “o gigante acordou”, já que desde 1992 não ocorria no Brasil nenhum protesto daquele porte.

Ao longo dos séculos as características e práxis dos movimentos sociais se alteraram e para se referir às mobilizações contemporâneas podemos usar o termo novos movimentos

---

<sup>3</sup> Iasi, M. (2013). Educação, consciência de classe e estratégia revolucionária. *Perspectiva*, 31(1), 67–83. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2013v31n1p67>

sociais. Mas o que de fato eles tem de novo? De acordo com Boaventura de Souza Santos<sup>4</sup>, a maior novidade dos movimentos construídos a partir da década de 1990, é que eles são tanto uma crítica à regulação social capitalista quanto à emancipação social socialista, como foi definida pelo marxismo; ou seja, os novos movimentos sociais identificam formas de opressão que vão além das relações de produção - como é o caso do machismo e do racismo - e defendem um novo paradigma social menos baseado na riqueza e no bem-estar material do que na cultura e na qualidade de vida, essas questões não apenas se relacionam ao modo como se trabalha e produz, mas também com o modo como se descansa e vive (SANTOS, 2001).

Atualmente, esses movimentos buscam uma democracia participativa, não apenas representativa. A desilusão com as estruturas políticas existentes impulsiona esses grupos a exigir maior envolvimento nas decisões e administração dos assuntos públicos. Eles também lutam pela generalização de questões que eram vistas como individuais, com o objetivo de expandir a discussão e impactar a administração pública. Em resumo, os novos movimentos sociais:

podem ser considerados como as organizações populares que ganham visibilidade pelas novas formas de configuração da participação social, através da construção de identidades coletivas e laços sociais (redes sociais) em uma base holística, na qual se busca uma cidadania planetária, através de sua inserção nos espaços decisórios da política pública (CALDAS, 2015, p.72).

A socióloga Maria da Glória Gohn também nos ajuda a entender as mobilizações contemporâneas por meio da comparação dos conceitos de massa, povo e multidão. A categoria de massa remete a análises tradicionalistas do século XIX, marcado por mobilizações organizadas por militantes que atuam em organizações e conseguem mobilizar um grande número de pessoas. No século XX esse conceito ganha novos contornos, principalmente através da teoria crítica nos estudos de Adorno e Horkheimer, se referindo a grupos sem nenhuma autodefinição, grupos cooptados, grupos que acompanham ou se incorporam a eventos e acontecimentos sem nada entender, o que de fato acontece (GOHN, 2016).

Já a noção de povo foi bastante explorada na década de 1970 e 1980 por analistas dos movimentos sociais para se referir às camadas médias da população, classes trabalhadoras industriais e as então chamadas classes populares da periferia da cidade — que eram as que mais se organizavam e protestavam. O povo remetia a algo indiferenciado, no sentido de que não se definia quem era o sujeito da ação (GOHN, 2016).

---

<sup>4</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. Los nuevos movimientos sociales. OSAL, Septiembre 2001, p. 177-184.

Os novos atores em cena nas décadas de 1970 e parte de 1980, presentes nos movimentos sociais de base popular utilizavam e defendiam esta categoria: povo. O refrão “o povo unido jamais será vencido” é emblemático deste período, e o povo a que se referiam era o povo pobre das áreas periféricas, desassistidas de condições mínimas de sobrevivência no meio urbano (GOHN, 2016, p. 130).

A noção atual de "multidão", conforme argumentado por Antonio Negri e Michael Hardt, é a de um ente com identidades diversas. As multidões são agrupamentos formados em resposta a eventos ou circunstâncias específicas. Dessa forma, os movimentos sociais emergentes dessas multidões permitem a participação de indivíduos não afiliados a organizações estabelecidas em mobilizações, defendendo uma ampla gama de causas e ideais.

Pela frequência e pelas peculiaridades de suas demandas, fica claro que a multidão é o novo sujeito da sociedade brasileira. Novo sujeito do processo político em conflito com os velhos sujeitos, os da política como ação de estereótipos, os do cidadão aprisionado na camisa de força de conceitos rígidos forjados ainda na cultura da luta de classes. Mas a multidão não é classe, nem raça. A multidão desconstrói o regime político dualista das facções antagônicas (MARTINS, 2015, p. 82).

Como nos lembra Schumpeter (1961), o efeito multidão influencia o comportamento das pessoas, sendo capaz de despertar também a irracionalidade. O fenômeno da multidão, que não está limitado à aglomeração física, mas que remete à ideia de audiências de rádio, membros de partidos políticos e leitores de jornal, pode gerar “menor senso de responsabilidade e maior sensibilidade a influências não lógicas” (SCHUMPETER, 1961). As multidões são movidas pelo sentimento compartilhado de indignação, que inspira coragem e marcam o encontro de milhares de vozes insatisfeitas com questões sociais variadas que se relacionam à saúde, educação, transporte, moradia, racismo, machismo, corrupção ou outra questão que fale ao coração dos sujeitos que participam dessas mobilizações e protestos. É por isso que as multidões não possuem uma forma específica, nem um único porta-voz, tampouco defendem apenas uma demanda. É por isso que nas multidões são bem-vindas pessoas que militam por uma causa há muito tempo, assim como aqueles que nunca se engajaram em um protesto. Portanto, é muito importante entender a categoria da indignação, observando como as emoções e comoções levam milhares de pessoas a se mobilizarem, a sair de suas zonas de conforto, de suas práticas rotineiras e aderirem a causas coletivas, como ir a uma manifestação (HESSEL, 2011; e MOORE, 1987).

E o fantasma do individualismo? Como na sociedade ocidental moderna a unidade social é marcada pelo indivíduo em suas diferentes versões ideológicas, as coletividades não dissolvem os indivíduos. Com isso, a noção de cidadania se desenvolveu pensando no espaço público como o lugar onde os indivíduos interagem e negociam politicamente, Um exemplo, é o que ocorreu em 2010 no Rio de Janeiro<sup>5</sup>, a elite exigiu do governo a criação de um controle de entrada no Túnel Novo para evitar o acesso de banhistas em Copacabana aos domingos, um projeto de apartheid existente entre associações de moradores, que veem o espaço público como o quintal de suas casas (HUGUENIN, 2019). As Jornadas de Junho foram uma amostra da ação dessas multidões sem apagar a presença dos indivíduos, apresentando uma pluralidade de identidades, de expectativas e que levaram às ruas novos atores sociais.

Segundo Gohn, até junho de 2013 os protestos mais frequentes nas ruas brasileiras eram de movimentos populares organizados pela luta principalmente à terra e a moradia, é a partir de 2013 que este cenário muda, ampliando a participação da classe média em mobilizações - o que levou a uma certa legitimação da mídia que passou a se referir a esse tipo de protesto como “vozes das ruas” ou “vozes da sociedade” - e incluiu novas formas de ativismo, formas transnacionais, na medida em que atuam em questões locais e nacionais e também retomam demandas voltadas para problemas da vida cotidiana, tais como: mobilidade urbana, emprego, salário, educação e saúde (GOHN, 2016). Logo, as manifestações desse período não foram apenas de resistência a uma situação específica, mas se referem a insatisfações difusas na sociedade.

É preciso ter em mente que a ausência de um foco ou demanda clara em mobilizações contemporâneas não as tornam menos relevantes, mas sim evidenciam que são o sintoma de uma época marcada por crises econômicas e pela intensificação das políticas neoliberais que afastam a população da democracia real, lhes renegando a uma cidadania fragilizada. Essa condição incita a defesa de diversas pautas que afetam a vida cotidiana de indivíduos e coletivos, uma frase recorrente nos cartazes expostos nos protestos de junho de 2013 expressa isso: “não é só por vinte centavos, é por tudo”. Neste sentido, Pinheiro-Machado (2019) aponta uma questão importante: esses protestos não são um meio, mas um fim em si mesmo, pois o mais importante era o fato de as pessoas estarem juntas, expressando sua revolta e buscando um mundo novo.

---

<sup>5</sup> HUGUENIN, Fernanda Pacheco da Silva. O mito da praia democrática: um ensaio sobre Ipanema, sua bossa e seus banhistas / Fernanda Pacheco da Silva Huguenin. — Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2019.

As “multidões” não são um sonho abstrato ou uma construção teórica; são realidade. O mundo das multidões é descentralizado e fragmentado. E aí vem a questão: como as multidões devem fazer para se comunicar a distância, em que língua falarão? Como conseguir criar um terreno comum sem precisar usar os intermediários de sempre? Como operar nesse mercado de microidentidades? E a pergunta mais importante: uma vez que as multidões se formam, de que maneira elas dialogam e discutem, como tomam decisões? (LOVINK, 2011, p. 283).

É neste contexto que as novas Tecnologias da Comunicação e Informação (TIC 's) se fazem presentes, contribuindo na formação e reprodução das multidões. A internet fornece um espaço seguro para que as redes de indignação e esperança se conectem, pois a comunicação socializada possibilita a produção social de significados e de solidariedade (CASTELLS, 2013). Estar conectado gera um sentimento de pertencimento, tornando as redes sociais uma importante ferramenta de construção de laços sociais e desenvolvimento de inteligência coletiva através da troca de experiências e opiniões no ciberespaço. Tais redes são parte integrante do cotidiano dos indivíduos, formadas por atores sociais e suas conexões, permitindo que os sujeitos sociais se organizem discursivamente dentro do ciberespaço (RECUERO, 2009). Os novos movimentos sociais são, portanto, constituídos de indivíduos que formam uma rede ao se conectarem mentalmente com outros indivíduos e, em muitos casos, essa conexão é capaz de estimular os sujeitos a ampliarem suas redes forjadas na resistência à dominação e a se envolverem a um ataque a uma ordem injusta (CASTELLS, 2013). Então, o ciberativismo não desintegra o indivíduo, mas incorpora sua individualidade à multidão.

As redes sociais online conectam o local ao global, propagam eventos e as emoções relacionados a eles, são plataformas de formação da opinião pública, para se trabalhar em conjunto e de forma horizontal, atingindo muitas pessoas das mais diversas características e origens, assim, a autonomia da comunicação proporcionada pela internet, tornou possível o compartilhamento e viralização de vídeos, mensagens e canções que incitam a fúria e geram esperança (CASTELLS, 2013). Além das Jornadas de Junho, outras mobilizações tais como a Primavera Árabe no Oriente Médio (2011), os Indignados na Espanha (2011), o Occupy Wall Street (2011) nos EUA fazem parte da chamada era dos movimentos em rede, que apresentam uma face nas redes e outra nas ruas, que usam o ciberespaço para estabelecer conexões, compartilhar indignações, convocar protestos e propor ações que objetivam a transformação social, já que este espaço atende as características desses novos movimentos sociais, impulsionados pelas redes sociais digitais que lhes possibilitou o desenvolvimento da

micropolítica, da criatividade, da descentralização e do afeto radical (PINHEIRO-MACHADO, 2019).

Embora esses e outros movimentos sociais que ocorreram no mundo nos últimos anos apresentem contextos, atores sociais e outros elementos distintos entre si, eles exigiram uma mobilização emocional desencadeada pela indignação que a injustiça provoca, bem como pela esperança de uma possível mudança em função de exemplos de revoltas que tiveram êxito em outras partes do mundo, trouxeram pautas simbólicas para a centralidade das discussões; utilizaram os meios de comunicação para estabelecer diálogos com o Estado e com a sociedade civil, trabalharam em rede de forma coletiva e horizontalizada, trazendo repertórios de ações alternativos, cada movimento inspirando o seguinte por meio de imagens e mensagens em rede pela internet (CASTELLS, 2013).

## **1.2 O abismo entre sociedade e Estado**

Os já mencionados novos movimentos sociais que eclodiram em diversos cantos do globo nos últimos anos, têm em comum o fato de rejeitarem a organização formal estabelecida. Foram principalmente contra partidos políticos e contra a democracia parlamentar, através da afirmativa de que “não nos representam”. A retirada do social, a despolitização da política e a luta contra a democracia real, foram agentes importantes no aprofundamento da crise de legitimidade das instituições governamentais, uma revolta contra a democracia neoliberal.

As ações globais do neoliberalismo nas últimas décadas, reforçadas mais enfaticamente por governos de direita, foram no sentido de deslegitimar questões sociais relacionadas a imigração e a proteção de refugiados, fortalecendo o discurso centrado no outro como inimigo responsável por corromper a sociedade tradicional, aos perigos do aquecimento global, minimizados ou até mesmo tratados como inexistentes, a desigualdade social e a concentração de riqueza, as privatizações, a financeirização da economia e o fortalecimento das instituições bancárias, além do enfraquecimento dos sindicatos e a revogação de direitos sob o pretexto da flexibilização do trabalho.

Para entender as ações das instituições políticas contemporâneas é necessário pensar sobre a ascensão da extrema-direita e dos valores e táticas neoliberais que têm sido postos em prática ao redor do mundo. Desregulamentação trabalhista, ataque a direitos sociais, empreendedorização e capitalização dos sujeitos, são apenas algumas das pautas neoliberais implementadas em diversos países. O neoliberalismo como estratégia de governança não é um fenômeno novo, sua interferência nos campos social, econômico e político vem ocorrendo há quase um século, o que surpreende é o seu acelerado avanço predatório nas últimas décadas,

capaz de revogar conquistas coletivas e afetar relações sociais, através de uma ideologia que coloca o privado a frente do público, bem como o indivíduo acima da comunidade.

Para Perry Anderson (1995), a hegemonia da lógica neoliberal levou aproximadamente uma década, dos anos 70 a 80, com o empenho dos governos de direita europeus e Norte Americano, para superar a grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973 - quando todo o mundo capitalista avançado entrou em uma longa recessão, combinando, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação - através de estratégias neoliberais, como os governos Reagan nos EUA, Thatcher na Inglaterra, Kohl na Alemanha e Schluter na Dinamarca.

As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (...). O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas (ANDERSON, 1995, p. 2).

Os governos Thatcher, por exemplo, contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, elevaram os níveis de desemprego, combateram greves, criaram novas leis sindicais, cortaram gastos sociais e impuseram um amplo programa de privatização de indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água (ANDERSON, 1995). O Estado contemporâneo, portanto, não é o Estado mínimo, tampouco simplesmente cede poder aos mercados, o que ele faz é justificar suas normas e decisões políticas em termos comensuráveis com a lógica do mercado (ANDRADE, 1995).

A cientista política Wendy Brown (2019), afirma que o pensamento neoliberal atrela a legitimidade do Estado a sua capacidade de aprovar e alimentar a racionalidade econômica, expandindo-a por todos os tecidos sociais. De acordo com essa racionalidade, não existem sociedades, há apenas indivíduos e mercados em competição, assim sendo, cada sujeito é responsável pela sua sobrevivência, bem como por seu sucesso financeiro e isso não teria nenhuma relação com a estrutura de desigualdades históricas que permeiam as civilizações. O neoliberalismo retira o social da sociedade, pois se este não existe, então também não existe um poder social que gera exclusão, hierarquias e violência. Neste sentido, Brown afirma que quando a racionalidade neoliberal tem êxito em fazer desaparecer os poderes sociais, as reivindicações críticas enraizadas neles não são nada mais que as lamúrias infundadas de

*snowflakes* (BROWN, 2019). Essa lógica exime o Estado do compromisso que este deveria ter com a garantia de direitos sociais básicos relacionados a moradia, saúde, transporte, educação, segurança e qualidade de vida, além de colocar nas mãos de indivíduos a responsabilidade total de conquistá-los, com seus méritos - advindos de um espírito empreendedor (self-made man) - ou com seus privilégios (status social). O termo “snowflakes” usado por Brown, se refere a uma expressão popularizada pela direita nos Estados Unidos, cujo objetivo é depreciar os comentários considerados “politicamente corretos” e as críticas às desigualdades sociais. À direita no Brasil, em sua própria versão do termo norte-americano, chama de “mimimi” a defesa de valores éticos que deveriam alimentar a democracia, bem como as reclamações de injustiça social transformando-as em mera retórica daqueles que não foram bons o bastante para “vencer na vida” e por isso reclamam dos fracassos que só eles mesmos são culpados. Portanto, o neoliberalismo, como apontam Pierre Dardot e Christian Laval no livro *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (2014), além de destruir regras, instituições e direitos, também produz tipos específicos de relações sociais e maneiras de viver, bem como certas subjetividades, através da racionalidade neoliberal que define normas de vida baseadas na competição generalizada, conduzindo os assalariados e as populações a entrarem em luta econômica uns contra os outros, fazendo com que as relações sociais sejam organizadas e conduzidas de acordo com o modelo do mercado, que justifica desigualdades cada vez mais profundas, transformando o indivíduo, que é requisitado a comportar-se como uma empresa (DARDOT; LAVAL, 2014).

É possível pensar no avanço e crescente sucesso da extrema-direita no ocidente nas últimas décadas, como resultado de um alinhamento com as pautas neoliberais. Na Europa, por exemplo, a aprovação do Brexit (2020) foi um acontecimento influenciado pela globalização capitalista neoliberal, que é um poderoso processo de homogeneização cultural forçada, capaz de produzir e reproduzir a procura por fontes e raízes que levam a formas chauvinistas de religião, nacionalismo religioso, além de alimentar conflitos étnicos (LOWY, 2015).

Quanto menos controle as pessoas têm sobre o seu Estado, mais se recolhem numa identidade própria que não possa ser dissolvida pela vertigem dos fluxos globais. Refugiam-se em sua nação, em seu território, em seu deus. Enquanto as elites triunfantes da globalização se proclamam cidadãos do mundo, os amplos setores sociais se entrincheiram nos espaços culturais nos quais se reconhecem e nos quais o seu valor depende de sua comunidade e não de sua conta bancária (CASTELLS, 2018, p.63).

A crise econômica que explodiu nos Estados Unidos e alcançou o mundo em 2008, teve profundas consequências como a falência de bancos e empresas, bem como o aumento dos

índices de desemprego. Esse momento da história representou a crise de um modelo neoliberal de capitalismo financeiro global, que se baseia na interdependência dos mercados mundiais e uso de tecnologias digitais para a criação artificial de valor à capacidade produtiva da economia de bens e serviços (CASTELLS, 2018). Para salvar a economia, governos de diversos Estados usaram os cofres públicos, nos Estados Unidos o governo Obama comprou 80% das ações da American International Group (AIG), que na época era a seguradora da maior parte dos bancos no mundo, o que exemplifica o porquê as práticas especulativas não assumem nenhum risco: em caso de necessidade as grandes empresas sempre serão salvas pelo Estado neoliberal (CASTELLS, 2018).

Outra preocupação neoliberal é com a ocupação da política pelas demandas populares, isso significaria uma ameaça à liberdade e a civilização, por isso execram a vida política quando esta se dedica ao bem-estar humano (BROWN, 2019). Assim, os neoliberais buscaram promover governos e instituições despolitizadas, como exemplo, é possível citar o governo Trump (2016-2020) nos Estados Unidos e o ex-presidente da república brasileira: Trump é um empresário, conhecido por seus escândalos sexuais, Bolsonaro (2018-2022) é um ex-militar, com passagem política inexpressiva enquanto deputado, conhecido por seus cochilos nas sessões da câmara, ambos não se relacionam a política, não como debate e multiplicidade de ideias, demonstram posicionamentos antidemocráticos com requintes de racismo, xenofobia, machismo e homofobia<sup>6</sup>. Assim, o neoliberalismo diz abertamente que a democracia representativa existente não é um bem supremo, é apenas falível e excessiva (BROWN, 2019).

Segundo Brown, o neoliberalismo ataca a democracia alterando o seu significado, reduzindo-a simplesmente ao estabelecimento de regras, quando deveria ser uma forma de governo e não um método. Essa postura reflete uma oposição à democracia que a pesquisadora chama de robusta: com igualdade, com movimentos sociais, com participação política direta e demandas democráticas direcionadas ao Estado.

O sonho neoliberal sempre foi divorciar a democracia da soberania popular e rebaixá-la a um meio de viabilizar a transferência pacífica de poder: a cidadania estaria limitada ao voto, a legislação a criação de regras universais e os tribunais a arbitragem (BROWN, 2019, p. 100).

Esse panorama do Estado contemporâneo nos remete à questão da crise de representatividade, caracterizada pela desconfiança nas instituições que separa governantes e

---

<sup>6</sup> Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52361730>. Acesso em 30 de agosto de 2020.

governados, nos deixa órfãos de um abrigo que nos proteja em nome do interesse comum (CASTELLS, 2018). O sentimento gerado pela crise de representatividade é o de que não existem opções e a crença de que todos os partidos e políticos abandonam à própria sorte os sujeitos que os elegeram, dedicando-se aos seus interesses pessoais através da máquina do Estado e as consequências disso seriam os constantes escândalos de corrupção que se intensificam a cada ano. Assim, desesperança, desprezo político, angústia com relação ao futuro e o clamor por um sistema anticorrupção, se fundem na forma de revolta popular:

(...) a força e a estabilidade das instituições dependem de sua vigência na mente das pessoas. Se for rompido o vínculo subjetivo entre o que os cidadãos pensam e querem e as ações daqueles que elegemos e pagamos, produz-se o que denominamos crise de legitimidade política: a saber, o sentimento majoritário de que os atores do sistema político não nos representam (CASTELLS, 2018, p.70).

No Brasil, a intensificação da crise de representatividade foi marcada pelas investigações sobre o mensalão – que tiveram início em 2005, porém o julgamento ocorreu apenas em 2012 – que expôs um esquema de pagamento de propina, desvio e lavagem de dinheiro, contando com o envolvimento de ao menos 12 partidos políticos<sup>7</sup>. Os resultados, diretos e indiretos disso, foram desde os protestos de junho de 2013 - cujos principais sentimentos foram de anticorrupção e de ódio aos partidos, nas ruas pessoas vestindo camisetas e portando bandeiras de alguma legenda política chegaram a ser agredidas verbal e até fisicamente - passando pelo enfraquecimento do Partido dos Trabalhadores (PT) até o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

A crise de representatividade não é um fenômeno apenas brasileiro, é mundial. Em 2011 os Indignados lotaram as praças da Espanha, protestando contra os altos índices de desemprego e as medidas de austeridade adotadas pelo governo espanhol para lidar com a crise econômica, inspirando o surgimento de outros indignados na Europa, como na Grécia e na França. Outro exemplo é movimento *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, que tinha como principal foco a crítica à interferência de empresas, especialmente no setor financeiro, no governo do país e seu slogan era “nós somos os 99%”, frase que fazia referência à crescente desigualdade de distribuição de renda no país, a favor dos cidadãos mais ricos (o “1%”). Essas e outras manifestações são movimentos sociais antissistêmicos, e por isso, negam as instituições, ignoram os partidos políticos, desconfiam da mídia e não reconhecem nenhuma liderança,

---

<sup>7</sup> Miguel, L. F. Coutinho, A. de A.. (2007). A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos editoriais dos jornais. *Opinião Pública*, 13(1), 97–123.

reivindicam a democracia, a transparência e o bem-estar dos habitantes de cada país, contra o capital financeiro global, que apenas atua para a sua própria reprodução (CASTELLS, 2013). São um reflexo da ruptura apontada por Castells, a partir de grupos que estão atentos à valorização da economia de mercado, em detrimento do bem-estar coletivo, bem como as tentativas neoliberais de afastar a democracia da soberania popular.

### 1.3 Atores Sociais

A ação direta dos trabalhadores sobre o espaço urbano, o transporte, o cotidiano da cidade e de sua própria vida não pode ser apenas uma meta distante a ser atingida, mas uma construção diária nas atividades e mobilizações, nos debates e discussões. O caminho se confunde com esse próprio caminhar (MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO, 2013).

Não é possível falar em movimentos sociais sem considerar a relação que estes mantêm com a cidade, que é palco de suas resistências. Segundo a geógrafa Ana Fani Carlos (2007), a cidade é a base da reprodução da vida e esta pode ser entendida através da noção de habitante - identidade - lugar. Para compreendê-la, é necessário considerar o corpo, já que é por meio dele que o homem habita e se apropria do espaço, nosso corpo suporta nossa cultura, pois são os lugares que o homem habita dentro da cidade que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida, ou seja, onde se locomove, trabalha, passeia, isto é, pelas formas através das quais o homem se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso (CARLOS, 2007). Conclui-se então, que a cidade é o canal por onde o ser humano absorve e percebe o mundo, o que interfere na sua condição de vida, pois esta depende de políticas públicas urbanas, ou seja, a cidade não apenas fornece o lugar, o suporte ou a base para a reprodução social, mas também suas características e a forma como se realizam fazem a diferença (MARICATO, 2013).

De acordo com o sociólogo Robert Park (1967) a cidade é o mundo que o homem criou e onde está condenado a viver. Mas que cidade é essa? As cidades surgiram da concentração social e geográfica do produto excedente, assim sendo, a urbanização é um fenômeno de classe já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em poucas mãos (HARVEY, 2008). Portanto, as cidades surgem e se desenvolvem tendo a exclusão social como sua essência e no Brasil, tanto a globalização como a guinada ao neoliberalismo, intensificaram as desigualdades sociais e marcaram o espaço urbano, que está

(...) rachando em diversas partes separadas, com a aparente formação de “microestados”. Os bairros ricos são atendidos por toda sorte de serviços, tais como escolas caras, campos de golfe, quadras de tênis e patrulhamento particular 24 horas por dia, que se emaranham entre ocupações ilegais, onde a água é disponível somente em fontes públicas, nenhum sistema sanitário existe, a eletricidade é privilégio de poucos, as ruas se tornam lama quando chove e o compartilhamento dos espaços domésticos é a norma. Cada fragmento parece viver e funcionar autonomamente, atendo-se com firmeza àquilo que foi possível agarrar na luta diária pela sobrevivência (BALBO, 2003, p.379).

Esses são alguns elementos que marcam as cidades globais do capitalismo, que como nos lembra Harvey (2013), são divididas socialmente entre as elites financeiras e as grandes porções de trabalhadores de baixa renda, que por sua vez se fundem aos marginalizados e desempregados. Pensar na vida urbana de grandes metrópoles tais como São Paulo, por exemplo, é pensar nas constantes contradições sociais: os que têm maior poder aquisitivo se apropriam das regiões mais centrais e com maior disponibilidade de serviços públicos, enquanto os mais pobres acabam ocupando os bairros periféricos e por vezes sujeitando-se a moradias precárias ou favelas<sup>8</sup>. Segundo dados divulgados em maio de 2020 pelo IBGE<sup>9</sup>, o Brasil até o final do ano de 2019 contava com aproximadamente 5 milhões de domicílios em aglomerados subnormais, conhecidos como favelas, vilas, baixadas, comunidades, entre outras denominações. Dados como estes revelam que os cidadãos participam de forma desigual na riqueza gerada pela sociedade, logo, a hierarquia social se concretiza em hierarquia urbana (CARLOS, 2020).

De acordo com o filósofo marxista Henri Lefebvre (1973), as forças produtivas permitem a quem a dispõe de capital dominar o espaço e produzi-lo, até o espaço natural é reduzido e transformado em um produto social pelo conjunto das técnicas, da física à informática; deste modo, o espaço reproduz ativamente as relações de produção, contribuindo para sua manutenção e consolidação. Ele afirma ainda, que a segregação urbana é resultado de uma estratégia de extrema diferenciação social que conduz à formação de espaços homogêneos, impedindo a comunicação entre as diferenças, podendo ser associada à ideia de rompimento das relações. Para Lefebvre (1983), estas últimas constituem-se em uma ordem totalitária, cujo objetivo estratégico é romper a totalidade concreta e destroçar o urbano. Assim sendo, a dinâmica da segregação urbana, tem a moradia e o transporte como os principais elementos de exclusão social, já que a localização influencia grandemente no acesso das pessoas aos bens e

---

<sup>8</sup><https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37572962>. Acesso em 18 de novembro de 2021.

<sup>9</sup>[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/f9d10a1135cdaa0e845108f06b1c00f1.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/f9d10a1135cdaa0e845108f06b1c00f1.pdf). Acesso em 15 de março de 2022.

serviços públicos, como os relacionados à saúde e a educação, que na região central das cidades são ofertados em maior quantidade, assim como quanto mais distantes esses serviços se encontram mais difícil é o acesso, maior tempo é despendido e maiores são os gastos com o deslocamento<sup>10</sup>. Os habitantes das regiões periféricas também são obrigados a percorrer longas distâncias para poder trabalhar, usando muitas vezes um transporte precário e mais de um meio de locomoção em um único trajeto. Nas metrópoles o crescimento das frotas de ônibus não acompanhou o crescimento do número de usuários, portanto, os ônibus realizam percursos longos e demorados, gerando superlotação. O país também carece de investimento no sistema metroviário, São Paulo, cidade mais populosa e pertencente ao estado mais rico da União, ainda conta com uma quantidade insuficiente de linhas de metrô e que não alcançam todos os pontos da cidade<sup>11</sup>.

Para Carlos, a desigualdade urbana é um indicador de como o Estado distribui recursos e orienta políticas públicas, ou seja, é fruto de uma administração pública que não pensa a cidade para as classes mais baixas. Neste sentido, vale destacar que as políticas liberais não buscam mais do que reduzir os custos sociais, são desenvolvidas com a diminuição de gastos com moradia, saúde, educação e transporte coletivo, assim, a lógica do crescimento econômico vem acompanhada da violência, da política do crescimento centralizada (CARLOS, 2020). Tais políticas reforçam a lógica do biopoder que demarca quais vidas realmente importam, estabelecendo a ideia de conformação à norma de vida instituída, assim, os corpos devem ser saudáveis, dóceis e auto-suficientes, além de serem capazes de gerir suas vidas e progredirem mesmo não recebendo condições para isso (FERRARI; MACHADO; OLIVEIRA, 2019). Essa condição remete a uma cidadania fragilizada e essa fragilidade vem da não garantia do direito à cidade, que:

é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos (HARVEY, 2013, p.74).

---

<sup>10</sup> VILLAÇA, F.. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Estudos Avançados*, v. 25, n. 71, p. 37–58, jan. 2011.

<sup>11</sup> VILLAÇA, F.. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Estudos Avançados*, v. 25, n. 71, p. 37–58, jan. 2011.

Como vimos, há numerosas forças que militam contra o exercício de tais direitos e que, como Harvey (2013) afirma, querem inclusive impedir que reconheçamos, pensemos sobre ou façamos algo em relação a eles, o que gera situações de privação da autonomia, do desenvolvimento humano, da qualidade de vida e da igualdade (SPOSATI, 1996). O direito à cidade não é apenas um direito individual, mas é principalmente um exercício coletivo, a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais, porém o neoliberalismo inverteu essa dinâmica e a governança substituiu o governo, a lei e as parcerias público-privadas substituíram as instituições democráticas, a anarquia do mercado e do empreendedorismo competitivo substituíram as capacidades deliberativas baseadas em solidariedades sociais (HARVEY, 2013). A espoliação urbana assaltou essas pessoas, roubando-lhes o seu direito à cidade, nas palavras de Kowarick essa espoliação:

é a somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta. Na Grande São Paulo, são inúmeras as manifestações dessa situação espoliativa, que vão desde as longas horas despendidas nos transportes coletivos até a precariedade de vida nas favelas, cortiços ou casas autoconstruídas em terrenos geralmente clandestinos e destituídos de benfeitorias básicas, isto para não falar da inexistência das áreas verdes, da falta de equipamentos culturais e de lazer, da poluição ambiental, da erosão e das ruas não pavimentadas e sem iluminação. (KOWARICK, 2000, p.22).

A cidade é a principal demanda dos movimentos sociais contemporâneos, que reivindicam direitos associados principalmente à moradia, ao transporte e a segurança, que imaginam e defendem uma cidade mais inclusiva. Os protestos de junho de 2013 tiveram como estopim a temática do transporte público, quando o aumento do valor da passagem em São Paulo representaria mais uma catraca que impede as pessoas periféricas e de baixa renda de se apropriarem da cidade e viver a cidadania plenamente. Em novembro de 2018 eclodiu na França o movimento dos Coletes Amarelos<sup>12</sup> originados a partir de uma petição contra o aumento dos preços dos combustíveis no país, o que aumentava o custo de vida, com maior impacto para a classe trabalhadora, em especial das áreas periurbanas. Esses movimentos compartilham a característica de terem sido impulsionados pelo uso das redes sociais digitais, o que ampliou

---

<sup>12</sup> PONTES, Beatriz Maria Soares. França: movimento dos Coletes Amarelos. Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 8, N.1, 2019 (5-33).

suas agendas para além das questões de transporte público. Eles expõem o descontentamento popular e demonstram o poder coletivo. Essas manifestações são também exemplos contemporâneos de movimentos que, ao ocuparem as vias públicas, reivindicam o espaço urbano como um direito fundamental. Eles buscam criar uma brecha que permita transformar o ambiente urbano em um espaço de catalisação, fomentando o aparecimento de novas ideias e estruturas para a vida na cidade e o desenvolvimento de novos direitos (Harvey, 2013). Assim, o direito à cidade não é um privilégio concedido, mas sim uma conquista a ser alcançada por meio da ação política.

O direito à cidade é um grito, uma demanda, então é um grito que é ouvido e uma demanda que tem força apenas na medida em que existe um espaço a partir do qual e dentro do qual esse grito e essa demanda são visíveis. No espaço público – nas esquinas ou nos parques, nas ruas durante as revoltas e comícios – as organizações políticas podem representar a si mesmas para uma população maior e, através dessa representação, imprimir alguma força a seus gritos e demandas. Ao reclamar o espaço público, ao criar espaços públicos, os próprios grupos sociais tornam-se públicos (HARVEY, 2013, p. 32).

Os movimentos sociais, portanto, usam o espaço público para se tornarem visíveis nos lugares onde a vida social acontece, para criar comunidades livres no espaço urbano e construírem simbolicamente os seus protestos. Quando as ruas são tomadas por multidões, quando prédios são ocupados por militantes e ônibus são queimados por *black blocs* é a estrutura social, política e econômica da cidade que está sendo questionada.

#### **1.4 Repertórios de confronto**

Ao analisar a práxis utilizada historicamente por diferentes movimentos sociais, o sociólogo Charles Tilly (2010) elaborou o conceito de repertório de confronto, que aborda as maneiras através das quais as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados, é um conceito estrutural e cultural, envolvendo não apenas o que as pessoas fazem quando estão engajadas num conflito com outros, mas o que elas sabem sobre como fazer e o que os outros esperam que façam (TARROW, 2009). O repertório de confronto é uma ferramenta de luta e resistência política, bem como a forma através da qual os movimentos representam suas ideias e demandas para si mesmos e para o outro - não movimento.

Segundo o historiador francês Roger Chartier (1990) as representações variam de acordo com a disposição dos grupos ou classes sociais; mas são sempre determinadas pelos interesses

dos grupos que as forjam, assim, o poder e a dominação estão sempre presentes, já que as representações não são discursos neutros, ao produzirem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência e até mesmo a legitimar escolhas (CARVALHO, 2005). Chartier afirma ainda que:

nas lutas de representações tenta-se impor a outro ou ao mesmo grupo sua concepção de mundo social: conflitos que são tão importantes quanto as lutas econômicas; são tão decisivos quanto menos imediatamente materiais (CHARTIER, 1990, p. 17).

É, portanto, por meio da representação que indivíduos e grupos constroem significados para o mundo social, o que faz dela um processo de significação intencional, que se caracteriza como uma prática cultural e sociopolítica, um componente essencial dos discursos. Chartier afirma ainda, que existe uma relação direta entre a representação (imagem ou significado construído) e o referente (a realidade, o mundo social) já que o objetivo de criar uma representação é fazer que algo ou alguém seja conhecido tal como ele é ou foi, há nesta relação uma pretensão de atingir e de trazer à luz a verdade, mesmo que a representação não seja um retrato fiel da realidade e sim o resultado de um processo de construção das representações (CARVALHO, 2010).

As diferenças externas dos movimentos podem ser superadas através da solidariedade e o simbolismo construído na geração da mesma, fazendo com que a representação simbólica construída e projetada para aqueles que não pertencem ao movimento, seja coerente e articulada em propostas que encobrem essas diferenças, apresentando-se usualmente de forma clara e objetiva (GOHN, 2000, p.14).

A disputa pelo sentido de determinado fato pode ocasionar, como afirma Chartier, lutas de representações e essas lutas, por sua vez, não são apenas culturais, mas também políticas, giram em torno da busca pela legitimação de determinado significado. Assim sendo, o repertório de confronto dos movimentos sociais faz parte da luta fundamental pelo poder, que corresponde a batalha pela construção de significado na mente das pessoas (CASTELLS, 2017).

A obra *Movimentos sociais como política* (2022) de Charles Tilly, percorre a história do repertório de confronto dos movimentos sociais europeus e conclui que com a chegada do século XIX, também chega a sociedade mundial, bem como as suas elites e lideranças políticas, a consciência de que os movimentos sociais devem ser temidos, justamente devido ao repertório de confronto que passou a simbolizar o poder da soberania popular quando engajada em ações

diretas. Essas ações mostraram ter um grande significado também para os próprios manifestantes, ao lhes proporcionar aprendizado, lhes dar força e alimentar a solidariedade.

(...) a barricada tinha uma lógica interna e externa. Ao lutar contra tropas hostis, os defensores passaram a se reconhecer como camaradas, desenvolveram uma divisão de trabalho entre lutadores, construtores e fornecedores, formando redes de camaradas que se reuniram em confrontos futuros (TARROW, 2009, p.64).

A radicalização do repertório de confronto dos movimentos, ao aumentar o poder das pessoas comuns para enfrentar governantes, os força a criar meios de controle mais sutis que a presença das forças armadas. Com isso, partes dos repertórios foram institucionalizadas e regulamentadas, como a greve, por exemplo, que em 1864 foi descriminalizada na França e surge pela primeira vez como um direito dos trabalhadores na Itália em 1947. Assim, foi repleta de leis que a regulavam e a distinguiam de atividades criminosas, só deixando de serem consideradas como mera delinquência quando o Estado as legitima.

A repressão aos movimentos sociais se relaciona diretamente ao tipo de reivindicação que fazem, ou seja, movimentos que clamam por mudanças estruturais e ameaçam as elites, enfrentam não apenas maiores críticas como também são combatidos com uso da força, num grau maior do que aqueles que fazem reivindicações moderadas. Grupos que fazem reivindicações radicais conseguem chamar atenção das autoridades e da população quando usam um repertório de confronto multifacetado e igualmente radical, pois proporcionam uma visão de que os fundamentos da sociedade podem ser obrigados a mudar, de que a história pode ser forçada a tomar um outro rumo (TARROW, 2009). Os momentos em que os movimentos conseguem intervir na realidade causando algum desequilíbrio entre as partes em conflito, são nomeados pelo sociólogo Sidney Tarrow (2009) de ruptura. A ruptura é uma expressão arquetípica que possui várias formas (barricadas, greves, violência, etc.), é usada pelos grupos de desafiantes, impedindo as atividades rotineiras de seus oponentes, autoridades ou espectadores, forçando-os a atender as demandas dos que protestam ou ao menos refletir sobre elas, bem como é responsável por ampliar o ciclo de conflito ao bloquear o trânsito ou interromper os negócios públicos. Tarrow ainda usa o termo demonstração - que compõem os momentos de ruptura - ao se referir a imagens, aparências e outras representações simbólicas usadas pelos movimentos para fazer suas reivindicações. Passeatas são exemplos de demonstrações, os participantes podem sair fantasiados, podem levantar cartazes com palavras de ordem e cantar músicas com letras que denunciam sua insatisfação (TILLY, 2010).

A ocupação do espaço urbano na forma de protesto é uma estratégia dos movimentos que buscam promover uma nova simbolização dos mesmos, assim, os “ocupas” instigam uma apropriação não apenas física, mas também simbólica de praças e ruas, estabelecendo novas relações ao afirmar identidades no convívio entre o indivíduo, o grupo e as possibilidades de “ser” na cidade, já que os locais de circulação, de encontro, de manifestação, colocam-se como potência para o sujeito produzir a si mesmo, através do compartilhamento de desejos, ideais e conflitos que transformam o espaço em artefato cultural, em linguagem urbana (HAMANN et al, 2013, p. 22-24). Portanto, os movimentos ao ocuparem o espaço urbano constroem narrativas que demonstram um indivíduo assentado entre uma identidade de massa e suas aspirações pessoais (ELIAS, 1994).

Os Indignados (2011-2012) usaram a praça de *Puerta del Sol* na Espanha para protestar contra a política de austeridade, nos Estados Unidos (2011-2013) acampamentos foram montados em Wall Street para representar a oposição a desigualdade econômica e social no país, na Alemanha (2011) manifestantes tomaram conta da praça em frente ao Banco Central Europeu em Frankfurt em um ato antiausteridade. Essas e tantas outras manifestações são exemplos de movimentos que ocuparam locais estratégicos simbólicos ao capital financeiro em atitudes de protesto, evidenciando a afirmativa de Gohn, de que o século XXI trouxe com força o retorno das multidões que usam as marchas e ocupações para reivindicar os espaços públicos e explorar os significados que estes possuem.

Durante as Jornadas de Junho no Brasil, as ruas foram tomadas por milhares de pessoas, mas mais do que isso, locais específicos foram alvo de protestos. O caminho e entorno das arenas em que estavam acontecendo os jogos da Copa das Confederações (2013) e que sediariam a Copa do Mundo (2014), tais como a Arena Corinthians (São Paulo), o estádio do Maracanã (Rio de Janeiro), o estádio Mineirão (Belo Horizonte) e a Arena Castelão (Fortaleza) foram tomados por manifestantes que protestavam contra os gastos públicos exorbitantes destinados a infraestrutura para receber a Copa do Mundo. Na época, era esperado que dos 38 bilhões de reais investidos no megaevento, cerca de 40% iriam para os estádios<sup>13</sup>, assim frases como “não vai ter copa” ou “da copa eu abro mão, mais saúde e educação” fizeram parte dos gritos dos revoltosos nas ruas, demonstrando a indignação popular diante da escolha do Estado em atender aos modelos europeus, quando deveria atender as necessidades básicas de sua população.

---

<sup>13</sup> [https://brasil.elpais.com/brasil/2013/11/25/economia/1385384409\\_505409.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2013/11/25/economia/1385384409_505409.html). Acesso em abril de 2020.

Podemos concluir que a cidade é, ao mesmo tempo, tema, instrumento e lugar de resistências, ligadas aos mecanismos de poder, para afirmar a emergência de ações, de linguagens, de expressões de arte cuja tarefa seria fazer aparecer aquilo que não aparecia, fazer emergir as pequenas infâmias do cotidiano (VILELA, 2006). Logo, a cidade é usada como arma para sua própria retomada (MPL, 2013).

## CAPÍTULO 2

### REDES: DA ESPERANÇA AO CAOS

O futuro está lá... olhando para nós. Tentando entender a ficção em que teremos nos tornado (William Gibson, 1984).

#### 2.1 Territórios em disputa

Em 1969, quando surgiu a primeira rede de conexão entre computadores, o mundo não imaginava o que a internet se tornaria para humanidade, como ela afetaria as formas de comunicação e as próprias relações humanas. Com sua popularização a partir da década de 1990, vimos a evolução da web 1.0, com interações limitadas, destinada basicamente leitura e transmissão de informação, sem a possibilidade de publicação ou produção de conteúdo nos sites visitados, para web 2.0 (2004) desenvolvida por Tim O'Reilly, que redefine a Internet como uma plataforma que permite a troca entre os utilizadores e os serviços, permitindo desenvolver a Inteligência Coletiva (Lévy, 2000), através da criação e atualização de conteúdos, especialmente em blogs, wikis e nuvens, tornando os usuários ativos e não meros receptores de informação. A terceira fase da rede mundial de computadores, a web 3.0 (2006), é caracterizada pelo poder de vincular, integrar e analisar dados, a fim de obter novos fluxos de informações, é nomeada de “web semântica”, devido ao computador passar a deter o poder de personalizar e otimizar as pesquisas. A terceira geração da web também é chamada de “web inteligente”, pois os anúncios passaram a ser realizados conforme o comportamento e as preferências de cada usuário (AGHAEI; NEMATBAKSH; FARSANI, 2012; ALMEIDA, 2017). Especula-se que já estamos vivendo a fase da web 4.0, marcada pelo avanço do uso da inteligência artificial, da big data e da internet das coisas. Assim, ferramentas a qual estamos tão acostumados com sua existência como as redes sociais, os assistentes virtuais, as criptomoedas, as centenas de aplicativos de serviços e jogos, bem como a recente proposta do fundador do facebook de criar um metaverso, estão alicerçadas na evolução desse ciberespaço.

O desenvolvimento do sistema de wi-fi, da internet móvel e dos smartphones aumentou o potencial do ciberespaço como fonte de informação, de experiências e até como fonte de emprego e de renda. Não estamos mais conectados a fios e tomadas ou limitados a um computador, podemos nos conectar ao mundo virtual através de um tablet, de um celular, de um smartwatch e em qualquer lugar, no carro, no ponto de ônibus, no restaurante ou no supermercado. A evolução da velocidade da internet também teve um papel importante na

expansão do acesso ao ciberespaço, já que podemos consumir e compartilhar informações em tempo real, bem como dar respostas imediatas aos acontecimentos que nos rodeiam.

O ciberespaço. Uma alucinação consensual, vivida diariamente por bilhões de operadores legítimos, em todas as nações, por crianças a quem estão ensinando conceitos matemáticos... Uma representação gráfica de dados abstraídos dos bancos de todos os computadores do sistema humano. Uma complexidade impensável. Linhas de luz alinhadas que abrangem o universo não-espaço da mente; nebulosas e constelações infindáveis de dados. Como luzes de cidade, retrocedendo (GIBSON, 2015, p.90).

O termo popularizado em 1984 pela obra *Neuromancer* de William Gibson, para se referir a um universo de meditação eletrônica sensorial, um mundo onde a informação era percebida como uma manifestação física, não só vista e ouvida, como também sentida (HAMIT, 1993), hoje é usado para tratar do mundo virtual que nos rodeia e no qual recorreremos quando queremos pagar contas, fazer compras, ver as notícias do dia, solicitar transporte, compartilhar nossas experiências de vida ou conversar com parentes e amigos, mas mais do que isso, o ciberespaço é um lugar onde não conseguimos mais nos desconectar, pois ele é a pátria e a terra natal da era da informação - o lugar onde os cidadãos do futuro estão destinados a habitar (ALEXANDRE, 1991).

O ciberespaço nos faz repensar a identidade do lugar e tirar suas raízes do espaço físico, entender que essa se constrói no plano do mundial, na medida em que a história do lugar passa cada vez mais pela história compartilhada que se produz além dos limites físicos do lugar (CARLOS, 2007). O desenvolvimento das novas tecnologias da comunicação alterou a relação espaço-tempo e ampliou as possibilidades de atuação humana:

(...) imagine descobrir um continente tão vasto que suas dimensões talvez não tenham fim. Imagine um novo mundo com mais recursos que toda a nossa futura ganância poderia esgotar, com mais oportunidades do que os empresários poderiam explorar. Um lugar muito particular que se expande com o crescimento. Imagine um mundo onde os transgressores não deixam pegadas; onde as coisas podem ser furtadas um número infinito de vezes e ainda assim ficarem na posse dos seus donos originais; onde coisas de que você nunca ouviu falar possuam a história dos seus assuntos pessoais; onde a física é aquela do pensamento que transcende o mundo material; e, onde cada um é uma realidade tão verdadeira como as sombras da caverna de Platão (ALEXANDRE, 1991, p 102).

De acordo com Carlos (2007) o lugar é produto das relações humanas, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, construindo uma rede de significados e

sentidos que produzem nossa identidade, é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida, por isso, o lugar é sempre um espaço presente, dado como um todo atual com suas ligações e conexões cambiantes, é preciso transcender a concepção do lugar como fato isolado, o que faz com que a vida de relações ganhe impulso na articulação entre o próximo e o distante (CARLOS, 2007). Portanto, o ciberespaço assim como a cidade, é a base de reprodução da vida, já que apresenta a capacidade de produzir sentidos, identidades e diminuir distâncias, inaugurando uma nova geografia, que segundo Silva (2013), se baseia em processos constantes de territorialização e desterritorialização e nesses múltiplos territórios cada grupo e indivíduos buscam ampliar seus domínios, já que permite que a informação digital circule livremente, ou seja, desenraizada do mundo físico, fazendo da web mais do que instrumento de difusão de informação e construção de representações, tendo um efeito organizador da realidade (BIALER; VOLTOLINI, 2017).

Essa geografia é dinâmica, feita de fluxos informacionais que permitem a fluidez entre os nós da rede, transmitindo informações, valores (monetários ou morais), culturas, ideias, ideologias. Ela é uma geografia possível somente a partir da ampliação do grau de simbiose entre o humano e a tecnologia, através da disseminação de objetos técnicos altamente especializados em processar dados, armazenar informação e facilitar o processo comunicacional. (SILVA, 2013, p. 15-16).

A organização Internet World Stats, que monitora o crescimento da internet em todo o planeta, registrou um aumento de 450% de seu uso em onze anos, de 2000 a 2011<sup>14</sup>. Outra pesquisa, realizada pela empresa de tecnologia Cisco, em 14 países com jovens até 30 anos, divulgada no site da Folha de São Paulo em 2013, apontava que no país a internet já era tão importante quanto ter água, moradia e comida para os jovens entrevistados. Outro dado importante desse estudo, informou que 72% dos brasileiros universitários revelaram preferir ter acesso ao ciberespaço a ouvir música, sair com os amigos ou namorar, como mostra a tabela abaixo:

---

<sup>14</sup> Disponível em: [https://www.cisco.com/c/pt\\_br/about/case-studies-customer-success-stories.html](https://www.cisco.com/c/pt_br/about/case-studies-customer-success-stories.html). Acesso em 20 de outubro de 2021.

## COMPORTAMENTO ON-LINE Internet tem importância “vital” para universitários

ENTRE INTERNET E  
OUTRAS ATIVIDADES EM %

	Total	Maior preferência pela rede		Menor preferência pela rede	
		Brasil	China	Japão	França
Internet	40	72	59	24	7
Sair com amigos/festas	25	17	21	25	28
Encontro	13	7	6	10	54
Música	10	2	4	13	6
Nenhuma das alternativas	12	2	11	29	5



Fonte: Cisco

Figura 1-Pesquisa sobre comportamento online

Fonte: site [https://www.cisco.com/c/pt\\_br/about/case-studies-customer-success-stories.html](https://www.cisco.com/c/pt_br/about/case-studies-customer-success-stories.html). Acesso em 20 de outubro de 2021.

Mais do que dados estatísticos, essas pesquisas nos ajudam a entender o contexto social que contribuiu com a eclosão dos protestos de 2013 e a sociedade em que vivemos. Atualmente, existem 5,4 bilhões de usuários na rede, o que equivale a 67% da população mundial, segundo o relatório da We Are Social de janeiro de 2023<sup>15</sup>. No Brasil o uso da internet chegou a 156 milhões de pessoas entre 2022 e 2023, o que significa que 84% da população brasileira tem acesso a internet, segundo dados coletados pelo Cetic Brasil (Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação), apoiado pela Unesco, e pelo Cgi.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil)<sup>16</sup>. Uma grande quantidade de serviços importantes está disponível online - ou até mesmo somente online - inscrições para o vestibular, classificados de emprego, envio de currículos, solicitação de documentos, agendamento de exames médicos, inscrição

<sup>15</sup> Disponível em: <https://wearesocial.com/uk/blog/2023/01/the-changing-world-of-digital-in-2023/>. Acesso em 15 de dezembro de 2023.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/11/16/aceso-a-internet-cresce-no-brasil-e-chega-a-84percent-da-populacao-em-2023-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em 12 de dezembro de 2023.

para projetos e bolsas de apoio social, temos até mesmo carteira de trabalho, título de eleitor e carteira de habilitação disponíveis digitalmente através de aplicativos. Com o surgimento da pandemia de coronavírus (2020), a nossa dependência do ciberespaço ficou ainda maior e mais evidente, pois trabalho, assessoria, educação e lazer passaram a ser para grande parte da população exclusivamente mediados pela internet devido a necessidade de distanciamento social, até mesmo a solicitação do auxílio emergencial destinado especialmente a desempregados e a pessoas de baixa renda demandava o acesso a um aplicativo, deixando a deriva aqueles que ainda fazem parte da chamada exclusão digital, por não terem acesso à internet ou por não saberem como usar as ferramentas digitais.

Hoje, há, portanto, uma forte demanda para que sejamos seres sociais digitais, inseridos na lógica das mídias sociais, que produzem uma sociabilidade específica, vista na cibercultura. Esse cenário contribuiu para a formação da sociedade em rede: uma grande teia onde velocidade, imagens, sons, palavras, razão e emoção se conectam produzindo o sujeito moderno. O ciberativismo é, portanto, um resultado dessa sociedade que tem fincadas raízes no ciberespaço, por isso deve ser entendido em sua constante relação e articulação entre ruas e redes, responsável por criar um fluxo contínuo de trocas entre o mundo físico e o mundo virtual. Os novos meios de comunicação digitais operam em um domínio que transcende fronteiras, caracterizado pela sua natureza imediata. Neste contexto, as linhas entre o espaço público e privado se entrelaçam cada vez mais dentro do ciberespaço. A opinião pública muitas vezes se mescla com a opinião veiculada na mídia, e a proveniência da informação perde relevância. A interação social se transforma em interação digital, e os processos eleitorais, que são fundamentais para as democracias, são arrastados para o atoleiro das mídias sociais (MANIN, 1997).

## **2.2 Mídias sociais: símbolos e significados**

Ele fechou os olhos. Encontrou a face em relevo do botão de Power. E, na escuridão iluminada de sangue atrás de seus olhos, fosfenos prateados queimando na borda do espaço, imagens hipnagógicas se alternando rapidamente como filmes compilados a partir de frames aleatórios. Símbolos, figuras, rostos, uma mandala fragmentada de informação visual (GIBSON, 1991)

Assim como Case, o protagonista de *Neuromancer*, nós também encontramos uma mandala fragmentada de informação visual, ao nos conectarmos a matrix. Todos esses frames marcados por uma diversidade de cores e sons, nos tocam, nos envolvem e constroem

significados em nossas mentes. As redes sociais são peças-chave nesse processo, já que são mediadoras da conexão entre nós e os outros na internet.

Uma rede social, é formada por atores sociais e suas conexões, um conjunto de nós que se comunicam entre si. Castells (2011) faz uma relação entre redes sociais e os neurônios ao afirmar que as mentes são redes na medida em que as conexões neurais são responsáveis por constituir a visão de mundo e a relação que o indivíduo tece com outras pessoas, com outras mentes ou rede de neurônios, portanto, inclui também as relações estabelecidas pelo indivíduo com seu entorno social, tendo a comunicação como responsável por processar a conexão entre todos os nós dessas redes, já que é a forma através do qual as mentes funcionam (ZENHA, 2017). No século XX, com o desenvolvimento da internet, surge a necessidade de ampliar este conceito para as redes sociais virtuais.

A expansão do espaço virtual possibilitou a criação das redes sociais como local permanente de interação para a comunicação e a troca de informação entre indivíduos de qualquer parte do mundo, os quais possivelmente não poderiam se encontrar no mundo real, agrupados no mundo digital a partir das mais diferentes intenções comunicativas. A composição multicultural e pluriespacial de grupos que participam das redes sociais online representam a quebra de barreiras geográficas, sociais e temporais, favorecidas pelo ciberespaço (ZENHA, 2018, p. 24).

De acordo com o sociólogo Manuel Castells, as fronteiras das redes são delimitadas pela conexão entre os nós e, como essas conexões podem ser criadas ou eliminadas a qualquer momento, a sua forma vive em permanente mutação. Essa participação e organização discursiva dos indivíduos dentro do ciberespaço vêm alterando o modo de produção e disseminação de conteúdos perante a sociedade atual, ditando novos parâmetros culturais, seja no âmbito pessoal, organizacional ou institucional, pois as redes sociais potencializam os hábitos de leitura, de busca e produção de informações, consumo, além de novas formas de sociabilidade e interação entre os indivíduos, criando uma cibercultura (LÉVY, 1999).

A internet desencadeou a possibilidade extraordinária de que muitos construam e cultivem cultura, com resultados que vão muito além dos limites locais. Esse poder mudou o mercado de criação e cultivo da cultura geral, e essa mudança por sua vez ameaça as indústrias de conteúdo estabelecidas. Para as indústrias que criaram e distribuíram conteúdo no século XX, a internet é, portanto, o que o rádio FM foi para o rádio AM, ou o que o caminhão foi para a indústria das estradas de ferro do século XIX: o início do fim, ou pelo menos uma transformação substancial (LESSIG, 2005, p.36).

William Gibson, afirmou que a “cibercultura é remix”, ou seja, a recombinação de histórias, de personagens, de peças criativas, práticas culturais muito comuns em várias sociedades, mas pouco impactantes para as indústrias de intermediação, ganharam expressão e status no ambiente digital (SILVEIRA, 2011, p. 261). É possível citar diversos exemplos de como as novas TICs alteraram as relações entre receptor e produtor de conteúdo, na música, o computador é transformado em uma máquina de audição, execução e composição, o que permite observar grandes alterações na produção artístico-comunicacional motivadas pela incorporação social das tecnologias digitais e pela expansão do ambiente de convergência através da internet (SILVEIRA, 2007, p.261). Henry Jenkins em 2006 ao publicar a obra intitulada “Cultura da Convergência” já tratava do impacto da cultura participativa trazida pelas novas tecnologias:

Bem-vindo à cultura da convergência, onde as velhas e as novas mídias colidem, onde mídia corporativa e mídia alternativa se cruzam, onde o poder do produtor de mídia e o poder do consumidor interagem de maneiras imprevisíveis (...) no mundo da convergência das mídias, toda história importante é contada, toda marca é vendida e todo consumidor é cortejado por múltiplas plataformas de mídia (JENKINS, 2009, p.29).

Jenkins salienta que essa cultura da convergência contribui na formação da inteligência coletiva, termo criado pelo sociólogo Pierre Lévy para se referir uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências em prol da coletividade (LEVY, 2003). Portanto, a cultura da convergência é a principal marca desse admirável mundo novo.

A convergência ocorre dentro dos cérebros de consumidores individuais e em suas interações sociais com outros. Cada um de nós constrói a própria mitologia pessoal, a partir de pedaços e fragmentos de informações extraídos do fluxo midiático e transformados em recursos através dos quais compreendemos nossa vida cotidiana (JENKINS, 2006, p.31).

Para nos conectarmos nas redes precisamos nos apropriar da linguagem, responsável por promover a unificação entre o eu e o outro, ambos produtos de aspectos objetivos e imaginários tecidos dentro do ciberespaço através de fotos, filtros e vídeos, por exemplo. Quando nos relacionamos virtualmente somos uma espécie de presença - ausência para o outro, quando estou ausente fisicamente para o outro, passo a ser uma caricatura representativa dos projetos e da liberdade do outro, pois um dos fundamentos da linguagem nas relações virtuais é exercer o fascínio, promovendo o desejo (BERNARDES, 2020). Assim, o prato de comida

degustado no almoço, o look usado na balada, o esforço feito na musculação, o presente recebido no dia dos namorados ou a última viagem de férias, compõem as imagens hipnagógicas das quais somos receptores e produtores no facebook, no instagram e em outras plataformas que prometem conexão e interação social. Logo, uma marca da contemporaneidade é a produção constante de imagens, tudo pode se transformar em aparências e, frequentemente, o nosso cotidiano é pautado por isso, como já disse Baudrillard<sup>17</sup>, esse processo está tão sofisticado que a realidade é produzida de maneira que parece ser mais real do que a verdadeira realidade, pois transforma-se em uma hiper-realidade e o objetivo dessa realidade recriada é chamar a nossa atenção para coisas sensacionais, um simulacro de literatura, cultura, política, pessoas, experiências e ideias (CARLOS, 2015).

Levando em conta essa cibercultura, podemos então inserir as redes sociais digitais como parte da indústria cultural, que de acordo com Adorno e Horkheimer<sup>18</sup> usa suas técnicas de reprodução como ferramentas de dominação, direcionando gostos, comportamentos, necessidades e informações.

Carros, roupas de grife, refeições em restaurantes que custam verdadeiras fortunas, celebridades que aparecem e desaparecem como cabides de patrocinadores; nós, mortais, ansiosos para postar fotos no facebook das melhores (somente as melhores) coisas que acontecem em nosso cotidiano, ou seja, as sociedades estão constituídas de indivíduos que fingem ser, ter, saber. Como Debord chamava a atenção, tudo se transformou em consumo. Esta é a característica do capitalismo, sistema que há muito rege a maioria das sociedades (CARLOS, 2015, p.23).

Segundo Andréia e Ziller (2014), por mais antigo que seja o ato de tornar público e compartilhada uma situação banal ou de interesse político social, este ganha contornos específicos na atualidade, podendo ser associado a uma nova maneira de produzir conteúdos audiovisuais e de se comunicar. Logo, estudar as redes sociais é estudar os padrões de conexão no ciberespaço, o que torna essencial analisar essa nova configuração das narrativas, caracterizadas por mestiçagens ou por hibridismos, assumidos na produção, edição e circulação de imagens, pois as redes sociais digitais já nascem com um forte apelo visual e o usam também como um recurso na construção de narrativas (RECUERO, 2019).

Narrar um acontecimento é uma maneira de tecer a experiência vivida e de explicitar e socializar as tensões e as realizações da vida cotidiana, assim, as imagens são usadas enquanto

---

<sup>17</sup> BAUDRILLARD, Jean. Simulacros e Simulação. Lisboa: Antropos, 1991.

<sup>18</sup> ADORNO, T. W. e HORKHEIMER, Max. Cultura e sociedade. Tradução de Carlos Grifo. Lisboa: Presença, 1970.

argumento, ou seja, quando a retórica e a argumentação são estendidas às práticas simbólicas visuais (LEAL, 2006). Jamieson (2004) argumenta que as imagens, embora possam ser truncadas e emocionalmente carregadas, muitas vezes transmitem a experiência humana de forma mais eficaz do que a palavra falada. As vivências humanas, sendo dinâmicas e complexas, são frequentemente melhor representadas por meio de símbolos visuais. Ao incorporar elementos não verbais na comunicação, enriquecemos nossa compreensão da persuasão e argumentação, adquirindo uma visão mais abrangente do processo de convencimento. Segundo FOSS (2004), a linguagem visual torna-se assim um componente essencial do ciberativismo.

O ativismo online híbrido, que combina elementos verbais e visuais, não só divulga informações frequentemente ocultadas do público, mas também explora novas maneiras de questionar a ordem dominante e reforçar a confiança das pessoas em seu potencial para promover mudanças positivas, conforme discutido por Dowling (2002). Uma das principais características dessa mestiçagem é a aproximação entre formatos típicos dos meios massivos, como a televisão e formas experimentais, com relatos precários produzidos por pessoas amadoras que são incorporadas e legitimadas, mesmo produzindo imagens fora dos padrões técnicos tradicionais, já que grande parte das fotos e vídeos que circulam no ciberespaço são gerados a partir de aparelhos móveis e transmitidos nas redes sociais em uma demonstração da autocomunicação de massa. Por isso hoje, a expressão popular “uma imagem vale mais que mil palavras” faz tanto sentido, nos alertando também quanto a criação e compartilhamento de imagens que transcendem a realidade, como montagens e deep fakes que tem tomado as redes sociais, seja na forma de memes e brincadeiras com o objetivo apenas de causar humor, quanto como aliada das fake news, com objetivo de construir uma narrativa que ao se afastar da verdade pode causar danos difíceis de reparar.

### **2.3 O ciberativismo como ágora política?**

Quando entendemos que as redes se caracterizam pela existência de indivíduos que desenvolvem laços a partir de interesses comuns, é possível verificar a formação de todo tipo de agrupamento para troca de informações, ideias e materiais, gerando não apenas uma interação entre os participantes no sentido de compartilhar conhecimentos, mas também o engajamento em questões políticas, pois a criação de perfis, fanpages, grupos e comunidades são um meio de garantir o direito de fala pelos agentes de interação e tal apropriação das redes

e do ciberespaço por estes sujeitos têm garantido a eles mais voz ativa frente à sociedade (RODRIGUES; NEVES, 2015).

O conceito de “conversação em rede” desenvolvido por Raquel Recuero (2014), ajuda a entender esse processo, explicando que a permanência das interações nas redes sociais se acentua e assim a reprodutibilidade ganha destaque, além de maior buscabilidade de novos conteúdos por parte dos atores sociais. Isso acontece porque em redes sociais, cujo foco são as conexões e as interações sociais, como acontece no facebook, a adição de pessoas é um aspecto crescente, a todo momento novos usuários se conectam ao site e, de acordo com a autora, aproxima os indivíduos que desenvolvem um vínculo entre eles independentemente de se conhecerem ou não, assim, a conversação é maior, há mais participação e mais abrangência, o gera a difusão e a repercussão de conteúdos que caem na rede e podem ganhar proporções inimagináveis, sendo difícil identificar em quantas pessoas um simples comentário pode chegar, assim, não sabemos quem são os receptores, uma vez que a mensagem publicada pode ser republicada, comentada e com isso, migrar para pontos distantes da rede (RECUERO, 2014).

Essas apropriações funcionam como uma presença do “eu” no ciberespaço, um espaço privado e, ao mesmo tempo, público. A individualização dessa expressão, de alguém “que fala” através desse espaço é que permite que as redes sociais sejam expressas na Internet (RECUERO, 2009, p. 27).

Então, a essência das redes sociais enquanto espaços de convivência e também lugares de fala, permite a representação dos valores do perfil identitário de quem os encabeça, bem como o seu caráter interativo, instantâneo e dinâmico promove a articulação de relações políticas e sociais, muitas vezes a partir dessas iniciativas pessoais, mas que extrapolam o particular ao se juntar a outras iniciativas, tecendo uma cadeia de comunicação horizontal, que oferece as possibilidades de troca de informações de modo intensivo, como a participação em debates sobre assuntos culturais, econômicos e políticos, configurando um canal aberto para a prática da ciberdemocracia (GOMES, 2005).

Vimos que a opinião pública sobre o Estado é fundamental no que diz respeito à governança, ou seja, o consenso popular com relação às decisões tomadas por instituições políticas possibilita a seus líderes a governabilidade, quando a visão da sociedade sobre o presente e o futuro do seu país se opõe totalmente às atitudes promovidas pelo seu Estado ocorre uma ruptura, que contribui significativamente para a ocorrência de mobilizações sociais. As redes sociais online se tornaram um espaço de construção dessa opinião pública, de compartilhamento de angústias em relação aos governos, um novo território de debate de ideias,

que muda a maneira como o conhecimento político é criado e difundido. É um espaço de confronto de visões políticas diferentes, na medida em que todos podem se manifestar e opinar, em outras palavras: o ciberespaço tornou-se uma ágora eletrônica global em que a diversidade da divergência humana explode em uma cacofonia de sotaques (CASTELLS, 2003). Nele encontramos,

(...) autores e leitores investidos da condição de co-autores que produzem permanentemente sentidos na interação com as malhas textuais, compostas a partir dos hipertextos constitutivos das ecologias cognitivas (RIBEIRO, 2008, p.106).

Essa ágora eletrônica abriu caminho para o ciberativismo que, segundo o sociólogo Manuel Castells (2003), são ações coletivas deliberadas que visam a transformação de valores e instituições da sociedade e que se manifestam na e pela Internet. Assim, o ciberativismo pode difundir informações e reivindicações sem mediação, com o intuito de buscar apoio para uma causa, criar espaços de discussão, troca de informações, bem como organizar e mobilizar indivíduos para ações e protestos on-line e offline (REGITANO, 2013). O que nos leva ao fato de que a mobilização política por meio da comunicação digital trata-se da capacidade de um usuário confiar em outro, mesmo sem conhecê-lo, dando ênfase a figuras individuais que não precisam pertencer a nenhum grupo ou organização política para terem seus anseios e reivindicações ouvidas e consideradas, pois o modo como as decisões são tomadas é resultado da agregação de um conjunto de objetivos baseados, não em interesses coletivos, mas sobre desejos individuais (VIEIRA, 2012, p.8).

Recuero (2011) argumenta que o compartilhamento de notícias nas redes sociais favorece o ciberativismo, na medida que está articulado a um capital cognitivo com vistas à informação e ao conhecimento, tornando a internet uma forma de mídia das massas ao eliminar barreiras impostas pela necessidade de associação a uma organização midiática. Então, a conexão entre comunicação livre por meio de redes sociais como o facebook, whatsapp, youtube e twitter, bem como as experiências cotidianas no mundo físico, formam o espaço público dos movimentos sociais contemporâneos, que é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado.

Os elementos fundamentais da diferença entre a economia da informação em rede e os meios de comunicação de massa são a arquitetura da rede e o custo de se tornar um orador. O primeiro elemento é a mudança de uma arquitetura com ligações unidirecionais aos pontos finais nos meios de comunicação de massa, para uma arquitetura distribuída com ligações multidirecionais entre todos os nós no ambiente de informação em rede. A segunda é a eliminação

prática dos custos de comunicação como uma barreira para falar além das fronteiras associativas. Juntas, estas características alteraram fundamentalmente a capacidade dos indivíduos, agindo sozinhos ou com outros, de serem participantes ativos na esfera pública, em oposição aos seus leitores, ouvintes ou espectadores passivos. Para os países autoritários, isto significa que é mais difícil e mais dispendioso, embora talvez não totalmente impossível, estar em rede e manter o controle sobre as suas esferas públicas (BENKLER, 2006, p. 212)

Nota-se que o ciberespaço se tornou uma alternativa a mídia tradicional, que pauta sua programação de acordo com interesses corporativos ou estatais, que muitas vezes não se relacionam com os interesses da sociedade civil e a primeira grande demonstração desse fenômeno foram os movimentos que permearam a Primavera Árabe. Ainda que tenham ocorrido em países diferentes, tinham em comum a luta contra ditaduras ou contra regimes autoritários, em que uma das características era o controle da mídia televisiva e impressa, além da repressão à liberdade de expressão, tornando decisivo o papel mídias alternativas, com a participação dos “jornalistas-cidadãos” em protestos e manifestações, propagando em suas redes sociais informações quanto ao que acontecia nas ruas ao publicarem vídeos e fotos. Foi por meio da internet que os sujeitos encontraram uma abertura para divulgar seus descontentamentos e demandas políticas – muitas vezes de forma anônima – bem como de relatar e demonstrar a opressão do Estado aos manifestantes, abertura essa que não foi oferecida por outros meios de comunicação. Na revolução egípcia, por exemplo, podemos dizer que os ativistas planejaram os protestos pelo facebook, coordenaram-os pelo twitter, os divulgaram por SMS e transmitiram ao mundo pelo youtube (CASTELLS, 2013). As mobilizações online representaram uma fissura democrática dentro de um sistema ditatorial, preocupando as autoridades do Egito, que ordenaram o corte do serviço de internet como forma de conter o avanço dos protestos e durante seis dias a população de todo país ficou sem acesso às redes online. Esse desligamento da conexão virtual alimentou ainda mais a revolta contra o Estado, que sofreu pressões internas e externas obrigando o governo egípcio a retornar com o serviço de internet.

As experiências da Primavera Árabe serviram de referência para movimentos que se seguiram no mundo e transformaram o uso das tecnologias e veículos de participação hoje existentes, ao demonstrar que cada um pode ser sua própria mídia e seus próprios distribuidores de mídia. Marcada por movimentos autome-diados capazes de falar por si mesmos, sem os filtros da mídia tradicional, atacaram a ideia de que “alguém tem que fazer as coisas por mim”, além de todos terem sido repórteres e até a fonte primária da informação, contribuindo com a

mudança de paradigma na relação entre cidadão e governo, sindicatos, órgãos de mídia etc. (CASTELLS, 2017).

No Brasil, o Mídia Ninja foi um dos principais meios onde era possível acompanhar a cobertura dos protestos de 2013 e em tempo real, a partir de relatos e vivências dos próprios manifestantes durante os atos, se declarando como mídia de resistência a dominação do capital e de luta pela liberdade de expressão<sup>19</sup>, exemplificando que o desenvolvimento das TICs, especialmente da ampliação do caráter interativo da internet, possibilitou a incrementação do diálogo, da deliberação e do feedback, devido a velocidade com que ocorre a propagação da comunicação entre os manifestantes, das decisões e das táticas de ação (VIEIRA, 2013).

Gladwell (2010) afirma que são as ferramentas que os ativistas usam dão confiança e empoderamento para a mudança política e social, o que garante as práticas ciberativistas a vigilância da comunidade global da web, que inclui hackers, techies, empresas, defensores dos direitos humanos, redes de militantes como o Anonymous e pessoas do mundo todo para as quais a internet se tornou tanto um direito fundamental, quanto um modo de vida (CASTELLS, 2013).

## 2.4 Empoderamento

No que se refere ao ciberativismo, existe um questionamento que divide opiniões e povoa o pensamento dos intelectuais que se voltam ao estudo do potencial das TIC 's para a transformação social: será puramente instrumental o papel da internet na expressão desses protestos sociais e conflitos políticos? Ou ocorre no ciberespaço uma transformação das regras do jogo político social, afetando o próprio jogo, ou seja, as formas e objetivos dos movimentos e dos atores políticos? (CASTELLS, 2003). Para iniciar o árduo percurso na tentativa de sanar essa dúvida, segue uma citação de Parente:

as redes se tornaram ao mesmo tempo uma espécie de paradigma e de personagem principal das mudanças em curso justo no momento em que as tecnologias de comunicação e de informação passaram a exercer um papel estruturante na nova ordem mundial (PARENTE, 2010, p.92)

Esse excerto nos leva à reflexão de que analisar o ciberativismo vai além do olhar voltado as ferramentas que o forjam, alcançando a estrutura onde estas ferramentas estão

---

<sup>19</sup> Disponível em: <https://midianinja.org/quem-somos>. Acesso em 30 de novembro de 2023.

inseridas, entendendo primeiramente o papel desta em nossa sociedade, já que sites, blogs e redes sociais representam apenas a superfície de um sistema complexo. Esses instrumentos fazem parte da área de comunicação e informação, um setor que sempre foi crucial na organização da sociedade e de suas relações de poder, cuja importância cresce com o surgimento de novas tecnologias como a internet.

A relação do homem com a técnica e a tecnologia sofreu profundas alterações ao longo do século XX, motivada pelas duas guerras mundiais, pela industrialização do ocidente e em função da importância que a humanidade tem dado, especialmente, nos últimos cinquenta anos à preservação e transmissão do conhecimento (OLIVEIRA; BAZI, 2008). O termo sociedade da informação surge na década de 1970, no âmbito de discussões sobre o que seria a “sociedade pós-industrial” e quais seriam suas principais características, quando os formuladores de políticas notaram que a informação estava desempenhando um papel cada vez mais importante não apenas em setores econômicos (com o aumento do número de trabalhadores na área de informação, de serviços, de produtos inteligentes, etc.) mas também na vida social, cultural e política (TAKAHASHI, 2002). Bernd Frohman, definiu o regime de informação que compõe essa sociedade como:

qualquer sistema ou rede mais ou menos estável, no qual a informação flui por meio de determinados canais – de produtores específicos, via estruturas organizacionais específicas, a consumidores ou usuários específicos. O rádio e a televisão, a distribuição de filmes, a publicação acadêmica, bibliotecas, fluxos de dados transfronteiras, a emergente infovia: todos esses são nodos de redes de informação, ou elementos de regimes específicos de informação (FROHMAN, 1995, p. 5).

De acordo com o autor, para analisar um regime de informação é necessário entender os processos que resultam em conflitos entre grupos, interesses, discursos e até artefatos científicos e tecnológicos. Frohman (1995) defende ainda a existência de uma política da informação, que seria uma junção de práticas que “estabilizam” e “mantêm um regime de informação”, sendo “feita e desfeita” todos os dias através de práticas complexas de interação social, logo, é moldada pelas ações de informação dos atores sociais. A pesquisadora González de Gómez (2002) afirma que em tais ações a linguagem exerce um papel central, pois é dos usos sociais da linguagem de onde se expropriam os vínculos entre economia, tecnologia e política, além de incorporar o ponto de vista dos participantes e dos arranjos comunicacionais em que acontece a interface entre informação e poder (ALBAGLI; MACIEL, 2011). Essa relação entre

informação e poder pode ser compreendida pela abordagem sociológica de Diogo Moreira (1996), para quem o poder é um fenômeno social:

para a configuração do poder, então, exige-se a existência de uma “vontade”, de uma “capacidade” para fazer valer a vontade, ou seja, a produção dos “efeitos desejados”, e, finalmente, da certeza de que é preciso agir, pois os efeitos não aconteceriam “espontaneamente”. Para conhecer, conceber ou divulgar uma “vontade” e também para avaliar a “capacidade” operacional, o poder demanda informação (SILVEIRA, 2000, p.80).

Galbraith (1986) apresenta três formas de exercer o poder: através da coação (quando a submissão ocorre pela imposição de alternativa “desagradável ou dolorosa” à não rendição), a recompensa (quando é oferecido uma compensação, que leva à aceitação da submissão) e a persuasão (quando a submissão ocorre pelo convencimento do que é apropriado, através de mecanismos de manipulação simbólica). Para controlar indivíduos e grupos, recompensas e punições não são suficientes, é preciso conscientizar as pessoas de que determinada forma de comportamento é socialmente adequada e por isso deve ser praticada, portanto, a persuasão é uma das principais marcas do exercício do poder e a mais eficiente. A forma como as pessoas pensam determina o destino das instituições, normas e valores, sobre os quais a sociedade é organizada, poucos sistemas institucionais podem perdurar baseados unicamente na coerção, já que torturar corpos é menos eficaz do que moldar mentalidades, logo, a luta fundamental pelo poder é a batalha pela construção de significado na mente das pessoas (CASTELLS, 2017).

O processo de comunicação socializada, via troca de informações, é a principal forma de produção social de significados. Uma das características essenciais dos processos de construção simbólica é que eles dependem das mensagens e estruturas criadas, configuradas e difundidas nas redes de comunicação de multimídia e mesmo que cada mente humana individual construa seu próprio significado interpretando em seus próprios termos as informações comunicadas, são influenciados pelo ambiente da comunicação, portanto a mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção de significado e como consequência a produção das relações de poder (CASTELLS, 2017). A partir disso, é possível compreender a expressão “informação é poder”, pois além de ser um fator multiplicador, também é a medida da avaliação do poder, cada vez mais relacionado ao controle sobre o imaterial e o intangível, tais como conhecimentos, ideias, gostos e desejos individuais ou coletivos, bem como sobre os meios por onde estes circulam (DIZARD, 1982).

A sociedade mundial, tecida ao longo do século XXI, tem assistido a uma reconfiguração do político, em que a adoção e a difusão generalizadas das formas de

comunicação digital, tornou a internet um importante campo de disputa de poder – envolvendo tanto poderes dominantes, como contrapoderes de resistência – que altera as formas de apropriação e uso (particular ou coletivo) da informação e da sua comunicação (MOULIER BOUTANG, 2011).

Para quem tem acesso a um computador e capital cultural para empregá-lo no interior do jogo democrático, a internet é um recurso valioso para a participação política, que pode assegurar aos interessados em participar do jogo democrático dois de seus requisitos fundamentais: informação política atualizada e oportunidade de interação (GOMES, 2005, p.7).

Dado esses fatos, não é possível considerar apenas o caráter instrumental do ciberativismo, através de seus dispositivos de protesto, é preciso também constatar a sua capacidade de mudar as regras do jogo político social e afetar o próprio jogo - respondendo a aquele fatídico questionamento. Essa capacidade pode ser vista em movimento através da tríade resistência, contra-poder e reconfiguração, que tornam o ciberativismo uma forma de empoderamento dos movimentos sociais, entendendo este empoderamento como um processo dialético que capacita as pessoas excluídas para transformarem as relações de poder que limitam o acesso às relações em geral com o Estado, o mercado e a sociedade (FONSECA; SILVA, TEIXEIRA, 2017).

Historicamente o conhecimento foi reservado a uma parcela da elite (como a igreja, partido ou classe social) e as técnicas de controle da informação foram baseadas no racionamento, ou seja, no segredo e na censura arquitetados por um poder detentor de autoridade para controlar as fontes e instâncias produtoras de conhecimento, bem como a difusão desse conhecimento, especialmente quando o conhecimento do corpo político se torna, em si mesmo, parte essencial da criação do espaço e do debate público na democracia (MACIEL;ALBAGLI, 2011).

A democratização parcial da informação, a partir do momento em que uma fração maior da população consegue ler e escrever, altera os dispositivos de controle. A censura se segmenta. As esferas de produção do conhecimento passam a reconhecer, não sem dificuldades, as liberdades de associação, de expressão, de circulação e de publicação. Mas é a amplitude da difusão e da possibilidade de atingir um grande público que se torna objeto da solicitude dos poderes. Quanto maior a audiência, mais controladas são as liberdades – sobretudo em termos dos conteúdos, tornando difícil difundir determinadas informações e complexidades através das grandes redes de televisão, e nos horários nobres, em países cujo índice de alfabetização chega perto dos 98% (...). Desde sempre, a máquina bem azeitada que mantém, através de uma série de engrenagens sofisticadas, o conhecimento como a musa da autoridade, e a

informação como a prostituta do poder, vem experimentando falhas extraordinárias. O conhecimento de um fato em tempo real, como saber o número de mortos em uma barricada, foi o suficiente, ao longo da história da França, para transformar um motim em revolução e derrubar a monarquia, como aconteceu em 1792, 1830 e 1848 ((MACIEL; ALBAGLI, 2011, p.84).

Então, o monopólio da informação e do conhecimento pode ser uma estratégia de controle da população, assim como a sua livre circulação pode ser apropriada como resistência por indivíduos e grupos. Ninguém existe de modo passivo, ou seja, as pessoas reagem a situações, injustiças, preconceitos e desigualdades que lhes são impostas em seu dia a dia e segundo Foucault<sup>20</sup>, a resistência surge a partir da relação entre as formas de saber e as forças do poder, sobretudo como crítica a esses modos de poder-saber que nos constituem e nos quais vivemos imersos (FERRARI; MACHADO; OLIVEIRA, 2019). É possível afirmar que o ciberespaço vem se constituindo como forma de saber, de maneira que vamos aprendendo a gerar, a usar, a circular informação e a construir articulações nesse espaço, elaborando conhecimento de si e dos outros a partir dele.

Assim como a cidade há muito tempo é palco de resistências, o ciberespaço também vem se desenvolvendo, em meio a forças do poder, como espaço de denúncia, de acusação, de ameaça e de resistência, unindo o espaço de saber e as forças do poder, por meio da capacidade de articulação social que a internet apresenta, permitindo que uma ação individual possa se tornar coletiva em um curto período (FERRARI; MACHADO; OLIVEIRA, 2019). Tais ações coletivas representam novas formas de ser e de estar no mundo, pois as revoluções tecnológicas da informação digital modificam a memória, o estar junto e o agir comunicacional, formando núcleos de resistência que são constituídos pelas práticas de luta e de transformação da realidade como expressão do ativismo, encontrando na internet seu meio ideal de organização, devido a possibilidade de estabelecer novas formas de troca social, mais ágil, abrangente e incontrolável, em que conhecimento e informação não constituem mais o privilégio de governos, instituições e classes dominante ampliando o entendimento da internet como mídia privilegiada dos grupos ou indivíduos na sua ação ativista (MOULIER BOUTANG, 2011).

A multidão tem a oportunidade de resistir aos poderes dominantes ao se colocar no centro dos conflitos e da produção de sujeitos, onde o lugar, a modalidade e os jogos políticos são, ao mesmo tempo, deslocados pela designação de um novo lugar de fundação da política, por um processo exterior ou nômade, fortemente anti-institucional (MOULIER BOUTANG, 2011). Por meio dessa dinâmica, o ciberativismo apresenta-se como uma forma dos

---

<sup>20</sup> REVEL, J. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

movimentos sociais resistirem às limitações à liberdade de expressão e à dominação da mídia tradicional.

São nestas vastas redes entrelaçadas de interfaces comunicacionais, distribuídas indiferentemente em salas, mesas ou mãos, que os afetos e interesses circulam modulando as intensidades capazes de orientar os movimentos e sustentar a coesão de uma multidão em face das normas e ditames imperiais (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 190).

Neste sentido, cabe também considerar o conceito de autocomunicação de massa desenvolvido por Castells (2005), definida como o uso da internet e das redes sem fio como plataforma da comunicação digital, em que esta fornece a tecnologia para a construção da autonomia do ator social, em relação às instituições da sociedade. Conforme o sociólogo afirma, é autocomunicação de massa, pois processa mensagens de muitos para muitos, pois a produção da mensagem é decidida de modo autônomo pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens das redes de comunicação é autoselecionada, baseando-se em redes horizontais de comunicação interativa, difíceis de controlar por governos ou empresas, além do fato da comunicação digital ser multimodal, ou seja, permite a referência constante a um hipertexto global de informações, cujos componentes podem ser remixados pelo autor (CASTELLS, 2013).

Essas observações de Castells, feitas a cerca de uma década, hoje merecem uma problematização devido às transformações ocorridas no uso das redes digitais e na sua apropriação por governos, partidos políticos, empresas e outros grupos de interesses, que serão apontadas posteriormente na abordagem sobre os códigos invisíveis. Apesar disso, a noção de autocomunicação de massa nos permite ver como o ciberativismo através de associação entre imagens, palavras de ordem, histórias compartilhadas e manifestação programada, rompe com o sentido das coisas e, principalmente, faz irromper uma diversidade de força do singular, já que os compartilhamentos online podem transformar a ação singular em uma rede de apoio que dá força a uma pluralidade, composta por pessoas tão diferentes e iguais entre si (FERRARI; MACHADO; OLIVEIRA, 2019). Assim sendo, a autocomunicação possibilita que, da segurança do ciberespaço, pessoas de todas as idades e condições ocupem o espaço público num encontro às cegas entre si e o destino que desejam forjar (CASTELLS, 2013). As conhecidas mobilizações online impulsionadas a partir de hashtags, tais como #MeuAmigoSecreto, #PorTodasElas, #NãoSejaUmPorquê, #MeToo e #BlackLivesMatter, são exemplos disso e expressam o chamado *hashactivism*, que coloca em evidência mundial o que

se pretende pôr em discussão, a formação de grupos on-line convoca pessoas de forma instantânea ao diálogo; os comentários e os compartilhamento multiplicam-se rapidamente e, juntamente, as fronteiras temporais e geográficas se enfraquecem (FERRARI; MACHADO; OLIVEIRA, 2019).

Esses eventos juntam-se aos referidos grupos como parte do movimento formado por pessoas que identificam-se como sujeitos unidos ao acontecimento, atores de sua atualização, e têm a republicação como estratégia de alargamento de si e de sua própria potência em uma audiência intensa (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 198).

Esse processo de autocomunicação de massa contribui no enfrentamento dos poderes estabelecidos, pois da resistência nasce o contrapoder, ou seja, emergem ações, linguagens, expressões de arte cuja tarefa seria fazer aparecer aquilo que não aparecia, fazer emergir as pequenas infâmias do cotidiano (VILELA, 2006). As relações de poder constituem a sociedade, já que aqueles que possuem o poder moldam as instituições de acordo com seus valores e interesses, assim sendo, o contrapoder é definido por Castells (2013) como a capacidade dos atores sociais desafiar o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses, intervindo nos desequilíbrios e auxiliando no incremento do poder daqueles grupos desprovidos dele. Na sociedade em rede, são os programadores e comutadores que detém o poder, que é exercido programando-se e alternando-se as redes e o contrapoder é desempenhado reprogramando-se as redes em torno de outros interesses ou até rompendo as alternâncias predominantes, ao mesmo tempo que se alternam as redes de resistência e mudança social: o ciberativismo que surge da autocomunicação de massa, mais do que um dispositivo de protesto, é capaz de causar momentos de ruptura, ao construir novos significados na mente das pessoas e conectar as redes de contrapoder (CASTELLS, 2013).

Castells afirma que a Primavera Árabe foi a primeira série de subversões políticas em que a alienação em relação ao Estado, o consenso entre a população participante do protesto e a defesa do movimento pela opinião pública internacional foram digitalmente mediadas. A mídia digital além de fornecer a infraestrutura que estabeleceu laços de comunicação e organização entre os grupos de ativistas, também mediou as inspirações para protestar, em suas palavras, a mensagem constrói o meio e a mensagem chave foi a rejeição a todas as instituições políticas e econômicas que determinavam a vida das pessoas.

Conectando redes de contrapoder, os manifestantes ficaram suficientemente poderosas para induzir a desconexão entre importantes redes de poder, enfraquecendo o sistema de dominação e transformando a violência num recurso cada vez mais difícil de empregar para manter o país sob controle (CASTELLS, 2013, p.72).

Para o cientista político David de Ugarte, o empoderamento gerado pelo ciberativismo ocorre por meio dessa articulação entre discurso, ferramentas e visibilidade. O discurso propõe uma determinada maneira de olhar o mundo, de certo estilo de vida e as ferramentas remetem às formas utilizadas pelos ciberativistas para disseminar seu discurso, seja por meio do uso de softwares livres, listas de discussão, entre outros, possibilitando a visibilidade que constituiria o ápice da mobilização do movimento ciberativista, razão pela qual se teceram estratégias on-line e off-line a partir do uso de ferramentas digitais (FLORES; GOMES, 2017). Assim sendo,

um ciberativista é alguém que utiliza a internet, e, sobretudo, a blogosfera, para difundir um discurso e colocar à disposição públicas ferramentas que devolvam às pessoas o poder e a visibilidade que hoje são monopolizadas pelas instituições. Um ciberativista é uma enzima do processo pelo qual a sociedade deixa de se organizar em redes hierárquicas descentralizadas e passa a constituir-se em redes distribuídas basicamente igualitárias (UGARTE, 2008, p. 42).

Estratégias como a campanha e o *swarming* compõem essa articulação presente no repertório de confronto de diversos ativistas. Em uma campanha escolhe-se um tema, um inimigo e as táticas para viabilizar a ideia, o que pode levar ao *swarming*, caracterizado como redes de enxames por ser uma forma de ação em pequenos grupos dispersa e estruturada em rede, onde inicia-se um debate mais acalorado e que permite ataques tão rápidos quanto a própria retirada deles para uma nova organização, funcionando melhor quanto mais dispersa for sua estrutura (ALCANTARA, 2015). Segundo Ugarte o *swarming* apresenta etapas de deliberação que desembocam em um novo consenso social ou em uma mobilização de rua:

(...) a culminância na mobilização de rua de um processo de discussão social levado a cabo por meios eletroeletrônicos de comunicação e publicações pessoais na qual deixa de existir a diferença entre ciberativistas e mobilizados (UGARTE, 2008, p.47).

Os símbolos e significados construídos a partir do compartilhamento e disseminação de imagens nas redes sociais compõem uma das principais estratégias presentes nessa linguagem ciberativista. O filósofo francês Jacques Rancière aponta três tipos de poder associados à imagem: o poder de mostrar, o poder de significar e o poder de dar testemunho da história.

Esses poderes se expressam através do que ele chama de jogo de operações: relações entre um todo e as partes, entre uma visibilidade e uma potência de significação e de afeto que lhe é associada, entre as expectativas e aquilo que vem preenchê-las (RANCIÈRE, 2013). Isso permite relacionar a forma metamórfica às operações de linguagens associadas às imagens produzidas com câmeras de celulares, por exemplo.

Para tratar do poder da linguagem visual no ciberativismo é importante apresentar sua relação com três elementos que derivam dos poderes mencionados por Rancière: a ressignificação, as imagens na altura do homem e a estética do inacabamento. O objetivo da ressignificação é usar as referências já conhecidas pelo público para chamar sua atenção à causa defendida ou provocar uma reflexão crítica sobre fatos e acontecimentos, dessa forma, os ciberativistas usam símbolos já conhecidos por um grande grupo de pessoas (seu público-alvo), especialmente aqueles que foram transmitidos pela mídia de massas, os modificam ou os adaptam para serem empregados de acordo com os seus propósitos. A apropriação de imagens referência, interpreta ou questiona as formas, valores e sentidos de imagens preexistentes e as recontextualiza, atribuindo novos sentidos, tendo como ponto de partida alguns conceitos da fonte primária e a possibilidade de reestruturá-los no novo contexto, o que gera novos sentidos, assim, suas significações alteradas fazem da imagem apropriada e disposta em seu novo contexto algo distinto da sua concepção original, podendo inclusive ser estranhas à imagem-fonte apropriada ou mesmo à mensagem pretendida originalmente (ZILLER, 2013).

As imagens registradas na altura do homem, se referem às narrativas audiovisuais produzidas pelos manifestantes no “calor do momento”, o que lhes confere uma força testemunhal e emocional caracterizada pela ausência de padrões técnicos tradicionais, como a definição da imagem ou a estabilidade da câmera. Tal estética forja “um efeito de real” que diluem ou até apagam o polo de enunciação e, segundo Brasil e Migliorin (2011), essa ausência de autoria individual também é uma estratégia de inserção em um jogo de representações e de poder. Neste sentido, a estética do inacabamento aumenta o impacto dos relatos testemunhais, pois as imagens sem foco, os planos mal definidos e os áudios ruidosos, atestam uma realidade crível, mesmo não sendo produzida nos moldes dos cânones jornalísticos (ALZAMORA, 2011), proporcionando as imagens amadoras o potencial de estabelecer laços, instigar um debate e até indignar seus espectadores. Um exemplo, é a distinção entre imagens de violência e imagens violentas, proposta por Jost (2007): as imagens da violência, comumente produzidas com profissionalismo e técnicas jornalísticas de emissoras de televisão ou jornais impressos, não comprometem o telespectador, pois ele as testemunha de um ponto de vista exterior, “desencarnado”, nas palavras de Jost, “quase divino”, diferente da imagem violenta, gravada

nas ruas, na altura do homem, com uma estética inacabada, pois a coragem, as hesitações, recuos, surpresas e medos dos autores suscitam uma maior emoção e comoção, já que foi vivida e não apenas vista. As imagens violentas permitem que as pessoas que as observam, vivam o acontecimento, ao construírem uma humanidade atrás da câmera, o que para Jost provoca um choque perceptivo em oposição ao choque emotivo gerado pelas imagens da violência. A disseminação de imagens violentas pelos ciberativistas, ou seja, de imagens que testemunham mais do que reportam, imagens que exalam emoção, mais do que informam, imagens que vinculam, mais do que argumentam, intensificam o efeito do real, motivando o espectador a se engajar e contribuir para sua legitimação (JOST, 2007).

O empoderamento proporcionado pelas táticas ciberativistas, passa então, pelas ações conectivas que geram uma comunicação personalizada, ou seja, a organização da ação se dá pelo processo de difusão interativo e viral dos frames individuais que ocorre por meio de apropriações pessoais, imitações e do compartilhamento social do conteúdo.

Essas mídias são um instrumento estratégico para os movimentos, ajudando-os a influenciar o conteúdo e a prática da mídia de massa hegemônica, lutar por reformas midiáticas democratizantes através da pressão ao poder público, construir uma mídia independente, democrática e participativa, transformar a relação entre a mídias e as audiências, empoderando esta última (ALCANTARA, 2015, p.90).

O ciberativismo, portanto, emprega ou modifica os artefatos de comunicação, práticas e arranjos sociais das novas tecnologias da comunicação e da informação, para mudar e alterar as formas dominantes aceitas ou esperadas de se construir a sociedade, culturas e políticas, culminando em uma reconfiguração da realidade. Essa reconfiguração é entendida aqui não como uma completa transformação de instituições, políticas ou governos, mas sim como uma transformação dos mecanismos de poder que compõem os processos de mudança da mentalidade social e possibilitam a construção de novas narrativas, colocando em evidência novos atores sociais (LIEVROUW, 2011). Um exemplo, é alteração ou modificação de pautas, deslocando o conhecimento do poder para os contrapoderes emergentes, que revelam segredos e interferem nos monopólios constituídos, liberam das tutelas prévias - representadas principalmente por censuras - e vão conquistando âmbitos da sociedade, da economia ou da política que lhes era negado.

O pluralismo informativo, a garantia de acesso à informação, uma imprensa livre, a participação cidadã em debates político-sociais, a transparência pública e a possibilidade de

revisão constante e aberta da política vigente e da cidadania almejada, são características da democracia (DIVINA et al, 2017). Assim, o ciberativismo mostrou seu potencial para aliado da cidadania digital, definida como um compromisso positivo com as tecnologias digitais (criação, trabalho, partilha, socialização, investigação, jogos, comunicação e aprendizagem); uma participação ativa e responsável nas comunidades local, nacional e global em níveis (político, económico, social, cultural e intercultural); envolvendo-se no processo de aprendizagem ao longo da vida, em cenários formais, informais e não formais (DIVINA et al, 2017). Neste contexto, as mídias digitais assumiram um papel fundamental no que diz respeito às discussões sobre participação política, democracia, deveres sociais e direitos humanos,

além de substituir os partidos políticos na função de principais mediadoras entre os candidatos e os eleitores nas campanhas eleitorais, tem desempenhado outras funções que tradicionalmente eram atribuídas aos partidos tais como: definir a agenda dos temas relevantes para a discussão na esfera pública, gerar e transmitir informações políticas, fiscalizar a ação das administrações públicas, exercer a crítica das políticas públicas, e, finalmente, canalizar as demandas da população junto ao governo (FRAU- MEIGS DIVINA et al., 2017, p. 15).

O conceito de “isegoria” da filósofa Marilena Chauí (2014), trata-se do direito de nos expressarmos de forma livre em debates democráticos nos espaços públicos, pois assim as opiniões podem ser aceitas, desconstruídas e até refutadas, garantindo a civilização do conflito, que na democracia é considerado legítimo e necessário, demandando mediações institucionais. No entanto, o ciberespaço dificulta essa mediação e civilidade, produzindo um regime de incertezas.

O conflito, como matéria-prima da democracia, deve ser organizado a fim de garantir os espaços de convivência e o cumprimento dos papéis societários dos diferentes atores e instituições. Todavia, à medida que o palco da democracia passa a ser a Internet, e observamos a paulatina desorganização do conflito – ocorrendo de forma espontânea ou arquitetada – quais são os riscos para a cidadania na era das democracias digitais? (CHAUÍ, 2017, p. 19).

Os recentes escândalos envolvendo roubo de dados dos usuários e disseminação massiva de fake news para promoção de pautas, pessoas, partidos e até para perseguição política via redes sociais online, minaram os sonhos despertados no início dos anos 2000 com o boom da internet, quanto a cidadania digital como parte integrante das práticas democráticas, pois os meios de comunicação digitais tornaram-se um negócio de “audiências”, formados por grandes conglomerados e controlados por poucos, imersos em uma rede de poder que tem influência sobre as esferas política, econômica e social (LUHMANN, 2005). Embora boatos, mentiras, enganos e teorias da conspiração não sejam uma novidade na política, a circulação dos elementos simbólicos atingiu, com a internet, uma dimensão maior e mais preocupante, o que motiva os estudiosos à denúncia e à busca de estratégias de combate as distorções provocadas pela desvinculação orgânica entre comunicação e verdade (SIGNATES, 2019, p. 19). Da era da informação passamos a era da desinformação, fazendo da pós-verdade um dos principais desafios para o exercício da cidadania, pois afasta os cidadãos dos debates políticos baseados em fatos e confiança legítima, revelando outra faceta do poder do ciberativismo: sua capacidade de também mobilizar e incitar valores antidemocráticos.

## **2.5 Os códigos invisíveis**

Qual é o preço da mentira? Não é que podemos confundi-la com a verdade. O perigo real, é que se ouvirmos mentiras o bastante, não reconheceremos mais a verdade. E o que poderemos fazer? O que restará, além de esquecer até a esperança de verdade e nos contentamos, em vez disso, com histórias. Nessas histórias, não importa quem são os heróis, só queremos saber quem podemos culpar (CHERNOBYL, 2019).

Os algoritmos são mecanismos mediadores das relações online: as empresas (de serviços e produtos) buscam aprender sobre o perfil de consumo das pessoas através de modelos matemáticos, contribuindo na construção de uma mídia que oferece sugestões e filtros de conteúdo baseados no padrão de comportamento dos usuários na internet. No entanto, essa

definição dos algoritmos ainda é muito simplista e não contribui para termos uma visão profunda de suas consequências sociopolíticas.

Códigos se referem a maneira como interpretamos o mundo, absorvemos a realidade através de um filtro que nos permite decodificá-la, mas onde estão esses códigos? A ideia de que não são visíveis a olho nu, torna assustadora as possibilidades de percepção dos acontecimentos à nossa volta. É por isso que o conceito de códigos invisíveis do sociólogo Sérgio Amadeu da Silveira é importante, já que aponta para a preocupação de que os algoritmos acabem com a capacidade de dialogar, de mudar de opinião e respeitar interesses e vontades opostas, dentro e fora da internet, tornando-se um terreno fértil para manipulação e interferência de agências de financiamento de ações políticas em prol de causas próprias, se necessário até mesmo através de notícias falsas (SILVEIRA, 2019). Isso conduz o ciberespaço na direção oposta à participação popular na política, ou seja, minando o seu potencial como ferramenta democrática.

Neste sentido, cabe aqui alertar que, por mais revolucionário que o mundo virtual tenha sido – no que diz respeito à ampliação da liberdade de expressão e de acesso à informação – nem todo o movimento que se desenvolve a partir dele será necessariamente democrático. Nem todos estão agindo dentro da rede de maneira consciente, já que esta pode gerar um fenômeno de homogeneização da opinião e do debate (VIEIRA, 2013). A possibilidade de os indivíduos seguirem páginas e acompanharem notícias personalizadas, de excluir ou bloquear de suas redes sociais sujeitos que postam conteúdos que divergem de suas opiniões, de participarem ativamente de grupos, via facebook ou whatsapp que expressam uma única visão de mundo, contribui significativamente para que as pessoas vivam em “bolhas” que geram intolerância e produzem ou reforçam certas ideologias. O elemento irracional também ganha notoriedade, a aglomeração e a multidão influenciam no modo de agir das pessoas, despertando instintos animalescos (SCHUMPETER, 1961). E como já foi apontado, a internet é o principal ponto de encontro das multidões, que são movidas por sentimentos diversos, tais como indignação, desesperança e fúria.

O filósofo e economista John Stuart Mill (2000) lembra-nos que muitas pessoas confiam que sua opinião seja a certa, pois esta é partilhada por aqueles que a rodeiam, confiam no mundo ao seu redor com o qual mantêm contato – família, igreja, classe social, partido político. Então, as redes sociais estabelecidas através da internet funcionam como uma extensão do universo de convivência dos indivíduos e conforme suas opiniões são curtidas e compartilhadas, estes então, acreditam serem detentores da verdade, mesmo que essa “verdade” seja muitas vezes preconceituosa e excludente. Esse comportamento abre espaço para um problema

contemporâneo que ganhou destaque nos últimos anos: as fakes news compartilhadas no mundo virtual. As mentiras espalhadas em meios de comunicação não são novidade, a inovação está na forma sistêmica como isso vem acontecendo, já que o atual desenvolvimento tecnológico permite que indivíduos ou grupos criem conteúdos inverídicos sem se identificarem e através dos chamados robôs repassem isso para milhares de pessoas, que por sua vez podem compartilhar com outras milhares.

“Bem vindo ao deserto do real” é o que o personagem Morpheus diz no primeiro filme da trilogia de Matrix (1999) quando apresenta ao protagonista Neo as imagens do que o planeta terra havia se tornado após o ataque das máquinas: escuridão, caos, destruição e ao mesmo tempo vazio. Este filme, inspirado na obra de William Gibson, devido ao interesse das diretoras Wachowski pela questão da hiper-realidade, conduz a uma reflexão sobre a verdade, elemento que nos faz confiar no mundo ao nosso redor<sup>21</sup>. Em sua busca incessante pela verdade, o filme questiona o que é a realidade, tentando convencer os personagens de que as imagens cheias de cor e de vida que consomem desde que nasceram não passam de dados digitais projetados em suas mentes, de que a rotina cansativa ou empolgante que vivem, não passa de um programa de computador projetado para manipulá-los e mantê-los sob controle, enquanto servem de energia para alimentar os planos de seus dominadores. No filme, conhecer a verdade é saber diferenciar o sono da vigília, é acordar e ver o mundo como ele é, correndo o risco de encontrar um inimigo cuja existência até então era desconhecida. Por que tantas pessoas viveriam uma mentira? Por que, algumas delas, mesmo quando descobrem a verdade, desejam retornar ao estado de negação, como o personagem Cypher? A matrix é cativante, capaz de preencher o vazio do mundo real, que é intencionalmente tratado como um deserto, um lugar que nada pode oferecer. A matrix também é viciante, na medida que proporciona experiências que afetam todos os sentidos e apelam para a subjetividade do ser humano. Quanto mais tempo permanecia conectado a matrix, mais dificuldade Neo tinha em saber diferenciar a ficção da realidade. A matrix não era apenas uma mentira sobre a situação do planeta, mas também uma reconstrução da realidade e uma ressignificação da verdade e de sua importância: só porque não é verdadeiro, não significa que não é real. É o perfeito divórcio entre a verdade e os fatos.

Essa é a descrição da chamada era da pós-verdade que vivemos hoje. De acordo com o filósofo Michiko Kakutani (2018), as mentiras fabricadas pelos códigos invisíveis a serviço de grupos de interesse, reconstróem a realidade ressignificando o que é a verdade ou estimulando

---

<sup>21</sup> SILVA, F. C. DA .. The Matrix: a aventura da formação no mundo tecnologizado. Educação & Sociedade, v. 28, n. 101, p. 1545–1561, set. 2007.

um descaso pelos fatos, transformando mentira em informação. Os sujeitos, por sua vez, confiam na veracidade das informações, pois confiam na legitimidade das ideias propagadas em suas bolhas, ajudando na divulgação de notícias falsas que tem como principal objetivo manipular a opinião pública. Nas palavras de Baudrillard, nós perdemos a capacidade de distinguir a realidade da ficção, pois vivemos em um universo onde existe cada vez mais informação e cada vez menos sentido (BAUDRILLARD, 1991).

Em 2016, dois importantes acontecimentos políticos foram protagonizados por redes sociais influentes como o facebook, através dos códigos invisíveis. A saída do Reino Unido da União Europeia, aprovada através de um referendo popular, ficou conhecida como Brexit e foi antecedida por uma intensa campanha da direita britânica - com apoio de instituições privadas - em outdoors, no rádio, na televisão e principalmente na internet, abordando questões econômicas, autonomia política e principalmente problemas relacionados a imigração para defender seu desligamento do bloco econômico<sup>22</sup>. A campanha eleitoral que elegeu Donald Trump presidente dos Estados Unidos, também fez das plataformas online seu principal palanque político, com postagens sobre tolerância zero a imigração, política de expansão militar e armamentista, medidas protecionistas e outras ideias consideradas conservadoras. Para potencializar os resultados de suas campanhas online, tanto os envolvidos no Brexit quanto na eleição de Donald Trump contrataram a Cambridge Analytica, uma empresa de consultoria em comunicação que faz uso de engenharia social e ficou responsável por coletar, analisar e manipular dados digitais.

Em 2018 estourou o escândalo que esclareceu como essas duas campanhas foram operadas na prática. A Cambridge Analytica obteve em 2014 de forma ilegal, dados de mais de 50 milhões de usuários do facebook, por meio de um questionário respondido pelos norte-americanos eles tiveram acesso a dados que diziam respeito a basicamente tudo o que esses indivíduos faziam nas redes (curtidas, compartilhamentos, comentários etc.), bem como todas as informações de sua lista de amigos<sup>23</sup>. Através destes dados foi possível identificar gostos, tendências de pensamento político, além de identificar aqueles que estavam indecisos quanto ao seu voto, permitindo a empresa trabalhar na construção de perfis influenciáveis e em conteúdos personalizados que foram encaminhados a essas pessoas em suas redes sociais, com o intuito de manipular suas ideias e direcionar suas decisões durante a campanha para presidente

---

<sup>22</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2020/01/31/internacional/1580494832\\_099752.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2020/01/31/internacional/1580494832_099752.html). Acesso em 15 de fevereiro de 2022.

<sup>23</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/entenda-o-escandalo-de-uso-politico>. Acesso em 15 de fevereiro de 2022.

dos Estados Unidos em 2016<sup>24</sup>. Entre esses conteúdos estavam notícias falsas sobre a oposição dos republicanos, vídeos com efeitos de cortes para manipular as falas da candidata Hillary Clinton, postagens anticorrupção, enquadrando o comportamento dos políticos democratas como corruptos, frases e discursos que culpavam os imigrantes pelos problemas econômicos e sociais norte-americanos, entre outros conteúdos que objetivavam não apenas atrair a extrema direita já existente, bem como conquistar uma nova base política, seduzindo inclusive jovens – que ainda são o maior público nas redes sociais – as ideias conservadoras. O Brexit, funcionou como uma espécie de teste que antecedeu as eleições norte-americanas, usando os dados dos britânicos para direcionar conteúdos condizentes com as estratégias dos líderes políticos e empresários que desejam a saída do Reino Unido da União Europeia.

O ex-funcionário da Cambridge Analytica, Christopher Wylie afirmou em entrevistas à imprensa e em seus depoimentos na investigação de roubo de dados, que o Brexit não teria sido bem-sucedido sem o uso das redes sociais online e a manipulação de dados digitais dos usuários. Ele disse ainda, no documentário *Privacidade Hacked* (2019), produzido pela Netflix, que Steve Bannon, um dos fundadores da empresa e líder da campanha política de Trump, acredita na doutrina de que a política está abaixo da cultura, então para mudar a política é preciso uma mudança cultural. Nas palavras de Wylie sobre o pensamento de Bannon: se você quiser mudar fundamentalmente a sociedade, primeiro deve destruí-la e somente depois de destruí-la é possível remodelar os pedaços segundo sua visão de uma nova sociedade.

No Brasil, grupos de extrema direita como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua, surgiram online a partir de discussões em páginas criadas durante as mobilizações de junho de 2013, se oficializaram enquanto movimento em 2015, apoiando o impeachment da presidente Dilma Rousseff, tendo a internet como principal território de suas mobilizações contra o (PT) e de convocação dos protestos. Hoje, suas páginas no facebook contam com cerca de 3 e 2 milhões de seguidores respectivamente, sendo conhecidas por suas postagens antipetistas e por seus protestos antidemocráticos. O MBL possui uma loja online que vende livros sobre os princípios do neoliberalismo, além de camisetas com frases como “o Lula tá preso babaca”. Um dos livros à venda tem o pretensioso título: *Como um grupo de desajustados derrubou a presidente* (2017)<sup>25</sup>. É claro que a destituição da presidente foi um acontecimento complexo, fruto de interesses políticos e disputas partidárias muito anteriores ao surgimento do MBL e não devido à força de um simples “grupo de desajustados”. No entanto, eles

---

<sup>24</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-43705839>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2022.

<sup>25</sup> Disponível em: <https://loja.mbl.org.br/produtos/livro-como-um-grupo-de-desajustados-derrubou-a-presidente-mbl-a-origem-autografado>. Acesso em 20 de maio de 2022.

contribuíram na construção da figura do inimigo público – neste caso o PT – ao povoar o imaginário popular com postagens que expressam ideias anticorrupção, ideologia antiassistencialista e meritocrática, de ódio a programas sociais como o Bolsa Família, de medo do comunismo, bem como através de notícias falsas que ajudaram a manchar a imagem do PT, dos ex-presidentes Dilma e Lula, bem como da esquerda em geral.

Um inquérito iniciado em 2019 revelou um esquema de financiamento, com dinheiro de empresários e de órgãos públicos, de páginas de direita nas redes sociais responsáveis por criarem e divulgarem fake news desde a campanha presidencial de 2018<sup>26</sup>. Essas notícias falsas beneficiaram a campanha de Jair Bolsonaro, com mentiras sobre PT e sobre o candidato opositor, o petista Fernando Haddad – entre elas a de que Haddad através de seu projeto de que prepararia educadores para combater a homofobia nas escolas, iria sexualizar crianças de seis anos oferecendo um “kit gay” ou a de que o homem que esfaqueou Bolsonaro era filiado ao Partido dos Trabalhadores. Essas mentiras têm contribuído para traçar o perfil dos inimigos públicos da nação brasileira, tais como a comunidade LGBT inimiga da moral e dos bons costumes, os direitos humanos que só servem para proteger bandidos, a esquerda comunista que quer transformar o país em Cuba, o parlamento que supostamente impedia o presidente Bolsonaro de governar, usando a antiga estratégia conservadora de levantar a bandeira anticorrupção para justificar o poder das oligarquias tradicionais e legitimar golpes militares (LÖWY, 2015).

Como reflexo disso, temos visto nos últimos, tanto nas redes online quanto nas ruas, o fortalecimento de movimentos que pedem a volta da ditadura, a começar por passeatas com este caráter, pedindo o fechamento do congresso nacional, culminando na tentativa de golpe com a invasão do Congresso Nacional no dia 8 de janeiro de 2023. A forma como os governos conservadores e grupos de interesses têm usado o ciberespaço, tenta subverter a lógica da internet como fonte de conhecimento, de liberdade de expressão e participação democrática. Os códigos invisíveis, assim como a matrix, forjam um mundo capaz de seduzir e recriar a realidade, preenchem o vazio deixado pela crise de representatividade, pela descrença nas instituições, com “verdades alternativas”, revisões da história e teorias da conspiração, conduzindo a sociedade ao distanciamento da realidade e a massificação do debate e da opinião pública. É aí que reside a banalidade do mal, que segundo a filósofa Hannah Arendt, é seguir um curso que nos afasta da nossa humanidade, pois nos distancia da nossa capacidade de pensar, o que serve aos propósitos dos Estados ditatoriais e fascistas, ou mesmo daqueles governos que

---

<sup>26</sup>Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45910249>. Acesso em 30 de outubro de 2021.

têm flertado com o autoritarismo. Sobre este assunto, Arendt ainda faz um alerta preocupante, porém necessário:

O súdito ideal do governo totalitário não é o nazista convicto ou comunista convicto, mas aquele para quem já não existe a diferença entre o fato e a ficção (isto é, a realidade da experiência) e a distinção entre o verdadeiro e o falso (isto é, os critérios de pensamento) já não existem mais (ARENDR, 1979, p.52).

Pensando no que foi dito por Arendt, o próximo capítulo irá abordar a contribuição das Jornadas de Junho para que movimentos de extrema direita saíssem do armário e crescessem em número e alcance de suas ideias através da bandeira da anticorrupção e do antipartidarismo, que foram uma marca das manifestações de 2013. O empoderamento proporcionado pela força do ciberativismo nas Jornadas serviu de inspiração para o desenho do atual cenário político, baseado em concepções frágeis ou mentirosas dos fatos, disseminadas especialmente através do ciberespaço, que serve de abrigo para a articulação de grupos fascistas e antidemocráticos, sob a lógica do capitalismo de vigilância.

## CAPÍTULO 3

### JORNADAS DE JUNHO: ENTRE RUAS E REDES

O desejo, sua potência e suas armadilhas, consistem no enigma que perpassa Junho; e justamente por isso Junho não se encerra em si, ele se ultrapassa. Ele não é, ele está, seu ser é movimento, ele está sendo (SCHAVELZON et al., 2014).

#### 3.1 Problemas no paraíso?

Desvendar os acontecimentos de junho de 2013 é desvendar um enigma seguindo as mais diversas pistas e os relatos mais contraditórios em uma busca frenética por algo que ainda está em construção: a verdade. Por que as multidões marcharam enfurecidas em um momento de aparente prosperidade socioeconômica? Foram as jornadas que criaram a serpente chamada bolsonarismo? Tudo o que aconteceu nas ruas e nas redes foi agenciado? Seria o ciberativismo apenas uma estratégia de guerra híbrida em ascensão no Brasil? Dez anos depois essas perguntas ainda ecoam e cada vez mais forte, por isso, tentar respondê-las requer uma análise das diferentes interpretações sobre o desenvolvimento dos protestos de 2013 e de suas consequências.

Como abordado anteriormente, a disputa pelo poder começa com a construção de significados na mente das pessoas. Assim como as ações empregadas durante as jornadas, as interpretações dessas ações também fazem parte desse campo de disputa, já que o prisma pelo qual você olha para esses eventos estabelece a forma como você lida com eles e a relevância que lhes atribui. Um exemplo disso, foi a atitude da esquerda institucionalizada, representada pelas lideranças políticas do PT que a princípio diminuíram a importância de junho de 2013, considerando-o como parte da retórica da direita, na tentativa de não macular a imagem do “Brasil que deu certo”. Até então o país não havia vivido protestos tão numerosos, tão difundidos em diferentes capitais e cidades do interior, tão fervorosos e tão diversos em termos de reivindicações. A cronologia das Jornadas exposta na tabela abaixo e explorada nos próximos parágrafos, evidencia a ascensão dos protestos e suas reviravoltas, a rapidez com que os acontecimentos se desenvolveram, além de apresentar alguns dos protagonismos que marcaram os atos, tais como o posicionamento da imprensa, a violência policial e a influência dos ciberativistas.

6 de junho	Primeiro ato convocado pelo MPL em São Paulo ( 2 mil a 4 mil pessoas presentes) e protestos no Rio de Janeiro, Goiânia e Natal.
7 de junho	Segundo ato do MPL em São Paulo, com 15 manifestantes detidos. Imprensa condena vandalismo e atitude de partidos.
8 e 9 de junho	Imprensa volta à carga contra o vandalismo. Partidos políticos são responsabilizados.
10 de junho	A Juventude do PT ingressa na luta contra o aumento. Goiania revoga aumento da passagem.
11 de junho	Terceiro ato do MPL em São Paulo, com 12 mil pessoas presentes e 20 manifestantes presos.
12 de junho	Relatos de violência policial nas redes sociais. A imprensa segue atacando o vandalismo. Jornais cobram postura rigorosa do governo e da polícia.
13 de junho	O quarto ato do MPL em São Paulo mobiliza dezenas de milhares de pessoas, com mais de 200 detidos. Forte repressão policial. Datena apoia protestos. Denúncias de abusos crescem nas redes sociais. Ministro da justiça oferece apoio federal à repressão.
14 de junho	Discurso contra o abuso policial torna-se hegemônico na imprensa e nas redes sociais. Pesquisa Datafolha mostra apoio da população aos protestos. PT se divide.
15 e 16 de junho	A presidente Dilma Rousseff é vaiada na abertura da Copa das Confederações, em Brasília. O Datafolha mostra insatisfação com o transporte público. Jornais criticam a polícia. Famosos aderem a protestos.
17 de junho	Quinto ato do MPL em São Paulo reúne cem mil pessoas em São Paulo. Protestos explodem em diversas capitais brasileiras. Pautas das manifestações se dispersam. Ex-presidentes apoiam as mobilizações. A Imprensa consolida apoio a manifestações pacíficas.
18 de junho	Sexto ato do MPL em São Paulo. A prefeitura de São Paulo é depredada e lojas são saqueadas. Ataques de manifestantes a veículos e funcionários de meios de comunicação. A imprensa reforça distinção entre vândalos e manifestantes pacíficos. Sete prefeituras anunciam revogação do aumento. Pautas difusas ganham os meios de comunicação. O grupo hacker Anonymous Brasil divulgam na internet o vídeo “A cinco causas” (que rapidamente chegou a 2 milhões de visualizações no Youtube) reivindicando o fim da PEC 37, saída de Renan Calheiros da Presidência do Congresso Nacional, investigação das irregularidades nas obras da Copa, uma lei que faça da corrupção crime hediondo e o fim do foro privilegiado para políticos.
19 de junho	A imprensa repercute o caos da noite anterior e a ausência da polícia. Alckmin e Haddad revogam aumento. A mesma decisão é tomada pelo prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. A tarifa cai também em Aracaju e Belo Horizonte. Quase 140 mil marcham em pelo menos 30 cidades. Rodovias são bloqueadas.
20 de junho	Mais de um milhão de pessoas comparecem aos novos protestos, em 388 cidades brasileiras.
21 de junho	A presidente Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e televisão, anunciou pacto para

	melhoria dos serviços públicos. O MPL comunicou que não convocará novos protestos.
22 e 23 de junho	Em Belo Horizonte mais de 60 mil pessoas saíram às ruas. Em Salvador o confronto com a polícia começa antes do jogo entre Brasil e Itália pela Copa das Confederações.
24 de junho	Dilma Rousseff reúne 26 prefeitos e 27 governadores, propõe plebiscito para uma Constituinte exclusiva para reforma política e também uma lei que torna corrupção crime hediondo.
25 de junho	A Câmara dos Deputados derruba a PEC 37, que tornava responsabilidade exclusiva das polícias a abertura e condução de inquéritos criminais, limitando o poder do Ministério Público.
26 de junho	Senado aprova lei que torna corrupção crime hediondo. Manifestações ocorrem nas principais capitais: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, entre outras.
30 de junho	Protesto “Todos ao Rio!Copa pra quem?” termina em confronto.

Tabela 1-Cronologia de Junho de 2013

Fonte: CARLOTTO, Maria Caraméz & ALTMAN, Breno (Org.). Junho de 2013: A rebelião fantasma. São Paulo: Boitempo, 2023.

O que surpreende nesses dados é a quantidade de pessoas que foram às ruas reivindicar a redução da tarifa do transporte, escolas e hospitais no “padrão FIFA”, o direito à cidade, reforma política e “mais democracia”, de acordo com os dizeres presentes em milhares de cartazes expostos durante os protestos em todo o país. Pesquisa Ibope<sup>27</sup> realizada nos dias 19 e 20 de junho de 2013 indicava que 75% da população brasileira apoiava os protestos, mas a mesma pesquisa mostrava também, que 71% dos brasileiros diziam-se satisfeitos ou muito satisfeitos com a vida que levavam. Então, o que trouxe repentina tempestade a um céu aparentemente limpo?

Os dez anos que antecederam as jornadas foram marcados por diversas reformas sociais entre os mandatos do presidente Lula e da presidente Dilma, especialmente com políticas de redistribuição de renda como o Bolsa Família, que em 2006 atingiu sua meta, beneficiando 11 milhões de famílias, o salário-mínimo cresceu 63,2 %, reduzindo os índices de extrema pobreza (ANDRÉS, 2023). O país superou a crise internacional de 2008, controlou a inflação, garantiu o consumo de bens duráveis e seguiu com pleno emprego. O lulismo parecia agradar a todos:

o topo da pirâmide estava satisfeito, e os bancos registravam lucros recordes ano após ano. Foi nesse clima de entusiasmo que a revista britânica "e Economist" (2009) de vertente liberal, realizou sua conhecida matéria de capa ilustrada por um Cristo Redentor que decolava como um foguete, com o título Brazil takes out (O Brasil decola) (ANDRÉS, 2023, p.66).

<sup>27</sup> Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/sob-o-ceu-de-junho-2013>. Acesso em 12 de junho de 2023.

No final de dezembro de 2010 o presidente Lula possuía 87% de aprovação e seu governo era considerado ótimo ou bom por 80% da população (segundo pesquisa do Ibope<sup>28</sup>) por isso seu apoio foi fundamental para a eleição da presidente Dilma. Na economia o PIB cresceu 3,5% no primeiro mandato de Lula e 4,6% no segundo, o país atingiu entre os governos Lula e Dilma a 7ª maior economia do mundo, considerando que no início do governo petista era 14ª colocada (ALONSO, 2022). Na educação o analfabetismo caiu de 11,6% para 8%, a criação de programas como o PROUNI, REUNI e FIES expandiram o número de universitários do país de 3,5 milhões para 8 milhões (2015). Diante disso, os primeiros esforços da mídia e dos intelectuais foram entender o porquê desse levante, característico de períodos de instabilidade democrática ou crise econômica como as mobilizações das Diretas Já e dos Caras Pintadas.

O presidente Lula na época das manifestações disse: “o povo tem pão e agora quer manteiga”<sup>29</sup>. Essa frase remete a tese de que ao satisfazer demandas materiais relacionadas a boas condições de vida surgiriam demandas pós-materiais relacionadas à qualidade de vida (ALONSO, 2022). A justificativa de que o povo ficou exigente, não é suficiente para explicar o mês que abalou o Brasil, pois perde de vista o contexto histórico marcado pelos protestos anteriores, a socióloga Angela Alonso por exemplo, vê junho como um resultado, parte de um ciclo de insatisfações e reivindicações que começaram em 2003 e culminaram em 2013. Essa teoria nega um dos motes ouvidos nas ruas durante as jornadas: “o gigante acordou”, que em seu cerne representava a perspectiva de que a população brasileira estava, até então, alienada aos problemas sociais e econômicos da época, deitada em berço esplêndido, dormindo um sono profundo.

O MPL, movimento responsável por convocar os primeiros protestos contra o aumento da passagem em São Paulo em 2013, já possuía uma história de resistência a precariedade e alto custo dos meios de transporte público no país, fundado em 2005, fruto de lutas contra os aumentos das tarifas, como a Revolta do Buzu em Salvador (2003) e a Revolta da Catraca em Florianópolis (2004). Em suas práticas o movimento almejava distanciar-se da institucionalidade, demandando políticas públicas através de lutas autônomas e uma organização horizontal, sem desistir da busca pela tarifa zero.

---

<sup>28</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>. Acesso em 12 de junho de 2023

<sup>29</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/06/jornada-que-atravesou-uma-decada-protestos-de-junho-de-2013-marcaram-a-politica-e-ainda-sao-um-enigma-de-interpretacoes-diversas.ghtml>. Acesso em 30 de agosto de 2023.

Nesses oito anos de revolta foi possível ao MPL afirmar-se como referência de combatividade, pois seus atos propunham ações de tomadas de terminal ou abertura de portas de ônibus, ao mesmo tempo, o movimento se apresentava como especialista em transportes, com textos publicados tanto nos meios de esquerda, quanto na mídia tradicional (MONTEIRO, 2023, p.30).

“Por que tanto ódio a cidade de São Paulo? Só por causa de vinte centavos?”, esse foi um dos comentários de Arnaldo Jabor, jornalista da Rede Globo, durante os protestos de 2013, endossando o coro daqueles que diziam não entender o porquê de tanta revolta<sup>30</sup>. Paulo Arantes (2013) traz a nossa memória que a pauta do transporte é um dos assuntos centrais no que se refere a reivindicação do direito à cidade, já que o transporte é um direito fundamental para a efetivação de outros direitos, sendo, portanto, uma pauta transversal a diversas outras pautas: pelo tênue fio da tarifa é todo o sistema que desaba, do valor da força de trabalho a caminho de seu local de exploração à violência da cidade segregada rumo ao colapso ecológico (ARANTES, 2013). É devido a essa perspectiva que as ações do MPL adentraram escolas, bairros, comunidades e ocupações, se aliando a outros movimentos sociais, tais como por moradia, cultura e saúde, na tentativa de superar as catracas impostas:

um processo em que a população é sempre objeto em vez de sujeito, o transporte é ordenado de cima, segundo os imperativos da circulação do valor. Dessa forma, a população é excluída da organização de sua própria experiência cotidiana da metrópole, organização essa que se realiza principalmente pelo sistema de transporte, o qual restringe a mobilidade ao ir e vir do trabalho e coloca catracas em todos os caminhos da cidade (MPL, 2013, p. 82).

Em 2013 já havia então um sentido construído de luta pelo transporte, por isso o historiador e militante do MPL Lucas Monteiro (2023), afirma que o objetivo daqueles que foram às ruas resistir ao aumento da tarifa era claro: fazer uma luta de rua, rejeitando mesas de negociação típicas do governo petista, manter-se radical para enfrentar a repressão policial, não cedendo à força de coerção do Estado, expandir os limites de participação de atos anteriores do MPL, tornando a luta popular e destituída do controle de qualquer organização. A multiplicação e dispersão de pautas era um risco integrante do processo de mobilizações via multidões, que como é caracterizado no primeiro capítulo, são movidas por uma diversidade de indignações.

---

<sup>30</sup>Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-da-globo/playlist/arnaldo-jabor-veja-os-videos-da-coluna.ghtml>  
Acesso em 12 de setembro de 2022.

O dia 17 de junho foi uma data importante na cronologia das jornadas, pois marcou a massificação dos protestos e a grande diversificação das reivindicações para além do transporte. Segundo dados do G1<sup>31</sup>, neste dia as mobilizações contaram 250 mil pessoas espalhadas em 12 capitais e pelo menos 16 cidades do interior, com uma quantidade de pautas não mensuradas, com destaque para a PEC-37. Esses dados trouxeram à tona palavras como “espontaneidade”, que estampou capas de jornais, revistas, que apareceu no título de artigos de opinião e textos acadêmicos publicados enquanto os protestos ainda aconteciam. De acordo com o sociólogo Colin Barker (2014), espontâneo é como chamamos algo quando ainda não sabemos bem o que aconteceu. Chamar as jornadas de mobilizações espontâneas traz a ideia de uma vela que pegou fogo mesmo sem pavio, o que não condiz com a realidade, pois a reivindicação do direito à cidade já estava em curso por sujeitos e movimentos urbanos atentos ao descaso das instituições, o que leva a outra tese importante muito visitada na interpretação das causas das jornadas de junho: crise de representação.

Em um levantamento feito por Roberto Andrés (2023), dos 6.183 cartazes registrados no site Grafias de Junho, 1.447 cartazes eram sobre o tema “política e democracia” e apresentavam críticas difusas a políticos, críticas relacionadas ao antipartidarismo, ao governo, ao congresso e ao judiciário, a corrupção política, a medidas econômicas, reivindicações por justiça social e sobre o funcionamento da democracia. O filósofo Marcos Nobre, autor de *Choque de democracia: razões da revolta* (2013), argumentou que as revoltas contemporâneas escancararam o fim do pacto político que havia organizado a sociedade brasileira na Nova República – o período democrático iniciado com fim da ditadura civil-militar nos anos 1980.

As revoltas mostram que o funcionamento do sistema está em descompasso com as ruas. A sociedade alcançou um grau de pluralismo de posições e tendências políticas que não se reflete na multidão informe de partidos políticos (NOBRE, 2013, p. 24)

Andrés (2023) aponta que a democracia não é um sistema de representação abstrato, deslocado da vida cotidiana, portanto o sistema político moderno é alimentado pela vida democrática exercida no dia a dia das cidades em que convivência, pluralidade e igualdade em direitos e deveres são princípios constitutivos, assim, a segregação urbana, o esvaziamento da convivência nos espaços públicos, a intensificação da desigualdade na qualidade territorial e da vida cotidiana, pela diferenciação perante a lei, dizem respeito ao esvaziamento desse ambiente

---

<sup>31</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/06/04/junho-de-2013-10-anos-depois-os-protestos-que-mudaram-o-pais.ghtml>. Acesso em 18 de novembro de 2023.

político essencial para a vida democrática, neste sentido, avanços sociais contra a desigualdade significam também avanços democráticos. Cabe aqui, o termo *cidadanias mutiladas* usado por Milton Santos (1996) em uma referência a desigualdade urbana, que, enquanto as classes mais altas têm acesso à maior parte dos direitos substantivos, ainda possuem uma espécie de cidadania “vip”, que permite que se submetam a leis especiais em seus enclaves fortificados, subtraí das classes mais baixas direitos básicos tais como moradia digna, mobilidade, segurança e acesso a serviços públicos, restando-lhes apenas a formalidade do direito ao voto como fator de igualdade (ANDRÉS, 2023).

Della Porta apontou que as jornadas estão inseridas em um ciclo global de protestos ocorridos nos anos finais de 2000 e nos anos iniciais de 2010, movimentos antiausteridade, movimentos contra políticas feitas em favor de grandes empresas do capital, mobilizado no contexto de uma crise do neoliberalismo (DELLA PORTA, 2015). Ao observar as postagens, os cartazes e os gritos de 2013 fica evidente o quanto as pessoas que protestavam se sentiam preteridas ou até esquecidas pelas instituições políticas em detrimento do capital. Ainda no site Grafias de Junho, Andrés (2023) aponta que 639 dos cartazes tinham como foco a Copa do Mundo que o país sediaria e questionavam os gastos com estádios, as remoções de ambulantes e de pessoas em situação de rua, o atendimento ao padrão FIFA e o próprio futebol. Nessa linha, pode-se destacar o mote “não vai ter Copa”, em uma demonstração de revolta direcionada aos investimentos milionários com a infraestrutura para o mundial, essa revolta respingou até mesmo nos altos salários pagos aos jogadores e em críticas a valorização do futebol a outras elementos da vida social como saúde e a educação, alguns cartazes trouxeram palavras como: “quando seu filho ficar doente leve-o a um estádio” ou “o Neymar vale mais que um professor?”<sup>32</sup>.

O cientista político André Singer em seu livro *Lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma* (2018), aponta que os mandatos Lula e Dilma foram guiados por um “pacto conservador”, que não alterou a estrutura social, já que a parcela da população mais rica não foi afetada, ao contrário, nesse período sua renda até cresceu.

Para que tal operação fosse possível, foram necessários dois elementos: o papel de “figura arbitral” assumido por Lula, que Singer associa ao bonapartismo, e que opera como conciliadora das classes; e o crescimento econômico, impulsionado pelo mercado de commodities, que contribuiu para que o incremento da renda da parcela mais pobre se desse sem que ela fosse retirada dos mais ricos (ANDRÉS, 2023, p.90).

---

<sup>32</sup> Disponível em: <https://www.grafiasdejunho.org/principal/>. Acesso em 18 de abril de 2023.

Na prática, os resultados do lulismo foram pouco transformadores: os 50% mais pobres passaram a ter 1% a mais da renda nacional, enquanto o 1% mais rico abocanhava mais 3% dela, outros 9% do topo da pirâmide perderam participação na renda total, passando de 29% para 27% e o andar do meio, composto por aqueles que possuem entre 2,4 e 8,4 mil reais mensais, também perdeu 2% de sua participação, em resumo, para que a metade de baixo pudesse avançar uma casa, a ponta da elite avançou três (CARVALHO, 2018).

Mesmo as políticas urbanas nos governos petistas tendo atingido o subproletariado, fazendo milhões de pessoas entrarem na chamada classe C, não lhes garantiu o que era necessário para se encaixarem nessa posição confortavelmente e realizarem o objetivo de continuar subindo socialmente, devido a ausência de combate a desindustrialização e do desenvolvimento de mercados de trabalho com maior produtividade e remuneração, além da falta de uma visão mais ampla do estado de bem estar social que não se limitasse a inclusão pelo consumo através da expansão de crédito. Milhares de jovens viram então a promessa de uma vida melhor se frustrar, por empregos precários, baixa remuneração, carência de serviços e de espaços públicos urbanos (CRAVALHO, 2018).

Como afirma Laura Carvalho (2018), a conciliação com os partidos da velha oligarquia brasileira reforçou o pemedebismo e tornou sem efeito a oposição a ele; a pouca efetividade das políticas de participação nas questões urbanas fez com que importantes transformações nas cidades fossem decididas de cima para baixo. Enfrentar, portanto, a desigualdade tendo como base somente a renda ou mesmo a distribuição monetária mostrou-se uma política insuficiente. De acordo com Angela Alonso (2023), a rua então passou a ser ocupada por grupos de esquerda que se decepcionaram com o petismo e por movimentos que foram nascendo longe de sua sombra.

Quem acabaria também na rua eram os antes useiros das antessalas nas gestões anteriores, que se postaram à direita do governo petista, seu pesadelo. Vendo em suas promessas de mudança uma ameaça, organizaram-se para protestar. A rua não age, reage. Quem ocupa o Estado pauta. Sombreia ou ilumina temas no debate público ao propor ou engavetar mudanças. O caminhão de promessas de Lula rendeu a maioria nas urnas, não o consenso acerca de seu governo. Suas tentativas de reforma suscitaram reações organizadas nas instituições, até mesmo ali onde antes Lula reinara, na rua (ALONSO, 2023, p. 10)

Junho é um resultado dessas zonas de conflito abertas, de movimentos organizados de contestação que apresentavam um estilo de ativismo atrativo para aqueles que faziam parte de redes cívicas anti-estatais, por isso as manifestações não configuraram um movimento

unificado, mas sim um mosaico de fragmentos diferentes, um jogo de ações e reações, muitos jogaram ao mesmo tempo, mas ninguém conseguiu controlar o resultado, pois a protagonista foi a rua (ALONSO, 2023). As Jornadas de Junho foram, portanto, um dispositivo disruptivo que quebrou o relato político e social prévio sem destruí-lo completamente, além de se inserirem em narrativas anteriores, que culminaram na multidão transbordando as fronteiras do institucional.

### **3.2 #vemprarua: espaços híbridos**

Os protestos convocados via facebook, os vídeos da violência policial que viralizaram nas redes online, as trocas de imagens e frases das redes para as ruas e vice-versa, são apenas alguns exemplos de como o ciberativismo foi responsável pela configuração e expansão das jornadas, fazendo de junho uma rede criada, uma rede de afetos, uma rede comunicacional, uma rede de troca de experiências, um novo ecossistema social que não substitui o ecossistema prévio, mas que convive com ele, em que o novo não anula o velho (MORAES, A; et al. 2014).

O saber coletivo expresso em rede desmentiu versões oficiais, trouxe provas concretas de violações perpetradas por autoridades, promoveu enxames de links com streamings etc. Uma “nova verdade”, a partir da ótica dos oprimidos organizados em rede, desafiando a velha mídia. Da política mais tradicional, ao mesmo tempo, esperava-se o momento da necessária institucionalização: a rede era valorizada como um “momento de explosão das ruas”, mas o desfecho, segundo essa visão, deveria ser inexoravelmente institucional. A rede, no entanto, resistiria a tentativas apressadas de desconfigurá-la. Uma vez com vida, ela não deixaria de tecer articulações e inclui nós horizontais em sua trama (MORAES, A; et al. 2014, p. 19).

Embora esta seja uma visão otimista do ciberativismo presente nas jornadas, ela não é uma visão utópica. De fato, a mobilização online possibilitou não apenas maior visibilidade, mas também atuou na reconfiguração da visão sobre os protestos, ao desfazer os consensos, inércias, fluxos lineares e estereótipos (MORAES, A; et al., 2014). A mudança de postura dos grandes jornais - a exemplo dos editoriais paulistanos que a princípio exigiam repressão aos manifestantes classificados por eles como “vândalos” - foi fruto da construção em rede de outra narrativa sobre o que aconteceu nas ruas, fazendo com que editoriais desesperados expressassem uma mudança de opinião e colunistas conservadores pedissem desculpas pela condenação aos movimentos (MORAES, A; et al., 2014).

A mídia tradicional brasileira influenciou o desenvolvimento das manifestações do começo ao fim. Nos primeiros protestos, os jornais impressos e televisivos não deram muita atenção e, quando o faziam, insistiam em abordar o movimento como uma bagunça, repleta de

violência e sem nenhuma causa bem definida, devido à multiplicação de pautas. Assim, nos primeiros dias dos protestos em São Paulo a mídia contribuiu para que a sociedade olhasse o movimento com desconfiança e indiferença, foi apenas no terceiro dia de manifestações (7 de junho), em que houve violência dos dois lados - manifestantes e policiais - que a mídia abraçou a cobertura dos eventos com intensidade<sup>33</sup>. Os telejornais, por exemplo, passaram a apresentar diversas notícias síncronas e assíncronas sobre o que estava acontecendo nas ruas, além de boletins durante outras programações, dando atenção especial aos estragos causados pelos manifestantes e pelas ações dos black blocs. Tarrow (2009) afirma que as interpretações da mídia sobre conflitos como estes podem apresentar dois lados: de que a vida pública é corrupta, um ponto de vista que é confortável para leitores ou telespectadores, já que justifica a inação ou a desmobilização, ou a mídia perde o interesse pelos acontecimentos dramáticos, a menos que estes mudem ou se intensifiquem.

Quando os protestos aumentam, a mídia continua a fazer a cobertura, mas logo dá prioridade aos seus aspectos violentos ou bizarros (TARROW, 2009). A grande mídia explorou ao máximo em suas notícias, o horror socialmente compartilhado a violência e a transgressão às regras. São exemplos disso, as manchetes feitas pela Folha de São Paulo, um dos jornais mais importantes do estado: “Vandalismo marca atos por transporte mais barato” ou “Manifestantes causam medo, param a marginal e picham ônibus”<sup>34</sup>. A narrativa construída, desqualificava o movimento e banalizava as demandas ao classificar como chocante e desmedida as ações dos manifestantes, afirmando que os objetivos e motivos para protestar, não justificavam tais ações. A partir disso, se intensificou a luta pela legitimidade dos protestos.

Foi a presença dos manifestantes nas redes sociais como o twitter e o facebook, que proporcionaram a sociedade, especialmente a sua camada jovem, uma outra outra visão dos protestos, para além da ideia de vandalismo e de baderna, reforçando a concepção de que a mídia tradicional não oferece espaço ao debate de questões públicas. O comentário de Jabor foi a provocação que faltava para que as redes sociais explodissem: os ciberativistas entraram em ação, com fotos e vídeos das agressões policiais e textos sobre o desenvolvimento das manifestações, através de uma forma de comunicação que interliga a possibilidade de comunicação ao mesmo tempo massiva – pela capacidade de se disseminar de forma ampla – e pessoal – por vir de uma perspectiva subjetiva, mobilizando afetos, fazendo das redes sociais

---

<sup>33</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/06/04/junho-de-2013-10-anos-depois-os-protestos-que-mudaram-o-pais.ghtml>. Acesso em 18 de novembro de 2023.

<sup>34</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/o-papel-da-midia-nas-manifestacoes-do-13-de-marco>. Acesso em: 4 de julho de 2023.

uma ferramenta importante para reunir multidões em praça pública, agendar horários e locais dos protestos, além de responder a grande mídia e fazer com que cada vez mais pessoas entendessem os motivos das manifestações, evidenciar a violência policial e denunciar a manipulação da mídia, através do botão “compartilhar” (LIMA, 2013). O próprio vídeo com a análise tendenciosa de Jabor viralizou na internet, tornando impossível contabilizar quantas visualizações obteve.

Não só de produção individual se fizeram as narrativas “não institucionais” dos protestos, mas também de coletivos de mídias alternativas como a Mídia Ninja e o Anonymous que fizeram a cobertura das manifestações, buscando uma produção de conteúdo que viesse das ruas e fosse um contraponto à cobertura midiática tradicional, com produção de conteúdo personalizada, que trazia consigo uma perspectiva do “fazer com as próprias mãos” e de ruptura com a mídia tradicional, com transmissão ao vivo, de caráter testemunhal e pouco técnico (DOMINGOS, 2019).

Desconfiados dos meios de comunicação tradicionais, que até pouco tempo criminalizavam manifestações em geral, os participantes dos protestos acreditavam mais em uma produção direta de conteúdo, como se os vídeos e relatos produzidos de forma quase instantânea fossem mais fidedignos do que as edições de conteúdo voltadas para as emissoras (LIMA, 2013, p.20).

A consciência de que os protestos não tinham apenas uma causa, levou os manifestantes a tornar as gafes cometidas pela cobertura jornalística nos primeiros dias das Jornadas, mais um motivo para protestar, iniciando uma campanha contra a imprensa, que culminaria em uma rede de enxames (*swarming*) direcionada a combater suas abordagens, reportagens e editoriais sobre o que acontecia nas ruas. Muitos dos cartazes expostos nos protestos, continham frases retiradas das redes digitais que respondiam a grande mídia como: “Vandalismo é o que o governo faz com a gente”, “não é só por 20 centavos” ou “não existe Jabor em SP”<sup>35</sup> - nos veículos das emissoras de TV que foram atacados e destruídos por muitos manifestantes, foi possível ver o ódio contra os grandes meios de comunicação, por não se sentirem informados ou representados por eles.

O hashativismo também fez parte da construção dessa contranarrativa que buscava dar legitimidade aos protestos nas ruas e combatia a classificação do movimento como violento e desordeiro, evidenciando a violência policial. A hashtag “#VemPraRua” por exemplo, ficou em primeiro nos tops trends de 14 de junho de 2013 a 21 de junho de 2013 e se tornou um dos

---

<sup>35</sup>Disponível em: [www.grafiasdejunho.org](http://www.grafiasdejunho.org). Acesso em 15 de janeiro de 2023.

principais gritos das mobilizações nas ruas, seu surgimento se deu a partir do quarto grande ato, quando ocorreu uma forte repressão policial (MALINI, et al, 2016).

Diante dessa reviravolta, a grande mídia se viu obrigada a mudar, o que ficou evidente a partir do dia 17 de junho, quando o tom de suas notícias passou a transmitir a ideia de uma certa neutralidade em relação às manifestações, e em alguns casos até mesmo ofereceu apoio. O jornalista Arnaldo Jabor foi obrigado a se retratar em rede nacional, afirmando que havia errado, que as manifestações eram por muito mais que vinte centavos<sup>36</sup>. A mídia mudou de lado e passou a cobrir as manifestações em tempo real, bem como tentou se apropriar do movimento.

O que começou com veemente condenação, transformou-se da noite para o dia, não só em tentativa de cooptação, mas também de instigar e pautar as manifestações introduzindo bandeiras aparentemente alheias, a motivação original dos manifestantes (LIMA, 2013, p.92)

As notícias e reportagens veiculadas nos meios de comunicação passaram a ser em sua maioria sobre os problemas econômicos, sociais e políticos, em especial a corrupção existente no país, com um caráter meramente denunciatório sem uma profunda reflexão, com a intenção de gerar mais motivos para o protesto, explorando especialmente o sentimento anticorrupção que já estava na atmosfera dos protestos. Os meios convencionais de comunicação adotaram a estratégia de não mais generalizar os manifestantes, mas sim de dividi-los em pacíficos e vândalos, louvando as passeatas tranquilas e sem “quebra-quebra” e denunciando uma suposta delinquência nas depredações, invasões e destruições durante os protestos (LIMA, 2013).

Neste sentido, foi emblemático a resposta a enquete feita pelo jornalista Datena, em seu programa Brasil Urgente na televisão Bandeirantes no dia 13 de junho de 2013<sup>37</sup>, quando o apresentador falava que era contra protestos com baderna, com depredação e interdição de vias públicas, mostrando imagens dos manifestantes nas ruas de São Paulo e abriu uma enquete para os telespectadores se posicionarem favoráveis ou contrários a esse tipo de mobilização. Por fim, o jornalista se surpreendeu com a quantidade de pessoas que se mostraram favoráveis, a uma diferença de mais de mil em relação aos contrários. Inconformado com o resultado, Datena questionou “será que formulamos mal a pergunta?”, insinuando que as pessoas não haviam entendido a pesquisa e pediu para refazer a enquete dessa vez com o questionamento “você é a favor de protestos com baderna?”. Resultado da nova enquete: quase 2.400 pessoas favoráveis e 990 contrárias.

Graças a intervenção do protesto sem protesto, foi bastante fácil para a mídia recriar por completo seu discurso a partir do dia 13, quando o apoio popular já

---

<sup>36</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2640269>. Acesso em 20 de abril de 2022.

<sup>37</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7cxOK7SOI2k>. Acesso em 20 de abril de 2023.

deixara claro que o bloqueio a polícia havia de algum modo sido rompido (...). O movimento de junho empurrou a classificação midiática, cujo sentido era a recusa de qualquer recusa, a seu ponto de verdade. Busca-se, desse modo, reaver o limiar cuja ruptura a enquete de Datena explicitaria: o protesto que assim merece ser chamado é, em si mesmo, violento (VIANA, 2013, p. 57).

O que foi visto durante as Jornadas de Junho foi a característica mais importante do ciberativismo, que é a sua capacidade de empoderamento, por meio do processo de resistência, contra poder e reconfiguração: através de imagens, palavras de ordem, histórias compartilhadas em narrativas digitais e das ações conectivas entre o individual e o coletivo, os manifestantes construíram uma rede de resistência, onde o apoio e a solidariedade desenvolvidos deram força a um movimento tão plural, que reagiu ao poder institucional e midiático dominantes.

### **3.3 Saímos do facebook: símbolos e discursos**

As novas tecnologias de comunicação, como abordado no capítulo anterior, não são apenas ferramentas de descrição, mas sim de construção e reconstrução da realidade, pois quando alguém atua através de uma dessas redes, não está simplesmente reportando, está também, inventando, articulando, mudando, alterando as formas de se fazer política e as formas de participação social (SAKAMOTO, 2013). De acordo com pesquisa realizada pelo CNT/MDA em julho de 2013, em 134 municípios, as redes sociais digitais foram muito influentes no que se refere a formação da opinião pública sobre as manifestações, para 83,4% dos entrevistados<sup>38</sup>. O pesquisador Ronaldo Lemos da IGV do Rio de Janeiro, coordenador do centro de tecnologia da instituição, argumentou que o uso do facebook se reflete na forma como as manifestações foram levadas às ruas:

o que está acontecendo hoje é a manifestação da forma como as pessoas conversam nas redes sociais. As pessoas vão passando e parece que estamos vendo uma página na internet. Uma hora estão falando sobre diversidade sexual e outra sobre reforma política (LEMOS, 2023, p. 101).

As próprias redes sociais foram para as ruas, na Paulista, por exemplo, uma grande quantidade de cartazes apresentavam comentários retirados do facebook e do twitter. As

---

<sup>38</sup> Disponível em:

[https://oglobo.globo.com/arquivos/Relatorio\\_SINTESE\\_CNT\\_JULHO2013\\_R114\\_FINAL.pdf](https://oglobo.globo.com/arquivos/Relatorio_SINTESE_CNT_JULHO2013_R114_FINAL.pdf)  
Acesso em 25 de novembro de 2022.

imagens a seguir retiradas do site Grafias de Junho<sup>39</sup> retratam as redes sociais transbordando para as ruas, tornando difícil distinguir onde começava uma e terminava a outra, também é possível notar nos cartazes o convite para que os “ativistas de sofá” fizessem coro a movimentos antigos que já ocupavam o espaço público.



Figura 2-Protestos em São Paulo

Fonte: <https://www.grafiasdejuno.org>. Acesso em: 28 de setembro de 2023.



Figura 3-Protestos em São Paulo

Fonte: <https://www.grafiasdejuno.org>. Acesso em: 28 de setembro de 2023.

As imagens de um dia de protestos passaram a compor as imagens de convocação para os protestos do dia seguinte, saturando as redes sociais com fotos, vídeos e textos para indignar e para inspirar, com amplitude e rapidez de difusão, com uso frequente de ação direta e da capacidade de poder de impacto na esfera pública, mobilizando para isso sentidos, linguagens e expressividade complexa de símbolos a serem decifrados e uma estratégia que se associa à

---

<sup>39</sup> Disponível em: [www.grafiasdejuno.org](http://www.grafiasdejuno.org). Acesso em 15 de janeiro de 2023.

ideia de enfrentamento (BARREIRA, 2014). Postagens com diferentes abordagens apelavam para a indignação e até para o humor como foi visto na tentativa de demonstrar a legitimidade dos protestos e o seu crescente apoio popular com fotomontagens de celebridades estrangeiras apresentadas na figura 4, como Britney Spears, Lady Gaga e Justin Timberlake mandando mensagens de apoio às manifestações no Brasil, através do lema “Não é mais sobre 20 centavos” compartilhadas no twitter com a hashtag #MudaBrasil”.



Figura 4- Cantores Christina Aguilera, Justin Timberlake e Britney Spears

Fonte: <https://extra.globo.com/noticias/brasil>. Acesso em 14 de outubro de 2020.

A campanha de adesão às manifestações iniciada através da hashtag “Vem pra Rua”, - que alcançou 160 mil menções entre os dias 19 e 21 de junho de 2013<sup>40</sup> - foi uma ideia que passou por apropriação e ressignificação do sentido original da campanha publicitária da Fiat lançada em maio de 2013, mencionado na música e clipe do grupo O Rappa, utilizada no comercial da montadora, convocando o público para torcer pela Seleção Brasileira de Futebol na Copa das Confederações<sup>41</sup>. A letra da música se tornou hino do movimento, embalando vídeos com cenas dos protestos, convites online para as mobilizações e os gritos nas ruas: “vem, vamo pra rua, pode vim que a festa é sua, que o Brasil vai tá gigante, grande como nunca se viu, sai de casa, vem pra rua, pra maior arquibancada do Brasil”. GROHMANN e SOUZA (2014) nos lembram que a rua e o ambiente virtual não são lugares separados, mas sim um ambiente de consumo simbólico e apropriações culturais dos discursos das marcas e tal

<sup>40</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/06/04/junho-de-2013-10-anos-depois>. Acesso em 18 de novembro de 2023.

<sup>41</sup> Bortolozzo, R. de S. (2015). VEM PRA RUA: INTERPRETAÇÃO E SENTIDO. Revista De Estudos Acadêmicos De Letras, 8(1), 163–169.

consumo, online e off-line, é palco do surgimento de novos sentidos, como pode ser visto nas figuras 5 e 6.



Figura 5-A esquerda campanha original da Fiat e a direita convocação para os protestos de junho de 2013

Fonte: <https://www.meioemensagem.com.br/comunicacao/manifestacoes-incorporam-slogans>. Acesso em 4 de julho de 2023.

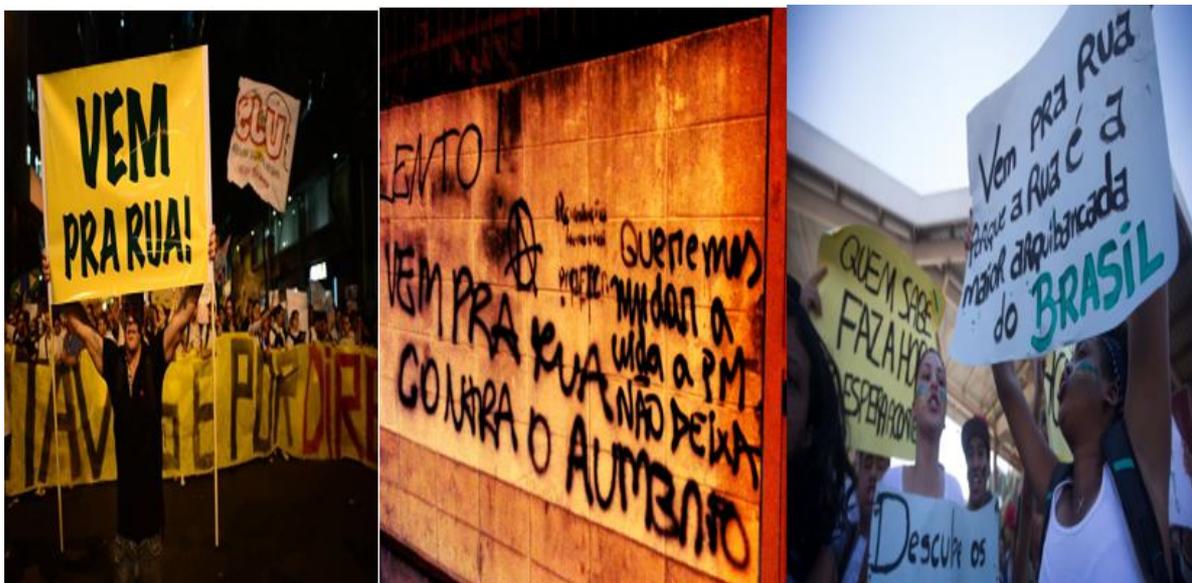


Figura 6-Impacto da #vemprarua

Fonte: <https://www.grafiasdejunho.org>. Acesso em: 28 de setembro de 2023.

“O gigante acordou”, foi outra campanha publicitária que também foi ressignificada durante as jornadas, estampando cartazes, postagens e hashtags - chegando a 100 mil menções entre os dias 19 a 21 de junho de 2013. Ela apareceu pela primeira vez em um vídeo publicitário da marca de uísque escocesa Johnnie Walker lançado em outubro de 2011, que mostra o Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro, levantando-se como um gigante, em alusão à ideia de que o Brasil

é "um gigante adormecido". Segundo Adilson Batista<sup>42</sup>, fundador da agência Today, à BBC Brasil, um dos trabalhos da publicidade é sintetizar em frases de efeito emoções e sentimentos que estão de alguma forma latentes na sociedade, o filme de Johnnie Walker é bastante emocional e sintetiza um sentimento de orgulho nacional que já estava presente entre as pessoas.



Figura 7-A esquerda campanha original Johnnie Walker e a direita convocação para os protestos de junho de 2013.

Fonte: <https://www.meioemensagem.com.br/comunicacao/manifestacoes-incorporam-slogans>. Acesso em 4 de julho de 2023.

A violência presente nos protestos, seja por parte do Estado que usou as forças policiais para reprimir de forma desmedida ou dos manifestantes, queimando ônibus, quebrando vidraças, fazendo barricadas, devolvendo as bombas de gás lacrimogêneo à barreira policial, também foi alvo de produção simbólica e ressignificação. A versão de que a violência exercida pelos manifestantes - black blocs ou não - era na verdade uma reação, uma resposta a um sistema violento, foi amplamente divulgada com fotos e vídeos que contrapunham os excessos da violência institucional a capacidade de defesa dos revoltosos, bem como buscavam legitimar as ações de enfrentamento ao sistema dominante. O objetivo da produção simbólica dentro e fora do ciberespaço era romper com a maneira unilateral de ver a violência, que confunde causa e efeito, vê na reação violenta a origem de toda a violência, ignorando a violência que os cidadãos sofrem diariamente ao pagarem caro por um transporte de má qualidade, ou terem o

<sup>42</sup>Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130624\\_protestos\\_slogans\\_cc](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130624_protestos_slogans_cc). Acesso em 22 de maio de 2023.

seu direito individual de ir e vir cerceado por não terem condições financeiras de arcar com esse transporte, que ignora a violência praticada por autoridades policiais, que diariamente aparecem nos noticiários por espancar e até matar baseados no poder da farda que possuem, ignora a violência que os trabalhadores sofrem, ao serem expostos a condições insalubres e explorados com baixos salários. De acordo com Viana, a violência imediata e direta chama mais atenção, renegando ao esquecimento a violência mais sutil e indireta, mas a violência “surda” causa muito mais vítimas que a violência “ruidosa”:

Aí reside a violência do movimento: não em vitrines e latas de lixo quebradas, mas no freio brusco de uma ordem fundada por um lado no ir e vir que permanece e, por outro, no genocídio de quem, mesmo com a economia de 20 centavos, talvez não chegue” (VIANA, 2013, p. 58).

A interpretação da violência como uma reação a desumanização e como questionadora da realidade, permite ver que ela não se detém no corpo, no físico e sim busca dobrar a consciência, seu verdadeiro objeto não é o homem como ser natural e físico, mas sim como ser humano e consciente. Assim, a violência vista nos repertórios de confronto, age como uma práxis social, que implica na destruição de uma ordem estabelecida, para instaurar ou criar uma nova estrutura social (MICHAUD, 1989). Justamente porque na práxis social o homem ser ao mesmo tempo sujeito e objeto das ações, é que ele não apresenta passividade diante da violência que sofre, ele não é um objeto inanimado ou irracional, possui consciência da violência que o atinge. Isso fica evidente no depoimento de um dos black blocs presentes nas manifestações no Rio de Janeiro, ao afirmar que a violência que praticavam era questionadora, pois estavam questionando se um banco vale mais do que um Amarildo: “ estamos questionando a violência do banco contra a gente” (Documentário Ninguém é Black Bloc, 2014<sup>43</sup>).

Para o filósofo Vázquez, os mesmos que usam de violência, como o próprio Estado através das forças armadas, negam reconhecer abertamente o papel dela. Maquiavel ao escrever um livro que reconhece o poder desta na conquista e manutenção do poder, foi alvo de muitas críticas, já Sartre pensava a violência como fruto da escassez: há relações violentas, pois, a escassez faz com que se veja o outro como um perigo. Na luta de classes, por exemplo, é a apropriação ou despossessão dos meios de produção que os divide e opõe entre si, para os proletários estes meios não existem e é isso que os motiva a usar de violência. Franz Fanon vê no próprio capitalismo uma violência, já que este usa de guerras, trabalho forçado, escravidão

---

<sup>43</sup> Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/columnistas/cristina-padiglione/documentario-sobre-junho-de-2013-mostra-como-viermos-parar-aqui.shtml>. Acesso em 22 de maio de 2022.

e deportações para acumular riquezas e estabelecer o poder. Marx acredita que a violência é parteira da história, já que os revolucionários de diferentes épocas (Revoluções Francesa, Inglesa, Mexicana, Russa, Chinesa e Cubana) recorreram a ela porque só assim poderiam gerar novas relações sociais, mas nenhum deles a inventou.

Ao recorrer a violência, em cada uma dessas situações históricas, os revolucionários haviam chegado, mais ou menos claramente, a conclusão de que a não-violência não pode anular a violência estabelecida e que portan-to, para transformar determinadas relações humanas e criar novas relações, era preciso destruir violentamente a realidade social que se assentava, por sua vez, sobre uma violência real (VÁZQUEZ, 2007, p.379).

Dada as duas formas opostas mais comuns de ver a violência - como questionamento da realidade e estimulada pelas contradições ou como força bruta que desrespeita as regras - quando ela se torna parte de um repertório de confronto, é inevitável que tanto aqueles que estão de fora quanto os dentro do movimento se dividam em apoiadores ou contrários a atos violentos, ou ainda que sejam nomeados de pacíficos e violentos, manifestantes e baderneiros, como ocorreu durante as Jornadas de Junho, quando pareceu que o uso da violência cobrava uma postura, um posicionamento. Segundo Tarrow, isto é uma espécie de exigência cobrada devido a interpretação da violência :

Ela transforma as relações entre desafiantes e autoridades, que passam de um jogo confuso e multifacetado de aliados, inimigos e espectadores casuais, para um jogo bipolar em que as pessoas são forçadas a escolher lados, os aliados desertam e o aparato repressivo do Estado entra em ação (TARROW, 2009, p. 127).

A mobilização online cobrava justamente um posicionamento favorável aos manifestantes, ao vincular mídias corporativas e mídias de produção colaborativa de conteúdo, causando uma repercussão acelerada de informações, opiniões, declarações, relatos de experiência – postas em circulação em fluxos de rede, como resposta aos editoriais midiáticos prontos a condenar os protestos, como os editoriais dos principais jornais de São Paulo que exigiram repressão policial mais dura (KLEIN, 2017). Em 12 de junho de 2013 o Estadão intitulou o editorial como “A hora do Basta: ou as autoridades determinam que a polícia aja com maior rigor do que vem fazendo ou a capital paulista ficará entregue à desordem” e o editorial da Folha de S. Paulo, escrito em tom de deboche: “Pior que isso, só o declarado objetivo central do grupelho: transporte público de graça, o irrealismo da bandeira já traz a intenção oculta de vandalizar. (...) É hora de pôr um ponto final nisso” (KLEIN, 2017).

O poder de imagens violentas, também foi essencial na contranarrativa desenvolvida para combater o apoio à repressão em curso. No ciberespaço a repercussão das fotos e vídeos expondo manifestantes sendo agredidos por policiais, gerou uma onda de comoção, pessoas de todos os lugares do Brasil compartilhavam imagens e relatos de quem estava presente nas manifestações:

Uma bomba de efeito moral explodiu perto do meu amigo”. Foram criadas páginas, Tumblrs (um serviço de microblogging), canais do Youtube para divulgar informações, como um Tumblr denominado: “feridos no protesto de São Paulo”. As fotos, vídeos, histórias compartilhadas nestes espaços passaram a ser noticiados pelo jornalismo, como ocorre com o vídeo em que um policial bate com um instrumento no vidro do carro, que aparentemente se quebra (KLEIN, 2017, p. 295).

As frases expressas nas imagens a seguir demonstram que essa mobilização online contribuiu para amenizar o medo a violência, colocando em pauta debates como a repressão policial, a desmilitarização da polícia e a necessidade de combater o poder de coerção do Estado aos movimentos sociais, característico do período ditatorial, além de ter trazido a tona a noção de que o caos faz parte de um processo de mudança da estrutura social. As faixas e cartazes apresentados abaixo nas figuras 8 e 9, também são importantes objetos de observação da resposta popular ao estereótipo construído no início dos protestos, demonstrando a disposição dos manifestantes em combater as acusações de vandalismo, escancarar a violência promovida pela força de coerção das instituições e legitimar a interrupção da vida cotidiana.



Figura 8-Faixas em resposta a violência policial.

Fonte: <https://www.grafiasdejunho.org>. Acesso em: 5 de outubro de 2023.



Figura 9-Cartazes e faixas contra a violência física e simbólica promovida pelas instituições.

Fonte: <https://www.grafiasdejunho.org>. Acesso em: 5 de outubro de 2023.

No facebook, o tema ganhou diferentes abordagens como pequenos ensaios, procurando as razões que justificam as ações do movimento e até a violência de alguns atos, em comentários, pessoas discutiam os pontos de divergência entre esta cobertura paralela e o tom do discurso jornalístico empresarial, que os comentaristas perceberam como centrado na afirmação de que a polícia agia para conter as manifestações (KLEIN, 2017). As imagens a seguir (figuras 10 e 11) resumem a contra-narrativa desenvolvida de forma coletiva pelos ciberativistas, a partir de registros da violência policial durante os protestos, através de mixagem de linguagens, montagens e uso de memes com o objetivo de expor os excessos policiais.



Figura 10-A esquerda abordagem policial com uso de gás lacrimogêneo e à direita montagem apresentando o mesmo policial pichando um muro.

Fonte: <https://noticias.uol.com.br/tecnologia/album/2013/06/20/na-internet-protestos-pelo-brasil-ganham-versao-de-meme-piada-e-brincadeira.htm?foto=1>. Acesso em: 20 de junho de 2023.



Figura 11-A direita mixagem a partir de imagem real dos protestos e a direita charge questionando a violência policial nos protestos contra o aumento da tarifa.

Fonte: <https://noticias.uol.com.br/tecnologia/album/2013/06/20/na-internet-protestos-pelo-brasil-ganham-versao-de-meme-piada-e-brincadeira.htm?foto=1>. Acesso em: 20 de junho de 2023.

Devido ao uso indiscriminado de gás lacrimogêneo pelas autoridades para conter multidões nos protestos, várias postagens no facebook e tutoriais no youtube passaram a disseminar o uso do vinagre como estratégia para atenuar os efeitos do gás. Os diversos presos dos protestos de 13 de junho relataram terem sido detidos por portarem vinagre. Segundo balanço da PM deste dia, 60 pessoas foram detidas durante o protesto até as 20h: 19 foram liberados, 32 foram ouvidos e nove foram presos em flagrante com coquetéis molotov, vinagre, álcool e cachimbos de crack<sup>44</sup>. O tenente-coronel Marcelo Pignatari, comandante do 11º batalhão da Polícia Militar, em comentário ao portal G1<sup>45</sup> defendeu as prisões, afirmando que precisavam verificar com cuidado substâncias desconhecidas, pois os manifestantes estavam portando faca, bomba caseira, soco inglês e pedaços de pau, afirmou ainda que a orientação não era apreender vinagre, mas todos os objetos que pudessem ser usados contra os policiais e a contra a população. O estudante Gabriel Guerreiro relatou a mesma reportagem do portal do G1, que estava saindo do metrô São Bento para participar da manifestação quando foi revistado por policiais que acharam o vinagre, e o próprio policial que o abordou disse que a polícia estava levando para a delegacia para averiguação todos que estivessem em posse de vinagre. Na delegacia o estudante foi interrogado, obrigado a tirar a roupa, sob alegação de que era necessário verificar se ele não carregava drogas e quando perguntou ao policial o motivo de estar ali, o mesmo respondeu: “você aqui não questiona, só obedece.”

<sup>44</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/06/04/junho-de-2013-10-anos-depois-os-protestos-que-mudaram-o-pais.ghtml>. Acesso em 18 de novembro de 2023.

<sup>45</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/presos-em-protestos-em-sp-relatam-detencoes-por-spray-e-vinagre.html>. Acesso em 18 de novembro de 2023.

A repressão ao uso do vinagre tornou-se outro motivo para protestar. Com humor e sarcasmo, como pode ser visto nas figuras 12 e 13, a ação da polícia foi criticada e os manifestantes ganharam um novo repertório para seus memes, charges, cartazes, bem como um novo grito: “a marcha do vinagre”, escutado na mobilização com aproximadamente dez mil pessoas, que tomou por cerca de quatro horas o gramado e o espelho d'água em frente ao Congresso Nacional no dia 17 de junho de 2013.



Figura 12-A esquerda um meme em tom irônico e a direita uma charge sobre a repressão ao uso do vinagre nos protestos de junho de 2013.

Fonte: <https://www.grafiasdejunho.org>. Acesso em: 28 de setembro de 2023.



Figura 13-Manifestantes promovendo o uso do vinagre como estratégia de engajamento.

Fonte: <https://www.grafiasdejunho.org>. Acesso em: 28 de setembro de 2023.

Conclui-se que as Jornadas de Junho moldaram-se nessa relação híbrida entre ruas e redes sociais digitais, tornando a expressividade e a visibilidade não apenas uma estratégia pontual, mas o próprio modo de ser dos eventos, que contaram com um repertório cultural e político que inclui a experiência dos movimentos sociais, outros registros de ação direta (saques e quebra-quebras), incorporando também linguagens contemporâneas provenientes de sociabilidades juvenis (BARREIRA, 2014). Destaca-se as táticas dos ciberativistas para construir suas redes de contrapoder e reivindicar o direito à cidade, fazendo do virtual uma busca pelo real, através da autocomunicação de massa, do *swarming*, do *hashativismo*, do compartilhamento de vídeos, imagens de caráter testemunhal na altura do homem, forjando redes que geraram a ressignificação dos protestos, reconfigurando a dinâmica do poder em torno de outros interesses para além dos poderes estabelecidos, rompendo assim, com as alternâncias predominantes.

### **3.4 Quando acaba Junho? Aproximações e distanciamentos entre as jornadas de 2013 e a tentativa de golpe de 2023**

Com o avanço da extrema direita e o surgimento do bolsonarismo que marcaram os dez anos após as jornadas, alguns intelectuais consideram que junho ainda não acabou, diferente da socióloga Angela Alonso, que como abordado anteriormente, vê as Jornadas como o fechamento de um ciclo. Para eles, junho ainda vive nas manifestações de patriotismo, nas reivindicações da classe média, na imposição de valores conservadores, no antipartidarismo, na visibilidade e influência de uma nova direita, na ascensão da figura de Jair Bolsonaro e na tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023. Olhar as análises sobre o mês que abalou o Brasil significa caminhar entre o sonho e o pesadelo, caminhar entre os gritos por mais democracia e por intervenção militar, entre a promessa de liberdade e o fantasma da guerra híbrida. O objetivo aqui, é encontrar um porto seguro entre essas teorias, ou seja, sem deixar que as características positivas de junho de 2013 escondam suas criações e consequências negativas ou que seu lado obscuro apague as suas virtudes, pois como escreveu Alonso (2023): junho não foi isso ou aquilo, foi isso e aquilo.

No calendário chinês, 2013 foi o ano da serpente, réptil lembrado por sua astúcia e por sua capacidade sorradeira de “dar o bote”. A jornalista Consuelo Dieguez (2022) caracteriza Junho como “o ovo da serpente” no que concerne à reação da extrema direita no país. Em uma referência ao horóscopo chinês ela escreveu:

A parte dianteira da serpente esconde as maneiras profundas e misteriosas de sua natureza. Deve-se ter em conta que, uma vez que a serpente se desenrola para atacar, ela se move feito um relâmpago, e nada pode ser mais repentino e devastador do que ela (DIEGUEZ, 2022, p. 32).

O sociólogo Jessé de Souza (2023) também argumenta nessa direção, ao afirmar que a manipulação do sentido originário das manifestações por grupos conservadores, contribuiu com o fortalecimento da direita no Brasil, que levaria às revoltas de massa que colocaram Jair Bolsonaro no poder. Em sua tese, ele divide os protestos de junho de 2013 em duas fases: o início dos atos em que predominaram os “batalhadores” e jovens pobres nas ruas e posteriormente sua apropriação pela “classe média tradicional”, mais evidente a partir de 17 de junho, e essa mudança no protagonismo significou a passagem de uma pauta de reivindicações de cunho popular, para o predomínio de um caráter antipolítico, centrado na luta contra a corrupção e no sentimento de aversão aos partidos políticos. Souza ainda afirma que as bases do golpe de 2016, que levou ao impeachment da presidente Dilma, foram lançadas em 2013.

A aversão à política se confundiria com a estadofobia, o que se combinaria, um tanto paradoxalmente, com a adesão maciça da classe média ao braço do Estado (as forças judiciais) que, essencialmente imunizado contra vícios políticos, combinaria, um tanto paradoxalmente, com a adesão maciça da classe média ao braço do Estado (as forças judiciais) que, essencialmente imunizado contra vícios políticos, deveria ser o responsável pela correção virtuosa de rumos da vida política nacional, perseguindo e punindo as práticas personalistas do patrimonialismo reinante. Assim teriam sido lançadas, em junho de 2013, às bases da reação conservadora que culminaria com o golpe de 2016 (LIMA, P., L.; SAWAMURA, M. H., 2016, p. 100).

Em consonância com o pensamento de Jessé, temos a análise da filósofa Marilena Chauí, para quem a “nova classe trabalhadora” é suscetível de ser arrastada para a corrente conservadora em tempos de triunfo do individualismo neoliberal, sendo absorvida pela ideologia da classe média. A classe média, segundo Chauí, é constituída por uma “tripla abominação”: abominação política, porque é fascista; abominação ética, porque é violenta; e abominação cognitiva, pois ela é ignorante (Chauí, 2013). Essas características explicam seu caráter reativo aos avanços promovidos no período lulista, expressando com raiva e ódio seu descontentamento com a ascensão da classe trabalhadora. Chauí e Jessé veem a mídia como um ator manipulador e catalisador dessa ideologia, bem como da aversão aos partidos políticos e à institucionalidade como um todo.

O horizonte individualista neoliberal, potencializado pela mediação das redes sociais – mediação indiferenciada e “invisível” por excelência –, teria

transformado os protestos em “espetáculos de massa”, em que a superficialidade do caráter efêmero dos atos associada ao estímulo pela “satisfação imediata do desejo” levaria ao esvaziamento de seu sentido político (Chauí, 2013, p. 2-3).

O sinal de autoritarismo emitido em junho se deu através de um jogo de afinidades entre a classe média, a grande mídia e os elementos neoliberais da “nova classe trabalhadora”, seduzidos pelo encantamento das redes e os próprios movimentos sociais emergentes, como o MPL, cuja adesão a princípios anarquistas de horizontalidade radical dificultaria a definição de estratégias, sem as quais se tornariam presas fáceis da “apropriação e manipulação pela direita” (CHAUI, 2013). A emergência de uma cultura anti-institucional, que Chauí remete aos contextos clássicos de emergência do fascismo, na Itália dos anos 1920 e do nazismo, na Alemanha dos anos 1930, alimentou o golpe de 2016, nesse sentido, uma continuidade de junho de 2013 – um composto de sentimentos genuínos (ainda que equivocados) de recusa da política atrelados às artimanhas manipulatórias da mídia e da direita organizada (CHAUI, 2016). A esquerda, seduzida pela ocupação das ruas e embriagada por concepções e experiências locais e estrangeiras acerca do potencial da sociedade em rede e da positividade intrínseca da multidão, teria ignorado este suposto “ovo da serpente”.

A noção de guerra híbrida também encontrou seu público dentro das interpretações sobre as jornadas, tentando dar conta da transformação das estratégias geopolíticas, como o uso dos algoritmos para disseminar fake news. Segundo o jornalista norte-americano Andrew Korytko, escritor do livro “Guerra híbrida: das revoluções coloridas aos golpes” (2018), que popularizou o termo no Brasil, as guerras híbridas são conflitos identitários provocados por agentes externos, que exploram diferenças históricas, étnicas, religiosas, socioeconômicas e geográficas em países de importância geopolítica por meio da transição gradual das revoluções coloridas para a guerra não convencional, a fim de desestabilizar, controlar ou influenciar projetos de infraestrutura multipolares por meio de enfraquecimento do regime, troca do regime ou reorganização do regime (LUCENA, 2018). Em entrevista ao jornal Brasil de Fato em 2018<sup>46</sup>, Korytko afirmou que o país passava por uma intensa Guerra Híbrida que afeta todos os aspectos da vida de cada cidadão brasileiro, por causa de agentes externos que tentavam condicionar a população para voltá-la contra o Partido dos Trabalhadores, usando instrumentos como a Operação Lava Jato, apoiada pela NSA [agência norte-americana de inteligência] e que a ascensão de Jair Bolsonaro era fruto de mentores externos da guerra híbrida no Brasil, que

---

<sup>46</sup> Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/19/agentes-externos-provocaram-uma-guerra-hibrida-no-brasil-diz-escritor>. Acesso em 21 de novembro de 2023.

vinham há muito tempo moldando as condições sócio-políticas do país para facilitar o surgimento de um “azarão” que pudesse chegar ao poder e destruir tudo o que fora construído nos governos do Partido dos Trabalhadores. Para o jornalista, um dos interesses da intervenção dos Estados Unidos estaria relacionado à concessão do pré-sal com acesso vedado à China.

Matheus Mendes (2013) nos lembra que a guerra ideológica é travada também por aparelhos ideológicos, os quais a direita tem muita experiência e aliados nas forças liberais que contrabandeam suas causas financiando ONGs, think tanks e movimentos sociais. Entre 2006 e 2012 surgiram think tanks e movimentos decisivos para a transformação pelo qual o Brasil passaria, como Endireita Brasil, EPL, Imil, IBM, Ordem Livre, nas Ruas e Revoltas Online (MENDES, 2023). O deputado estadual Fábio Ostermann (Novo-RS), líder de diversos aparelhos ideológicos inspirados em experiências estadunidenses, além de ser o fundador da filial Students For Liberty (SFL), declarou, quanto às manifestações de junho, que “tinha gente” querendo participar dos protestos de 2013 e precisavam encontrar uma maneira de canalizar este entusiasmo (MENDES, 2023).

A partir desse fato, Mendes e outros estudiosos das Revoluções Coloridas, defendem que a mudança de postura da grande mídia acerca da legitimidade e importância dos protestos, bem como o surgimento da indignação solidária - após os atos do dia 13 de junho marcados pela violência policial - são frutos da percepção da imprensa e dos grupos políticos por trás dela, de que ali existia uma oportunidade real de desestabilizar o governo Dilma.

Ora, a violência policial é uma rotina no Brasil e seus alvos preferenciais são a juventude negra das favelas e os manifestantes de esquerda. Essa brutalidade nunca tocou a classe média ou a mídia. Porém, os veículos apostaram que era possível explorar a situação, desde que usassem as palavras e imagens certas, para assim romper os limites nos quais as manifestações de direita vinham esbarrando (MENDES, 2023, p.58).

Mendes aponta que o engajamento conservador ficou claro após o dia 14 de junho, quando perfis de direita passaram a compartilhar intensamente postagens sobre as manifestações e começou a circular uma fake news que orientava as pessoas a se vestirem com a bandeira brasileira, pois assim a polícia não poderia bater nos manifestantes. Em seu artigo “A revolução colorida brasileira” (2023), Mendes apresenta uma tabela (reproduzida a seguir) que ilustra as frentes de atuação da direita durante os protestos, assim como a velocidade com que aquelas transformações foram processadas.

<b>Dia</b>	<b>Principais Fatos</b>
6,10,11,13 e 14	Atos contra o aumento da passagem do transporte.
14	- Virada na cobertura da mídia oligopolista. - Fake da bandeira. - Criação do perfil de Bolsonaro no facebook. - Pequenos movimentos liberais começam a convocar.
16	Jovens lideranças ultraliberais de expressão nacional começam a convocar para os atos.
17	- Atos ficam gigantescos. - Bandeira brasileira ganha destaque.
17-20	Revolução colorida.

*Tabela 2-Atuação da direita no mês de junho de 2013*

Fonte: MENDES, Matheus.. A revolução colorida brasileira. In: CARLOTTO, Maria Caraméz & ALTMAN, Breno (Org.). Junho de 2013: A rebelião fantasma. São Paulo: Boitempo, 2023.

Segundo a chave de leitura que vê os acontecimentos de junho de 2013 como parte de uma guerra híbrida, o ciberativismo foi uma das principais estratégias usadas pela direita para inserir suas pautas e incitar uma forma de revolta específica, centrada em símbolos nacionais, no sentimento de patriotismo, exemplificado nos gritos inspirados no hino nacional como “verás que um filho teu não foge a luta”, em valores morais conservadores, através de um classe média que não ocupava as ruas na mesma frequência e intensidade que minorias ou grupos historicamente excluídos. Nas palavras de Mendes (2023), a direita e as forças imperialistas viram durante as jornadas uma oportunidade para impor a própria contrarrevolução e induzir a submissão do Brasil por meio de uma ação coordenada. Para o estudioso, portanto, seria ingenuidade acreditar que milhares de pessoas de repente decidiram protestar contra tudo e contra todos.

O historiador Jonas Manoel (2023) alerta para o fato de que na política sempre existiu o elemento do imponderável, contingente e incerto, assim é salutar evitar generalizações e a crença indiscriminada em teorias da conspiração, considerando que na montagem, no desenvolvimento ou desfecho da conspiração sempre são necessárias níveis de ação política visível, elementos não previstos, dinâmicas não controláveis, disputas e respostas variadas das classes, organizações políticas e lideranças, logo, qualquer análise política que se resume a conspiração e desconsidere as respostas das classes em presença e suas organizações, tende a estar errada (MANOEL, 2023).

É importante, então, compreender esse momento da história tendo em mente a coexistência de diferentes classes sociais, ideologias, movimentos e ações políticas nas ruas e nas redes, especialmente por se tratar de um fenômeno de multidão, que como definido no primeiro capítulo, não é classe, nem raça, possui múltiplas identidades e desconstrói o regime dualista das facções antagônicas. O livro “Junho: potência das ruas e das redes” (MORAES et, al., 2014), evidencia inclusive as variações entre os protestos nas diferentes capitais e cidades do interior, considerando que cada jornada mantinha uma relação direta com a cultura e história local. Seja de forma simultânea, alternada, com oscilações de protagonismo e influência, os diferentes sujeitos e valores forjaram e deram a aparência ao que chamamos hoje de Jornadas de Junho, então, colocar junho de 2013 como o ovo da serpente, além do uso irrestrito do conceito de guerra híbrida, pode impedir que se enxergue as nuances presentes na época.

É inegável o comparecimento massivo da classe média e de pautas conservadoras nos protestos, especialmente após a conquista da redução da tarifa do transporte em diversas cidades e com a retirada do MPL dos protestos. No entanto, ainda se seguiu uma luta de outros grupos sociais para que o movimento não fosse cooptado pela direita, como coletivos feministas, grupos LGBTQIAP+, movimentos sindicais e estudantis, realizando até mesmo aulas públicas e assembléias populares nas ruas de São Paulo e de outras capitais. Isso aparece no relato da militante feminista Jul Pagul, após os protestos no Itamaraty em 20 de junho:

No dia seguinte, estava muito cansada com toda jornada e os processos. Amanheci viva, mas era difícil ficar inteira. Fui ler os jornais. A versão é que a burguesia havia se rebelado contra o sistema. Porém, uma imagem transgressora bastava para desmerecer a linha editorial equivocada da imprensa. O jornal Correio Braziliense publicou uma foto em que uma pilha de chinelos populares estava abandonada em frente ao palácio do Itamaraty. Aquela foto dos chinelos revelava muito sobre a classe de quem também estava ali nos protestos e quão arriscado - e eu ousaria dizer leviano- era afirmar que foi apenas um protesto de burgueses. Participar dos protestos, construí-los, defendê-los de interesses mesquinhos, conservadores, coxinhas fez com que as relações fossem conduzidas de maneira quase selvagem, muito visceral (PAGUL, 2023, p. 56).

Outra nuance que não pode ser perdida de vista é evidenciada pelo historiador Marcelo Badaró (2016), para quem é equivocada a associação direta entre as manifestações de junho de 2013 e as que pediam o impeachment da presidente Dilma em 2015 devido a dois aspectos: a diferença de composição social e racial entre junho e as manifestações pelo impeachment, e a forma de organização dos protestos, já que as manifestações de junho inicialmente convocadas pelo MPL, contaram com certa dose de espontaneidade para se massificar, ao passo que as

manifestações de 2015 foram convocadas e estruturadas por frações da burguesia, fomentada pela grande mídia e com o apoio do aparato policial (NUNES, 2023). Dado este argumento, é importante o levantamento da composição social e racial dos manifestantes dos dois períodos: em 2013 o perfil de manifestantes era de jovens trabalhadores periféricos, usuários do transporte público, com renda familiar de até três salários mínimos, já em 2015 a maior parte das pessoas era adulta, entre 30 e 50 anos, predominantemente branca, com renda familiar de mais de cinco salários mínimos, os que tinham renda de até três salários mínimos representavam apenas 20% (NUNES, 2023). E assim como Badaró, Manoel também não acredita em uma linha contínua entre as jornadas e o golpe de 2016, pois não é como se Dilma tivesse caído em 2013: mesmo sua popularidade tendo sido abalada, a então presidente recuperou parte de seu apoio popular, venceu a eleição de 2014, terminando aquele ano com 52% de aprovação.

A visão dos movimentos de massas como um mero “jogo de videogame controlado pelo imperialismo” (MANOEL, 2023), gerou um medo das ruas por parte de setores da esquerda: como junho de 2013 teria sido um ato capturado pela esquerda, todo protesto de rua poderia ter o mesmo destino.

Além de reacionária e deseducadora, essa visão não ajuda em nada a pensar os desafios de criar um poderoso movimento de massa popular, nacional e revolucionário no Brasil. Encaradas como trauma, as Jornadas de Junho continuarão demandando explicações simplistas, fáceis e que tragam segurança (não é preciso disputar as multidões nas ruas, basta não fazer nada e confiar na capacidade de negociação de Lula). O problema dos traumas recalcados é que eles sempre voltam, às vezes com sintomas mais fortes (MANOEL, 2023, p.71).

A doutora em ciência política Camila Rocha argumenta que as jornadas se tornaram um bode expiatório da política brasileira. O presidente Lula, por exemplo, se retratou em 2017, dizendo que foi precipitado chamar de democráticas as manifestações de 2013. Rocha em seu artigo “As direitas não precisaram de junho de 2013” publicado em 2023, defende que o evento crucial para candidatura de Bolsonaro, foi a eleição da presidente Dilma em 2014, pois se o candidato Aécio Neves tivesse vencido o cenário político seria outro, até porque, apesar de existirem grupos organizados identificados com a direita, antes de Junho a participação massiva de pessoas de verde e amarelo não foi articulada totalmente por tais grupos, já que eles não tinham experiências prévias de manifestações que haviam conseguido mobilizar aquela quantidade de conservadores de classe média, fazendo parte da ampliação de atores e formas de ação desencadeadas pelo enxame das multidões nas ruas. Tentativas de prever uma outra linha do tempo e especulações a parte, a defesa de Rocha traz à luz outra nuance importante: as direitas precisavam mobilizar amplos setores da população contra o PT e contra a permanência

de Dilma na presidência, o que foi possível a partir da nítida polarização após as eleições de 2014, quando o eixo de disputa começou a se envergar para a política formal, político-partidária e eleitoral, ao mesmo tempo em que o PT volta a hegemonizar o campo da esquerda e é nesse novo ambiente em que a direita de fato consegue ganhar escala no país (DOMINGUES, 2019).

Quanto aos questionamentos que se intensificaram após as Jornadas de Junho de 2013 em relação às consequências do ciberativismo, é preciso centralizá-los dentro da discussão sobre o capitalismo de vigilância, para evitar determinismos que são infrutíferos na compreensão do ativismo online, que como evidenciado ao longo dessa pesquisa pode ser uma ferramenta sem precedentes de articulação política democrática e, ao mesmo tempo, um facilitador da vigilância em massa (SCHWAB, 2016). Edson Teles (2018) pondera que certos regimes de produção de subjetividades binárias e antagônicas, aliados a condições históricas de dominação, podem fortalecer e incrementar estratégias e tecnologias de controle social como os metadados produzidos pelos cidadãos através do uso da internet, que se tornaram uma nova possibilidade de consolidação econômica do capitalismo, pois ao utilizar as redes sociais e os produtos fornecidos pelas empresas de tecnologia, cada um dos bilhões de usuários globais deixa rastros, dados extras, informações sobressalentes que costumavam ser encaradas como inúteis até ter seu potencial valor comercial compreendido, passando a ser tratado como “superávit comportamental” (ZUBOFF, 2019). Portanto, no ciberespaço os próprios sujeitos são objetos de consumo, mercadorias cujos comportamentos são essenciais para as plataformas em que navegam, que são privadas e movidas por interesses lucrativos e não necessariamente democráticos. A publicação e a monetização da informação nunca são neutras, já que forma opinião, informa mercados, reforça preconceitos, cria entendimentos e espalha confusão (D’ANCONA, 2018).

Segundo Zuboff, os dados gerados online voluntariamente pelos cidadãos são valiosos não apenas para o mercado publicitário, como também para política, gerando grande impacto na vida pública, como na condução dos processos eleitorais e no próprio sistema democrático: capaz de operar sentimentos como raiva, frustração, medo, ódio e catalisá-los para cargos executivos, em especial de políticos de extrema direita, que souberam manusear esse novo aparato – mesmo que às margens da legislação (ZUBOFF, 2019). No segundo capítulo, foram apresentados alguns exemplos recentes de campanhas eleitorais ancoradas nas redes sociais e especialmente na disseminação de mentiras por meio delas, usando para isso a expertise de empresas de think tanks. Especialistas em modular os afetos e interesses através do uso dos algoritmos, essas empresas atuam de diferentes formas no “mercado de ideias”, com recomendações para governantes e legisladores, promoção de agendas políticas, networking

e divulgação midiática. Nos EUA, por exemplo, as think tanks ganharam força e atuam também em nível internacional, trabalhando junto com as políticas neoliberais, assim, parte de seus quadros ocupa ao longo de suas carreiras posições no governo (ou assessoria parlamentar), em empresas, em organizações multilaterais ou na academia (SVARTMAN, 2021).

A tentativa de golpe em janeiro do ano passado, marcada pela invasão ao congresso, estava envolvida em diversos mitos e narrativas fictícias disseminadas principalmente após a eleição presidencial de 2022, em grupos de whatsapp que mediaram a organização das expedições até Brasília, acampamentos em frente a quartéis do exército e o apoio a um golpe militar. Uma reportagem da BBC News publicada em 13 de janeiro de 2023<sup>47</sup>, aponta algumas dessas fake news compartilhadas com o objetivo de deslegitimar o processo eleitoral que elegeu o presidente Lula e incitar uma revolta para colocar Jair Bolsonaro na presidência novamente, tais como a de que o presidente eleito teria morrido e quem estaria cumprindo sua agenda eleitoral era na verdade um sócio e a de que o livro assinado pelo petista no Senado e a faixa usada por ele não eram oficiais, por isso cerimônia de posse seria uma fraude. A mesma reportagem da BBC também pontua que várias das fake news compartilhadas nesse período foram “importadas” dos Estados Unidos, que também sofreu uma tentativa de golpe com invasão ao Capitólio após a eleição de Joe Biden em janeiro de 2021, por grupos conservadores e apoiadores de Donald Trump, que também foram alimentados com notícias falsas contra Biden e o processo eleitoral norte-americano.

Este fenômeno também está inserido na lógica do capitalismo de vigilância, visto que diversas empresas estadunidenses de think tanks também atuam no Brasil e mantêm relações estreitas com políticos brasileiros da extrema direita. Um levantamento realizado pela Agência Pública junto com o Uol e outros 18 veículos latino-americanos e cinco organizações especializadas em investigação digital, sob a liderança do Centro Latinoamericano de Investigação Jornalística (CLIP), em agosto de 2023<sup>48</sup>, revelou que o deputado Eduardo Bolsonaro realizou entre 2018 e 2022 cerca de 82 reuniões com membros influentes da ultradireita dos Estados Unidos, fazendo alianças importantes que foram acionadas na tentativa de instigar um golpe de Estado no país para reverter o resultado da eleição presidencial de 2022. Em novembro (2022), após a derrota de seu pai nas urnas, Eduardo Bolsonaro se encontrou com o estrategista político norte-americano Steve Bannon - co-fundador da think thank

---

<sup>47</sup>Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-64243831>. Acesso em 21 de novembro de 2023.

<sup>48</sup>Disponível em: <https://apublica.org/2023/08/como-uma-rede-internacional-de-desinformadores-ajudou-a-tentativa-de-golpe-no-brasil>. Acesso em 21 de novembro de 2023.

Government Accountability Institute e financiador de diversas think tanks como a Cambridge Analytica, envolvida no escândalo de roubo de dados usados na campanha que elegeu Donald Trump em 2018 - que em entrevista ao jornal norte-americano Washington Post, disse ter recomendado que Bolsonaro não admitisse a derrota e contestasse o resultado das eleições como forma de incitar protestos pelo país. Neste sentido, foi executada uma campanha internacional de mentiras e ataques à democracia brasileira.

Essa campanha de desinformação foi articulada desde o exterior, como maneira de contornar as restrições impostas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a alguns dos principais promotores de fake news no Brasil durante as eleições, como deputados e deputadas do campo bolsonarista. Frases e hashtags como “Brazil Was Stolen” e “Brazilian Spring” foram cunhadas por essa iniciativa transnacional (MACIEL, 2023, online<sup>49</sup>).

Os bolsonaristas planejaram a invasão e depredação dos prédios do governo na praça dos três poderes em Brasília, utilizando o codinome “festa da Selma” para angariar voluntários via redes sociais, motivados principalmente pela crença de fraude nas urnas e com financiamento de comerciantes, agronegócios e associações pró-armas para o transporte até Brasília e manutenção dos acampamentos (AGÊNCIA PÚBLICA, 2023). Além de terem sido bombardeados por fake news, imagens dos protestos de 2013 também circularam nas redes sociais dos bolsonaristas, publicações feitas no twitter com o convite para a “festa da Selma” traziam imagens dos manifestantes ocupando o teto do Congresso Nacional em 17 de junho de 2013. Este é um exemplo do impacto simbólico que as Jornadas tiveram nos grupos de direita quanto a crença no potencial dos movimentos de ocupação e mobilização de rua, além de terem marcado o surgimento de novos atores sociais com tendência autoritária, que promoveriam nos anos seguintes uma cultura antidemocrática.

Para Giroto Neto (2020), os acontecimentos de junho de 2013 contribuíram com a onda conservadora que tem exercido decisivo papel nas disputas hegemônicas nacionais, pois foi nesse período que se desenvolveram os germes do discurso autoritário que ocupa progressivamente o debate público nacional, através dos lemas “nossa camisa não é vermelha, é verde e amarelo”, nos gritos “sem partido, sem partido” que se ouviam nas ruas, na exclusão e agressão de manifestantes identificados como de esquerda nos protestos, características essas que o movimento bolsonarista abraçou para pautar um discurso “nós contra eles”, tornando os movimentos de junho de 2013 um marco do declínio da hegemonia lulista e do declínio da direita tradicional (GIROTO NETO, 2020). Camila Rocha (2018) também se posiciona dessa

---

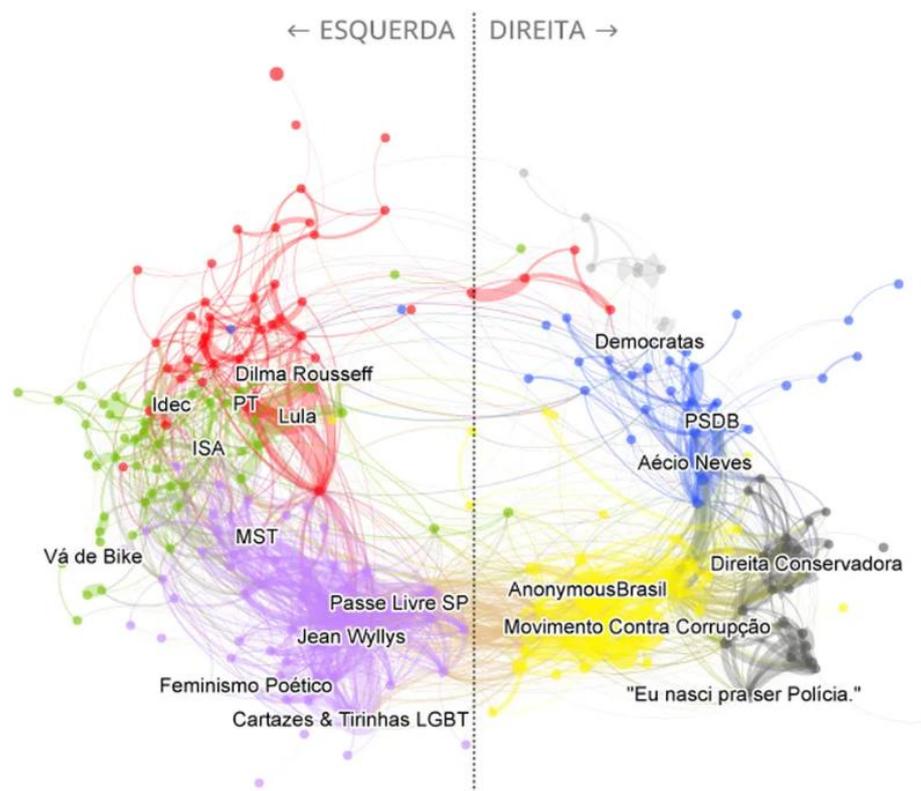
<sup>49</sup> Disponível em: <https://apublica.org/2023/08/como-uma-rede-internacional-de-desinformadores-ajudou-a-tentativa-de-golpe-no-brasil>. Acesso em 21 de novembro de 2023.

forma, ao afirmar que mudanças na estrutura de oportunidades políticas criam momentos mais propícios para a ação de determinados grupos: a criação de fortes identidades coletivas, dinâmicas emocionais que surgem a partir de interações e conflitos entre nichos políticos, revela a habilidade no uso (e a própria lógica) das mídias sociais, que foram cruciais para o boom das novas direitas no Brasil. Porém, é importante salientar que o que aconteceu em 2023 não foi uma continuidade de 2013:

em primeiro lugar, pelas intenções das pessoas ali presentes, há claramente em 2023 o propósito de derrubada de um governo legitimamente eleito, uma tentativa de sedição, de tomada de poder e destruição das instituições democráticas (MENDONÇA, 2023, p.4)

A exemplo das diferenças entre esses dois momentos, está também o comportamento da polícia, que em 2013 foi extremamente violenta com os manifestantes, enquanto em 2023 vários policiais e militares foram filmados sendo brandos, tirando fotos com os golpistas ou até participando do movimento contra a democracia. Em junho de 2013 a ocupação do exterior do Congresso foi uma autodefesa diante da repressão policial, enquanto, no ato golpista, a polícia escoltou e abriu os prédios para eles, e o Exército os protegeu na porta dos quartéis (ANSELMO, 2023).

O fato de que em 2013 o Brasil não vivia a polarização política que experimentamos atualmente, também não pode ser desprezado como característica distintiva em relação aos atos golpistas de 2023. De acordo com o mapeamento do facebook pós-2013 feito pelos pesquisadores da USP, Pablo Ortellado, professor de administração pública e Márcio Moretto Ribeiro, professor de sistemas de informação, que analisaram as interações de 12 milhões de usuários brasileiros com páginas políticas, em 2013 a distância entre movimentos de esquerda e de direita mapeados era menor e havia sobreposição entre algumas das comunidades temáticas de usuários que formavam esses polos, assim, movimentos sociais progressistas, por exemplo, também se interessavam pelo movimento anticorrupção e defensores da pauta anticorrupção também estavam interessados pela agenda ambiental (COUTO, 2023). As imagens abaixo comparam três períodos (2013, 2014 e 2016), revelando que entre 2014 e 2016 houve uma mudança nesse cenário com a intensificação da polarização política verificada no distanciamento das comunidades acompanhadas pelos pesquisadores.



Debate no Facebook em 2013 — Foto: Pablo Ortellado e Marcio Moretto Ribeiro (USP)

Figura 14-Debate no facebook em 2013

Fonte: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/06/protestos-de-junho-de-2013-marcam-mudanca-nas-redes-sociais-com-aumento-da-polarizacao-e-nova-articulacao-da-direita.ghtml>

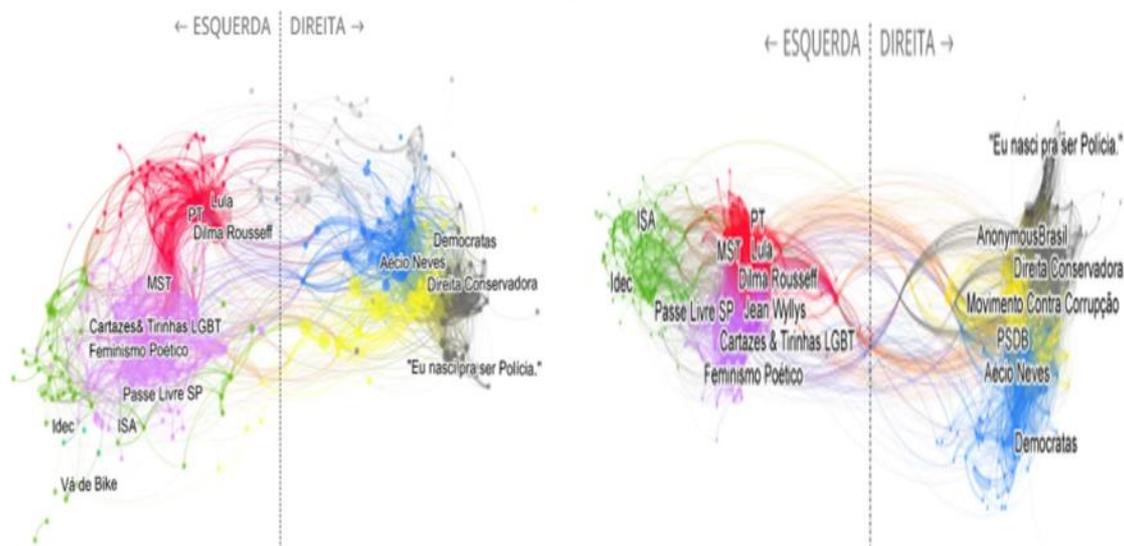


Figura 15-Progresso da polarização em 2014 e 2016

Fonte: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/06/protestos-de-junho-de-2013-marcam-mudanca-nas-redes-sociais-com-aumento-da-polarizacao-e-nova-articulacao-da-direita.ghtml>

Na figura 14 que corresponde ao ano de 2013, ainda vemos a confluência entre grupos de direita e esquerda, já a figura 15 que corresponde a 2014 e 2016, aponta que grupos de direita e de esquerda não conseguem mais compartilhar agendas: enquanto os grupos de direita se

uniram em torno de questões relacionadas a anticorrupção os de esquerda se agruparam ao redor da temática de programas sociais e de políticas públicas. De acordo com o estudo, essa polarização teve início durante os dez meses após as jornadas de junho, quando as páginas do facebook com maior número de interações foram aquelas que produziam conteúdo anticorrupção, muitos dos seguidores dessas páginas que haviam ido às ruas pela primeira vez em 2013, se afastaram da esquerda, aproximando-se do campo antipetista. Para Ortellado (2023), os dados dessa pesquisa revelam uma homogeneização não apenas do debate político, como também das relações sociais.

Quando a gente fala de polarização política, a gente normalmente enfatiza a divisão, mas polarização também é fusão. É uma simplificação do panorama político. Antes, o mundo anticorrupção conversava com o feminismo e o antirracismo. Isso é uma impossibilidade hoje, são mundos à parte (ORTELLADO, 2023<sup>50</sup>).

Marco Aurélio Ruediger (2023), diretor da Escola de Comunicação da Fundação Getúlio Vargas (ECMI/FGV), argumenta que nos últimos dez anos a direita tem logrado em hegemonizar as redes como estrutura política, além de entender sua linguagem, que é capaz de exacerbar as emoções e distorcer os fatos, o que para Ruediger contribuiu na ascensão de uma direita com menos pudor e mais radical. As plataformas digitais também lucram com essa radicalização na medida em que conteúdos extremistas garantem mais acesso e mais capital, fazendo com que os algoritmos continuem impulsionando-os.

É importante lembrar, que as jornadas ocorreram antes da popularização dos smartphones e do whatsapp, pois o ano de 2014 foi o marco da migração do computador para o celular, resultante da expansão do acesso a internet via dados móveis, quando pouco mais de 50% das casas brasileira passaram a ter acesso à internet. Segundo dados do PNAD correspondente ao ano 2022, divulgados pelo IBGE<sup>51</sup>, de 161,6 milhões de pessoas no país (com dez anos de idade ou mais), 98,9% têm acesso à internet pelo celular. Para Ronaldo Lemos, advogado e um dos coordenadores Instituto Tecnologia e Sociedade do Rio (ITS-Rio), a ampliação do acesso aos smartphones e a expansão da internet móvel fizeram do celular nossa primeira tela, ou seja, aquela que carregamos conosco o tempo todo, onde consumimos e

---

<sup>50</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/06/protestos-de-junho-de-2013-marcam-mudanca-nas-redes-sociais-com-aumento-da-polarizacao-e-nova-articulacao-da-direita.ghtml>. Acesso em 21 de novembro de 2023.

<sup>51</sup> Disponível em: <https://www.poder360.com.br/tecnologia/989-dos-brasileiros-acessam-internet-pelo-celular/#:~:text=Embora%20o%20pa%C3%ADs%20tenha%20apresentado,dos%20dispositivos%20m%C3%B3veis%20no%20Brasil>. Acesso em 21 de novembro de 2023.

produzimos conteúdos e nos conectamos com outras pessoas (LEMOS, 2023). Essa mudança também teve um forte impacto no uso das redes sociais, desviando a atenção dos brasileiros do facebook - a principal plataforma usada durante os protestos de junho de 2013 - para o whatsapp, que de acordo com uma pesquisa realizada pelo We Are Social de 2023<sup>52</sup>, é a rede social mais usada no país com 142,2 milhões de contas, enquanto o facebook ocupa a quarta posição (109,1 milhões de usuários).

Movimentos sociais de direita como o MBL, originado a partir das manifestações de 2013, também fizeram do whatsapp seu dispositivo favorito de mobilização, especialmente devido as mudanças no regulamento do facebook a partir de 2013, causadas pela grande quantidade de reclamações que recebia dos usuários quanto a forma que apresentava os conteúdos na plataforma, reforçadas pelo escândalo do roubo de dados em 2018, passando assim a dificultar o crescimento das bases de fãs de páginas de empresas e personalidades e reduzir o número de pessoas a quem uma publicação poderia chegar (AMADEU, 2023). Em entrevista ao portal G1, publicada em junho de 2018<sup>53</sup>, Kim Kataguiri, um dos líderes do MBL, disse que com as mudanças ocorridas no facebook nos anos anteriores, o grupo não conseguia mais alcançar 60 milhões de pessoas por semana como era de costume, então passaram a articular as manifestações pelo whatsapp, onde sua “diretoria de memes”, pinça informações do noticiário, aplica os “valores e aquilo em que o MBL acredita”, acrescenta uma camada de humor e dispara para os seus seguidores. Tal estratégia do MBL e de outros grupos de direita, se aproveita da vida dentro de uma “cascata de informações”, onde as pessoas são bombardeadas com uma enxurrada de informações, que muitas vezes são meros recortes da realidade, faltando informação precisa e qualificada. Como não é possível dar conta de todos os conteúdos disponíveis na internet, a tendência é dar mais crédito a informação transmitida pelas pessoas mais próximas, especialmente se estas são acompanhados da alegação de que a pessoa tem evidências do que está falando, assim ocorre a passagem do “saber” para o “achar que sabe”, levando ao compartilhamento frenético de mentiras (CHESNEY,B.;CITRON,D, 2018).

O whatsapp como principal meio de articulação da direita trouxe outro diferencial em relação aos atos 2023 se comparado aos de 2013: o caráter privado que contribui para a

---

<sup>52</sup> Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/listas/2023/07/qual-a-rede-social-mais-usada-em-2023-a-resposta-vai-te-surpreender-edapps.ghtml#:~:text=As%20redes%20sociais%20dos%20brasileiros%20em%202023&text=De%20acordo%20com%20os%20dados,per%C3%ADodos%20do%20dia%20dentro%20dela>. Acesso em 22 de novembro de 2023.

<sup>53</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/06/04/junho-de-2013-10-anos-depois-os-protestos-que-mudaram-o-pais.ghtml>. Acesso em 22 de novembro de 2023.

proliferação de notícias falsas e discursos de ódio, que poderiam ser removidos se publicados em redes sociais como o facebook ou twitter, que agora possuem uma regulamentação, ainda que passível de melhora, mas que tem uma política de remoção de conteúdo ofensivo e oferece a possibilidade de indicação de postagens falsas.

Como a comunicação no Whatsapp tem caráter privado, isso abre a possibilidade para formas de comunicação que não teriam lugar em um espaço visível ao público. O filtro não existe, e muita gente se sente confortável para compartilhar conteúdos que jamais compartilharia publicamente em outras redes sociais (LEMOS, 2023, p.3).

Compreende-se, que o caminho trilhado de 2013 até agora não foi uniforme ou unidirecional, mas há um legado deixado pelas jornadas de junho: a compreensão de que a democracia não é um sistema estabelecido, mas sim mantido e sua manutenção requer atuação também dentro do ciberespaço. Em junho de 2013 vimos o potencial do ciberativismo como mídia alternativa à imprensa tradicional, com capacidade de informar e desinformar, como conector de indignações, como articulador de novas pautas e demandas, como produtor de simbolismos e subjetividades que podem gerar empatia e engajamento. Em janeiro de 2023 tivemos a certeza dessas potencialidades. Os últimos dez anos confirmaram o ciberativismo como forma de empoderamento devido a sua capacidade de reconfigurar a realidade, colocando-o no centro da discussão sobre como preservar a democracia. Neste sentido, o *Manifesto Republicano* de Ruy Barbosa publicado em 1870, traz uma reflexão que, pouco mais de um século depois, ainda é necessária:

Não reconhecendo nós outra soberania mais do que a soberania do povo, para ela apelamos. Nenhum outro tribunal pode julgar-nos: nenhuma outra autoridade pode interpor-se entre ela e nós. Como homens livres e essencialmente subordinados aos interesses da nossa pátria, não é nossa intenção convulsionar a sociedade em que vivemos. Nosso intuito é esclarecê-la. Em um regime de compressão e de violência, conspirar seria o nosso direito. Mas no regime das ficções e da corrupção, em que vivemos, discutir é o nosso dever. As armas da discussão, os instrumentos pacíficos da liberdade, a revolução moral, os amplos meios de direito, postos aos serviços de uma convicção sincera, bastam, no nosso entender para a vitória de nossa causa, que é a causa do progresso e da grandeza da nossa pátria. – A bandeira da democracia, que abriga todos os direitos, não repele, por erros ou convicções passadas, as adesões sinceras que se lhe manifestem. A nossa obra é uma obra de patriotismo e não de exclusivismo, e aceitando a participação de todo o concurso leal, repudiamos a solidariedade de todos os interesses ilegítimos<sup>54</sup>.

---

<sup>54</sup> Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/estadao-republica-130-grupo-pedia-instituicoes-livres-em-busca-de-justica>. Acesso em 12 de janeiro de 2024.

As palavras urgentes de Barbosa demonstram preocupação em relação às forças que se opõem à democracia, ao mesmo tempo que fazem um apelo para que busquemos sua proteção, se necessário usando diversos recursos como forma de resistência às tentativas de subvertê-la, que não se manifestam apenas na forma de violência, mas também disfarçadas de solidariedade. Portanto, não há tempo a perder com debates valorativos que colocam o ciberativismo no campo do bem ou do mal, antes da internet, o rádio, a televisão e o cinema já serviram grandemente a propósitos autoritários, vide o sucesso da campanha antissemita executada por Joseph Goebbels, ministro da propaganda nazista na Alemanha da década de 1930. O cientista político italiano Giuliano Da Empoli (2019) afirma que por trás da ascensão dos líderes extremistas estão os verdadeiros engenheiros do caos: consultores políticos, estrategistas e especialistas em dados que direcionam conteúdos por meio das redes sociais, impulsionam uma onda de fake news e criam teorias da conspiração que promovem o engajamento popular e influenciam os resultados de importantes manifestações políticas e econômicas de alguns países (CARDOSO, 2020).

Os novos engenheiros do caos são muitas vezes criativos e dominam técnicas até então desconhecidas pelos especialistas. Foi assim na Alemanha, com Angela Merkel que teve seu nome associado a uma campanha de difamação nas redes associada à política de refugiados. Nos EUA, a campanha de Donald Trump usava técnicas da Cambridge Analytica. E, por fim, no Brasil, o uso do WhatsApp para disseminar fake news a serviço de Jair Bolsonaro. A indignação, o medo, o preconceito, o insulto, a polêmica racista ou de gênero se propagam nas telas e proporcionam muito mais atenção e engajamento que os debates maçantes da velha política (CARDOSO, 2020, p. 7).

Para o filósofo francês Ranciere, a democracia não é nem a forma de governo que permite à oligarquia reinar em nome do povo, nem a forma de sociedade regulada pelo poder da mercadoria, pois é a ação que arranca continuamente dos governos oligárquicos o monopólio da vida pública e da riqueza a onipotência sobre a vida, ela é a potência que deve lutar contra a confusão desses poderes em uma única e mesma lei da dominação (RANCIERE, 2014). Hoje, essa luta envolve a regulamentação da internet e a responsabilização das empresas que mediam as relações sociais online, que ainda está em estágio inicial e caminha a passos lentos.

O Direito deve ser constantemente atualizado, para oferecer respostas dinâmicas à sociedade. Saber lidar com as novas situações trazidas pela Internet criou a necessidade de conciliar a ciência do Direito com as novas tecnologias, que promoveram mudanças substanciais, rápidas e intensas na sociedade contemporânea, ampliando a comunicação e compartilhando ideias que demandam maior transparência e liberdade de expressão. A facilitação de acesso à Internet deve ser vista como uma maneira de estender a cultura

política, ampliar a cidadania, e aprofundar a democracia, garantindo concretização dos direitos previstos constitucionalmente (CASTANHO, 2014, p. 56).

A crença popular de que democracia trata-se de liberdade irrestrita, dificulta as tentativas de conter o caos e é usada pelo próprio capitalismo de vigilância para garantir sua perpetuação. Um exemplo disso, é a polêmica gerada em 2023 com a proposta da Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet (Projeto de Lei nº 2630, de 2020), que tem como objetivo criar meios para inibir a propagação de notícias falsas, as influências ao voto e ameaças à democracia. Entre os itens que causaram debates acalorados entre políticos, empresas e sociedade civil, estão a obrigatoriedade de moderação de conteúdos publicados na internet, garantindo que contas ou publicações com conteúdos considerados criminosos possam ser identificadas, excluídas ou sinalizadas, responsabilizando as empresas por conteúdos publicados por terceiros e também prevê que grandes empresas de tecnologia remunerem os autores de conteúdo jornalístico e artístico compartilhados em suas plataformas. Big Techs como o Google e o Facebook se manifestaram contra, alegando que se aprovado, o projeto de lei seria uma censura à liberdade de imprensa no país, bem como inviabilizaria a oferta de serviços gratuitos. O Google, em chamada na sua página inicial em primeiro de maio de 2023 fixou o link intitulado “O PL das Fake News pode aumentar a confusão sobre o que é verdade ou mentira no Brasil”<sup>55</sup> e ao clicar o internauta era direcionado a um artigo de Marcelo Lacerda, diretor de relações governamentais e políticas públicas do Google Brasil, escrito em tom alarmista sobre os possíveis prejuízos à população a partir da aprovação da lei. Esta é apenas uma das formas que o capital resiste à luta pela democracia real.

A sociabilidade básica do capitalismo acontece por meio da troca generalizada de mercadorias, que tem como equivalente geral o dinheiro, para isso é essencial que os portadores da mercadoria sejam considerados livres e iguais no momento da troca mercantil (ALMEIDA, 2018). Logo, essas big techs estão defendendo não a democracia, mas o liberalismo, sob o “verniz” da liberdade de expressão, pois o verdadeiro objetivo é a desdemocratização, uma retirada progressiva da possibilidade de decisões da maioria de interferir na ordem econômica. Dessa perspectiva, é possível compreender a conexão entre o neoliberalismo e o conservadorismo da direita: é necessário agir na preservação das formas sociais básicas do capitalismo, fazendo da tomada do Estado por forças da direita um fator importante para justificar o estágio atual da economia capitalista, o que só pode ser feito por pessoas capazes de

---

<sup>55</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2023/05/02/plataformas-digitais-fazem-campanha-contra-pl-das-fake-news.htm>. Acesso em 12 de janeiro de 2023.

articular um discurso de violência contra minorias, de intolerância e de hiperindividualismo (ALMEIDA, 2018). Então, resistir ao capitalismo de vigilância requer mais do que demonstrar a fragilidade desses discursos, pois

do ponto de vista da gestão da vida, é mais efetiva a desordem do que relações harmônicas. Assim, faz-se necessário a disseminação de subjetividades agressivas, seja qual for o alvo (podendo até mesmo ser o próprio Estado ou a própria ordem), para se manter o discurso de militarização e pacificação. Há nesse processo a eficaz estruturação de uma sociedade de controle, disciplinamento e punição, cujo cidadão, domesticado e submisso, deve se tornar ainda mais submisso, deve se tornar ainda mais produtivo e ser anulado enquanto potência transformadora (TELES, 2018, p. 680).

As palavras de Edson Teles, embora soem pessimistas e deterministas - já que a tecnopolítica e o capitalismo de vigilância podem levar a crença de que não há solução para o caos, a não ser nos conformarmos com a vida dentro de uma teoria da conspiração, enquanto produtos de uma guerra híbrida - servem para nos alertar: é desafiador viver nesse admirável mundo novo e o futuro é nebuloso se não houver uma guinada no processo de conhecimento do fenômeno e das maneiras de lidar com o ferramental adequado para a emancipação dos usuários no meio digital, promovendo mais segurança, conscientização e liberdade (BOCCHINO et al, 2021).

## CONCLUSÃO

As formas de mobilização social passaram por grandes transformações ao longo da história da humanidade, especialmente a partir da década de noventa com a popularização da internet. Como apontado no primeiro capítulo, movimento social trata-se da ação dos sujeitos unidos para mudar uma determinada realidade, baseados em um conjunto de ideais que fundamentam suas ações, sendo, portanto, uma práxis. Essa práxis se desenvolve a partir de saberes e conflitos sociais acumulados ao longo da história e é um processo dialético que forma a identidade dos indivíduos envolvidos, bem como é formada por eles. Os movimentos sociais contemporâneos têm como parte essencial de sua práxis o ciberativismo, que contempla as características dos sujeitos modernos como a fluidez nas relações sociais e o individualismo, permitindo conexões rápidas e a busca pela autorrealização, além de ter contribuído na formação de uma sociedade em rede, que conecta indignações, solidariedades e possibilita a produção social de significados. Em 2011 a Primavera Árabe mostrou ao mundo o potencial da autocomunicação de massa proporcionada por essas redes, no que se refere à reivindicação de direitos políticos, inspirando os movimentos que se seguiram.

O fenômeno das multidões, identificado por Gohn como uma das principais formas de mobilização da contemporaneidade justamente devido a expansão do ciberativismo, foi visto nos protestos das Jornadas de Junho de 2013, que usaram o ciberespaço para se organizar discursivamente dentro das redes, desenvolver laços sociais e inteligência coletiva através da troca de experiências e opiniões, convocando protestos online e offline. As mobilizações de 2013 chegaram a ser acusadas de não terem um motivo real e os manifestantes chamados de “rebeldes sem causa”, devido a multiplicação das pautas e reivindicações para além da temática inicial do transporte coletivo em São Paulo. No entanto, junho de 2013 foi a expressão dos novos movimentos sociais, que por formarem multidões são marcados por uma pluralidade de identidades, onde não há um único porta-voz e são movidas pelo sentimento compartilhado de indignação que reflete insatisfações difusas na sociedade.

O abismo existente entre sociedade civil e o Estado pôde ser visto nas postagens, nos memes, nos cartazes e gritos dos movimentos sociais contemporâneos, que por não se sentirem representados pelos líderes políticos eleitos, rejeitam a organização formal estabelecida, como os partidos políticos e a democracia parlamentar. As políticas neoliberais intensificaram a crise de representatividade nas últimas décadas, pois como abordado pelo pensamento da cientista política Wendy Brown, retiraram o social da política, despoltizando-a, ao deslegitimar questões sociais importantes, revogando direitos trabalhistas, enfraquecendo o poder sindicatos,

aprofundando a desigualdade social e a concentração de riqueza, ampliando as privatizações, a financeirização da economia e o fortalecimento das instituições bancárias em detrimento do bem estar dos cidadãos.

Os governos de extrema direita se fortaleceram especialmente devido a sua parceria com neoliberalismo, promovendo políticas alinhadas a lógica do mercado, que perseguem os movimentos sociais e se distanciam da democracia real, pois veem a sociedade como um conjunto de indivíduos em competição, responsabilizando-os por seus próprios sucessos ou fracassos financeiros, alimentando a mentalidade meritocrática, rechaçando políticas sociais de combate a pobreza e eximindo o Estado do seu dever de garantir direitos como moradia, emprego, transporte, saúde, educação e segurança. Assim, vimos na segunda década dos anos 2000 uma onda de políticos conservadores da direita e com pensamento antidemocrático subirem ao poder no continente americano, a exemplo do ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro que nunca escondeu seu saudosismo ao período da ditadura militar no país, celebrando-o e participando de manifestações pró-ditadura<sup>56</sup>. A democracia é inimiga do neoliberalismo, pois busca a soberania popular e não a soberania do mercado, tornando-a o principal alvo de políticos autoritários e dos agentes do grande capital como fazendeiros, banqueiros e empresários.

O primeiro capítulo discorreu ainda sobre um dos principais campos de batalha na luta pela democracia real: as ruas. A cidade é a base de reprodução da vida já que é o lugar onde os indivíduos constroem sua identidade, vivem sua cultura e buscam sua realização pessoal e profissional, portanto, o local onde se transita, se trabalha, estuda e se diverte, marcam a forma como os seres humanos absorvem o mundo. Atualmente, as cidades são marcadas pela segregação urbana, tendo a exclusão socioeconômica como parte não somente de sua configuração e arquitetura, como também de sua hierarquia social, colocada em prática principalmente através da moradia e do transporte, já que localização e a capacidade locomoção influenciam no acesso a bens e serviços públicos essenciais. Nas cidades globais do capitalismo, como São Paulo, periferias e favelas são espaços de exclusão urbana, ao privarem seus moradores do direito à cidade. Geógrafos como Ana Fani Carlos esclareceram que essa desigualdade é proposital, já que é executada por um Estado neoliberal que não pensa nas classes mais baixas na distribuição de recursos e em suas políticas públicas, ao contrário, busca reduzir os custos sociais, garantindo crescimento econômico por meio do biopoder, ao

---

<sup>56</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/19/bolsonaro-discursa-em-manifestacao>. Acesso em 31 de outubro de 2023.

estabelecer quais vidas importam e quais devem ser abandonadas à própria sorte, com a missão solitária de “vencer na vida” exclusivamente com esforço pessoal. Uma marca da modernidade é, portanto, a cidadania fragilizada originada a partir da não garantia do direito à cidade e essa fragilidade também é um motor para os movimentos sociais urbanos, pois como foi defendido por Harvey, o direito à cidade é um exercício coletivo.

O repertório de confronto dos movimentos sociais usa a cidade como arma para sua própria retomada. Ao promover passeatas, bloquear ruas e ocupar espaços públicos esses movimentos reivindicam direitos, se expõem nos lugares onde a vida acontece e causam uma ruptura no cotidiano urbano, não apenas provocando transtornos ao atrapalhar o ir e vir, mas também provocando reflexão sobre a espoliação urbana que assalta e marginaliza as pessoas. Nos protestos de junho de 2013 às ruas foram tomadas por milhares de pessoas em diversas capitais e até cidades do interior do país, através de momentos de demonstração, com construções simbólicas através de cartazes, músicas e gritos, além de momentos de ruptura impedindo a fluidez do trânsito, fechando avenidas, fazendo barricadas, queimando pneus e quebrando vidraças. O que se viu foram as mesmas cidades que reproduzem diariamente contrastes, injustiças e desigualdades sendo usadas como forma de resistência à sua subversão, ou seja, resistência às tentativas de convertê-la em um mero artefato do capital, com o apoio das instituições públicas que acionam o seu poder coercitivo e permitem a repressão e violência policial que marcaram junho 2013. Assim, as Jornadas consolidaram as ruas como território de disputa física e simbólica entre movimentos sociais, empresas privadas e Estado.

O capítulo dois apresentou como as redes sociais online também se tornaram outro território de disputa por poder. O ciberespaço, assim como as cidades, é um lugar onde a vida acontece, considerando que também é um produto das relações humanas construídas por meio de uma rede de significados e sentidos que produzem identidades, culturas e inteligência coletiva, fazendo de redes sociais como o facebook, o twitter, o whatsapp e o youtube importantes plataformas de comunicação, produção de narrativas digitais, de histórias compartilhadas, de integração social, de articulação política e do sentimento de pertencimento a um grupo ou causa social. Cada um desses elementos se mostraram essenciais para os ciberativistas explorarem novas práxis, que garantiram ao ciberespaço o título de agora eletrônica, bem como ajudaram a construir suas redes de contra-poder.

A mobilização política nas malhas digitais contou com o surgimento de mídias alternativas à imprensa tradicional, grupos de hackers e de jornalistas cidadãos que alimentam a internet com fotos, vídeos e publicações, conectando ruas e redes. O segundo capítulo apontou a criação desses espaços híbridos entre ruas e redes durante os protestos de junho de

2013, com a contribuição de jornalistas amadores que registraram o desenvolvimento das manifestações com áudios e imagens de caráter testemunhal, que com sua estética inacabada alcançaram aqueles que eram meros espectadores, a exemplo do grupo Mídia Ninja, que foi um dos principais responsáveis pela cobertura do que acontecia nas ruas das capitais, chocando as pessoas com imagens da violência policial desmedida. Também foi colocado em evidência, que o engajamento online além de ter trazido mais visibilidade para as mobilizações, empoderou os ativistas na medida em que possibilitou o desenvolvimento e a ampla disseminação de uma contra narrativa, que se opunha às tentativas promovidas por políticos e pela grande mídia de deslegitimar os protestos.

O ciberativismo coloca em movimento uma das formas de poder apontada no pensamento de Galbraith: o poder de persuasão. Persuadir é mais efetivo do que apenas punir ou recompensar, pois significa ganhar a mente das pessoas, sua capacidade de julgamento e influenciar suas escolhas de comportamento social, lembrando da defesa do sociólogo Manuel Castells de que a forma como as pessoas pensam determina o destino das instituições. Neste sentido, as Jornadas de Junho marcaram também o momento em que partidos políticos, empresários e movimentos sociais tomaram ciência do potencial do ativismo online em reconfigurar a realidade brasileira, ao resistir e até romper com as narrativas predominantes, além de atuar como mídia de afetos capaz de mobilizar sentimentos como solidariedade, empatia, ódio, medo e indignação para instigar engajamento político.

Falar na reconfiguração do político levou ao debate sobre a relação entre as novas tecnologias da comunicação e a promoção da pós-verdade, nos convidando a olhar para o lado sombrio do ciberespaço. A atuação dos algoritmos modulando as redes ao coletar dados, estabelecer padrões de consumo, oferecer conteúdos personalizados e formar bolhas que eliminam a diversidade e homogeneízam opiniões, alertam para o fato de que nem todos agem de forma consciente na internet. Esse ambiente mostrou-se propício à criação e compartilhamento de notícias falsas em larga escala, que estimulam o descaso com a verdade, espalham teorias da conspiração e reconstróem a realidade, através de plataformas digitais com pouca ou nenhuma regulamentação direcionada a combater mentiras e discursos de ódio, como o whatsapp, aplicativo de mídia social mais presente nos smartphones dos brasileiros, que propicia acesso a conteúdo circulados em mídias sociais como o facebook ou twitter a usuários que não se encontram registrados, ou que acessam pouco essas plataformas, fazendo com que os conteúdos já cheguem ao usuário final enviesados, filtrados através de múltiplas mediações tanto algorítmicas quanto humanas (CESARINO, 2019).

Ao longo desta pesquisa foram abordados alguns exemplos das consequências da morte da objetividade e da informação baseada em fatos, que vão desde a razão sendo minada com teorias negacionistas e ataques à ciência, até uma política baseada em mentiras direcionadas à corrosão de valores democráticos. Hoje, o uso do termo sociedade do espetáculo faz ainda mais sentido, pois vivemos uma mistura de noticiário, política, entretenimento, fantasias e paranoias, já que a morte da objetividade nos alivia da obrigação de estar certos: não precisa ser verdade, precisa ser interessante (FISH, 2018). Assim, as fakes news têm sido amplamente usadas por grupos de direita para seduzir as pessoas com “verdades alternativas” e com princípios neoliberais, com o intuito de forjar a imagem dos “inimigos públicos” e alavancar campanhas de políticos autoritários com o auxílio e expertise de empresas de tecnologia da comunicação, como think tanks, colocando em xeque a possibilidade de efetivação de uma cidadania digital.

O último capítulo permitiu visualizar a ação do ciberativismo durante as Jornadas de Junho e sua capacidade de empoderamento através da articulação entre resistência, contrapoder e reconfiguração, expressos na linguagem ciberativista que foi explorada ao máximo por sujeitos e movimentos sociais que participaram daquelas mobilizações, por meio de processos de ressignificação, do compartilhamento de imagens na altura do homem, da produção e publicação de memes e charges, do *hashativism* e do *swarming*, que convocaram as pessoas a saírem do ciberespaço e ocuparem as ruas, assim como contra atacaram ideias, políticas, jornalistas e instituições engajados em condenar e dar fim aos protestos.

Vimos que é um erro colocar as Jornadas como a raiz dos males políticos que acometeram o Brasil desde então, o que devemos fazer é entender que a direita aprendeu muito mais com junho de 2013 do que a esquerda, ao capturar de forma certa os sentimentos que estavam a flor da pele naqueles protestos, tais como desesperança, desprezo político, angústia com relação ao futuro, clamor por um sistema anticorrupção, bem como a despolitização e a redução da política fundamentada no diálogo e na autêntica participação dos cidadãos, foram intensificadas pelo lulismo que caiu na armadilha de acreditar que a política se resume apenas à institucionalização dos movimentos sociais e à gestão racional de recursos limitados, o que resultou em um Parlamento disposto a fazer qualquer coisa para se autopreservar e manter boas relações com setores vitais do empresariado (COSTA, 2018). O vazio trazido pela crise de representatividade foi preenchido pelos temas de anticorrupção e do antipetismo que se tornaram centrais para o ativismo da direita nas redes e nas ruas na última década. Logo, é notável a supremacia dos grupos de direita nas ruas desde 2013, reivindicando-as aos “verdadeiros brasileiros”, através da apropriação dos símbolos nacionais, além de sua atuação em maior número, em comparação aos tradicionais movimentos de esquerda.

Registros das dinâmicas sociais nos acampamentos em frente aos quartéis do exército após a eleição presidencial de 2022 e das cenas de depredação ao congresso naquele fatídico 8 de janeiro de 2023, causaram assombro e dúvidas: por que mais de três mil pessoas se prontificaram a deixar o conforto de seus lares, enfrentar as intempéries do clima, o risco das ruas e a possibilidade de serem presos, após a vitória legítima de um candidato nas urnas? Os debates e discussões na tentativa de responder a essa pergunta continuam: na academia alguns o abordam como um movimento messiânico, outros como produto de uma guerra híbrida, o senso comum questiona a sanidade dessas pessoas, chamando-os de loucos ou “bolsominions”, como sinônimo de alienados. O que nós - cientistas ou não - devemos fazer, é reexaminar quem obtém o quê da ciência e da tecnologia, pois a direita também mostrou-se dominante nas redes sociais desde 2013, explorando as potencialidades do ciberativismo - que marcaram as jornadas de junho - para dar visibilidade a suas ideias, disseminar mentiras, envolver as pessoas em uma narrativa de ataque a democracia e criar uma rede de indignados dispostos a sair do ciberespaço para proteger um Brasil que acreditam estar em extinção, devido ao consumo frenético de teorias da conspiração, recebidas principalmente via whastapp, que enfatizam os perigos da corrupção política e espalham o medo a subversão de valores conservadores relacionados a “Deus, pátria e família”. Ironicamente, os sujeitos alvo desse ciberativismo de direita, buscam a verdade que “a Globo não mostra”<sup>57</sup>, por isso é compartilhada em suas redes sociais e tem a importante figura pública de Jair Bolsonaro como o principal defensor dessa busca, expressando-a pelo lema bíblico: “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”<sup>58</sup>. Portanto, para as pessoas que marcharam até o congresso naquele dia, a impossibilidade de Bolsonaro permanecer na presidência, representava também a impossibilidade de expor a verdade e salvar o país.

A ascensão do bolsonarismo e a tentativa de golpe em janeiro de 2023 estão, portanto, ligadas às estratégias de uma direita que capitalizou as críticas à política convencional e propôs candidatos que se apresentavam como uma alternativa a ela, promovendo uma abordagem política que desafiava o sistema estabelecido e defendia explicitamente o fim da democracia, tendo como seu motor as novas tecnologias da comunicação (COSTA, 2018). O capitalismo de vigilância é o fio condutor de tais eventos, pois forneceu os dados, a expertise e os atores sociais que ampliaram a oposição ao PT e alavancaram valores antidemocráticos, nos fazendo

---

<sup>57</sup> AVILA, Edilaine. Funções estratégicas de composição do discurso midiático em “Isso a Globo não mostra”. Anais de Resumos Expandidos do Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais, v. 1, n. 4, 202

<sup>58</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/14/bolsonaro-cita-biblia-e-diz-que-faz-campanha-simples-sem-milhoes-do-pt.htm>. Acesso em: 12 de março de 2024.

questionar o papel das big techs na preservação da democracia brasileira. As think tanks que ajudaram a construir a narrativa deslegitimadora do processo eleitoral responsável por colocar o Lula na presidência em 2022, encontraram caminho livre no ciberespaço, que é regulamentado por uma legislação ainda tímida e insuficiente, pois encontra entraves no discurso da “liberdade de expressão”, bem como nos agentes políticos e econômicos que se beneficiam da crença de que a internet “é terra de ninguém”.

Longe de dar conta de todas as narrativas sobre as Jornadas de Junho produzidas até aqui, o último capítulo teve como intuito entender que o ciberativismo não pode ser patenteadado pela direita ou pela esquerda, pela democracia ou pelo fascismo, pois o mesmo irá servir aos propósitos nos quais for empregado, empoderando os grupos e as ideologias que o usarem em seu repertório de confronto. Diferentes interpretações sobre um mesmo acontecimento, nem sempre nos obrigam a escolher um lado, mas sim enriquecem o nosso campo de análise, ampliando as possibilidades de diálogo e nos mostrando várias formas de construir o mosaico que foi aquele mês, que acabou, mas a disputa por seu significado não terminará tão cedo. Romper a dualidade a qual tendemos a nos inclinar, é fundamental para compreender junho de 2013, que não pode ser definido como espontâneo, mas também não pode ser determinado como agenciado, que disputou o espaço público em plataformas digitais privadas como o facebook e o twitter, que contou com ataques virtuais de think tanks, de hackers e mídias alternativas que criaram grupos como o MBL, trazendo a luz o principal desafio dos anos seguintes: o de articular um movimento consciente, crítico e democrático, dentro do capitalismo de vigilância, em meio aos engenheiros do caos.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AFONSO, Carlos A. (org). **Governança na Internet: contexto, impasses e caminhos**. Rio de Janeiro: Editora Peirópolis, RITS, 2005.

AGHAEI, Sareh; NEMATBAKSHI, Mohammad Ali; FARSAANI, Hadi Khosravi. **Evolution of the World Wide Web: from Web 1.0 to Web 4.0**. International Journal of Web & Semantic Technology (IJWesT), v. 3, n. 1, jan. 2012. DOI: 10.5121/ijwest.2012.3101. Disponível em: <http://airccse.org/journal/ijwest/papers/3112ijwest01.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

ALBAGLI, S; MACIEL, M. L. **Informação, conhecimento e poder: a partir do Sul, para além do Sul**. In: ALBAGLI, S; MACIEL, M. L. Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p. 9-41.

ALCÂNTARA, L. **Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões**. Aurora: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v. 8, n.23, p. 73-97, jun.-set. 2015.

ALEXANDRE, Silvio. **William Gibson, O Autor e sua Obra, Neuromancer**. São Paulo: Aleph, 1991.

ALEXANDRE, Sílvio. **O autor e sua obra**. In Consultor Jurídico. Disponível em: [https://www.conjur.com.br/2004-mai-17/ciberespaco\\_melhor\\_produto\\_revolucao\\_comunicacao?pagina=3](https://www.conjur.com.br/2004-mai-17/ciberespaco_melhor_produto_revolucao_comunicacao?pagina=3). Acesso em: 20 de outubro de 2022.

ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. São Paulo: Lua Nova, 2009.

ALONSO, Angela. **Treze: a política de rua de Lula e Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

ANDRADE, Daniel Pereira. **O que é neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais**. Sociedade e Estado, v.34, n. 1, p. 211-239, 2019.

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs) Pós Neoliberalismo – As Políticas Sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

ANTOUN, H.; MALINI, F. **Ontologia da liberdade na rede: as multimídias e os dilemas da narrativa coletiva dos acontecimentos**. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 19., 2010, Rio de Janeiro. Anais, Rio de Janeiro: Compós, 2010.

ANTOUN, Henrique (Org.). **WEB 2.0 – Participação e Vigilância na era da comunicação distribuída**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

ANTOUN, Henrique. **Biopolítica, Resistência e Mídia Livre na Comunicação em Rede**. III Simpósio Nacional. ABCiber (São Paulo), p. 1-10, 2009. Disponível em: <http://migre.me/ea2cf>. Acesso em: 17.04.2013.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BENKLER, Y. **The wealth of networks. How social production transforms markets and freedom**. New Haven and London: Yale University Press, 2006. Disponível em: [http://cyber.law.harvard.edu/wealth\\_of\\_networks/Download\\_PDFs\\_of\\_the\\_book](http://cyber.law.harvard.edu/wealth_of_networks/Download_PDFs_of_the_book). Acesso em: 18 out, 2022.

BERNARDES, Antonio. **Haters, pós-verdade é fake News: se entrelaçam em redes sociais**. Geograficidade, v.10, n. Especial, Outono 2020.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Politeia, 2019.

CALDAS, P. S. **O Paradigma dos novos movimentos sociais para a defesa dos direitos da criança e do adolescente – breves análises**. Sociedade em Debate, Pelotas, p. 69-78, jul./dez. 2012. Disponível em: <link>. Acesso em: 03 jan. 2015.

CAPELLI, Claudia et al. **Cibercultura**. In: Relatórios Técnicos do DIA/UNIRIO, Rio de Janeiro, n. 01, 2016.

CARLOTTO, Maria Caraméz; ALTMAN, Breno (Org.). **Junho de 2013: A rebelião fantasma**. São Paulo: Boitempo, 2023.

CARLOTTO, Maria Caraméz. **Golpe e revolução**. In: CARLOTTO, Maria Caraméz; ALTMAN, Breno (Org.). Junho de 2013: A rebelião fantasma. São Paulo: Boitempo, 2023.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARLOS, Eliana Natividade. **A mídia e as manifestações de junho de 2013: uma análise de produtos midiáticos**. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://static.casperlibero.edu.br/uploads/2015/04/ELIANA-NATIVIDADE-CARLOS.pdf>.  
Último acesso em: 20 de novembro de 2022.

CARMO, Michelly Eustáquia. **O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social**. Cad. Saúde Pública vol.34 no.3 Rio de Janeiro, 2018.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 115.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. São Paulo: Zahar, 2018.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira. Do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

CONSTANT, Benjamim. **A liberdade dos antigos comparada à dos modernos**. São Paulo: Revista Filosofia Política, 1985.

CHARTIER, R. **O mundo como representação**. Estudos Avançados, 5(11), 173-191. 1991. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>. Acesso em 12 de janeiro de 2023.

ELLIOTT, Anthony. **A teoria do novo individualismo**. Revista Sociedade e Estado – Volume 33, Número 2, Maio/Agosto, P.465-486, 2018.

FERNANDES, Sarah. **Para nós a periferia é um país diz poeta Sérgio Vaz**. Rede Brasil Atual, 2016. Disponível em: [https://www.redebrasilatual.com.br/cultura/2016/08/2018e-hora-da-caca-contar-um-pouco-da-historia2019-diz-sergio-vaz-sobre-cultura-na-periferia-934/?\\_\\_cf\\_chl\\_jschl\\_tk\\_\\_=pmd\\_0458aefd9564a986060404c5f478654a9df8fdb1-1627005795-0-gqNtZGzNAmKjcnBszQfO](https://www.redebrasilatual.com.br/cultura/2016/08/2018e-hora-da-caca-contar-um-pouco-da-historia2019-diz-sergio-vaz-sobre-cultura-na-periferia-934/?__cf_chl_jschl_tk__=pmd_0458aefd9564a986060404c5f478654a9df8fdb1-1627005795-0-gqNtZGzNAmKjcnBszQfO). Acesso: 2 de julho de 2021.

FOLHA DE S. PAULO. **Jovens dão mais valor a internet do que a namoro moradia e carro**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/978270-jovens-dao-mais-valor>. Acesso: 12 de abril de 2022.

FRAU-MAGIS, D. **Media and Information Literacy (MIL): Taking the digital social turn for online freedoms and education 3.0**. In: Wainsbord S. and Tumber H. (eds), The Routledge Companion to Media & Human Rights, Routledge, Abingdon, 2017.

FOSS, S. K. **Framing the study of visual rhetoric: Toward a transformation of rhetorical theory**. In: HILL, C.A.; HELMERS, M., Defining visual rhetorics. London: Routledge, p. 303-313, 2004.

FROHMAN, B. **Taking policy beyond information science: applying the actor network theory for connectedness – information, systems, people, organizations**. In: Connectedness: Information, Systems, People, Organizations, the 23RD ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, Edmonton, Alberta, 7-10 June 1995. Disponível em: <http://instruct.uwo.ca/faculty/Frohmann/actor.htm>. Acesso em jan. 2019.

GALVÃO, Andréia. **Marxismo e movimentos sociais**. Campinas: Crítica Marxista, 2005.

GIBSON, William. **Neuromancer**. São Paulo: Editora Aleph, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

GOHN, Maria Da Glória. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. São Paulo: Vozes, 2014.

GOMES, Wilson. **A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política**. Disponível em: <file:///C:/Users/Terra%20Viva/Downloads/6394-19405-1-SM.pdf>. Acesso em: 12 Jan. 2014.

GUIMARÃES, Rackel Santos; SOARES, Tiago. **Mea culpa e a autorreferencialidade na cobertura dos protestos no Brasil**. In: II Colóquio Semiótica das Mídias, Japaratinga-Alagoas, 25 de setembro de 2013. Disponível em: [http://www.ciseco.org.br/images/coloquio/csm2/CSM2\\_RaquelThiago.pdf](http://www.ciseco.org.br/images/coloquio/csm2/CSM2_RaquelThiago.pdf). Acesso em 29 de novembro de 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v.4.

HAMIT, Francis. **A realidade virtual e a exploração do espaço cibernético**. Consultor Jurídico, 1993. Disponível em: [https://www.conjur.com.br/2004-mai-17/ciberespaco\\_melhor\\_produto\\_revolucao\\_comunicacao?pagina=3](https://www.conjur.com.br/2004-mai-17/ciberespaco_melhor_produto_revolucao_comunicacao?pagina=3). Acesso em: 20 de outubro de 2022.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade: notas sobre a mentira na era Trump**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. Tradução de Susana Alexandria. São Paulo: Aleph, 2009.

LESSIG, Lawrence. **The net's new enclosures code and other laws of cyberspace**. New York: Basic Books, 1999.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo, Loyola, 2000.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

LIMA, Mariana. **Brasil tem 5,1 milhões de domicílios em favelas, segundo IBGE**. Observatório do Terceiro Setor, 2020. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasil-tem-5-1-milhoes-de-domicilios-em-favelas/>. Acesso em: 18 de julho de 2021.

LOWY, Michael. **Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil**. Serv.Soc., São Paulo, n. 124, p. 652-664, dez. 2015.

MARICATO, Ermínia... [et al.]. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram conta do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARTINS, J. S. **Sujeito Multidão**. Estado de São Paulo, 22 mar. 2015. Caderno Aliás, p. E3. Disponível em: <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,sujeito-multidao>. Acesso em: 15 dez. 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L & PM Editora, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MILL, John Stuart. **A Liberdade/Utilitarismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MOULIER BOUTANG, Yann. **Wikipolítica e economia das abelhas. Informação, poder e política em uma sociedade digital**. In: Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social /Maria Lucia Maciel e Sarita Albagli (orgs.). Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p.67-103.

MOULIER BOUTANG, Yann. **Le capitalisme cognitif: la nouvelle grande transformation**. Paris: Amsterdam, 2007.

MORAES, Fernando Dreissig. **Entre as redes e o espaço geográfico: algumas considerações teóricas**. In: Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 14, n. 47 Set, p. 139–149, 2013.

MORAES, Denis de. **O concreto e o virtual: mídia, cultura e tecnologia**. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

NEGRI, A.; HARDT, M. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

NUNES, Paula. **Sobre Junho de 2013 e o movimento negro brasileiro contemporâneo**. In: CARLOTTO, Maria Caraméz & ALTMAN, Breno (Org.). **Junho de 2013: A rebelião fantasma**. São Paulo: Boitempo, 2023.

OLIVEIRA, Danili; FERRARI, Anderson; MACHADO, Nathalye. **Ninguém solta a mão de ninguém: conectados/as em rede, resistimos**. Sessão Temática: PPGE-UEPG: 25 anos de história, v. 14 n. 2, 2019.

PARENTE, André (org). **Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação**. Porto Alegre. Ed. Sulina, 2004.

PARK, Robert. **On Social Control and Collective Behavior**. Chicago. 1967.

PORTAL G1. **Linha do tempo das manifestações de junho de 2013**. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/>. Acessado em 15 de novembro de 2016.

PRIVACIDADE Hackeada. Direção de Karim Amer, Jehane Noujaim. Estados Unidos: Netflix, 2019.

PIMENTEL, Tiago; SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Cartografia de espaços híbridos: As manifestações de Junho de 2013**. In: Carta Potiguar, Rio Grande do Norte, 31 de julho de 2013. Disponível em: <https://bit.ly/1aWIYHr>. Acesso em 25 de maio de 2020.

RANCIERE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RIGITANO, Maria Eugênia. **Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente**. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rigitano-eugenia-redes>. Acesso em: 18 abr. 2013.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre, Sulina, 2009. Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/arquivos/redessociaisnainternetrecuero.pdf>. Acesso em: 25 Jan. 2014.

RECUERO, Raquel. **A conversação como apropriação na comunicação mediada pelo computador**. Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/arquivos/raquelrecuerolivrocas>. Acesso em: 05 de Fev. de 2014.

RECUERO, Raquel. **O “Dark Side” da Mídia Social: Colisão de Contextos no Facebook**. Disponível em: <http://www.pontomidia.com.br/raquel/arquivos/2012/07/o-dark-side>. Acesso em: 13 Fev. 2019.

RECUERO, Raquel. **Estudos de redes sociais na internet**. Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/arquivos/2008/05/estudos-de-rede.html>. Acesso: 13 Fev. 2019.

RECUERO, Raquel. **Uma reflexão sobre redes sociais online e off-line**. Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/arquivos/2009/07/uma-reflexao-so.html>. Acesso em: 20 Jan. 2019.

ROCHA, Camila. **As direitas não precisaram de Junho de 2013**. In: CARLOTTO, Maria Caraméz & ALTMAN, Breno (Org.). *Junho de 2013: A rebelião fantasma*. São Paulo: Boitempo, 2023.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2004.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras. E-book, 2012.

SINGER, André. **Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas**. *Novos Estudos - CEB'P*, São Paulo, n. 97, p. 23-40. 2013.

SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras. E-book. 2018.

SILVA, Carlos Alberto da; TANCMAN, Michele. **A Dimensão Socioespacial do Ciberespaço: uma nota**. *Geographia*, Rio de Janeiro, ano 1, nº 2, p. 55-66. 1999.

SILVA, Gustavo Siqueira da. **Locale Digital: (Re)construindo no ciberespaço as identidades territoriais da migração brasileira**. 2007. 277 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Democracia e os códigos invisíveis: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas**. 1 ed. São Paulo: Edições SESC-SP, 2019. v. 1, e-book.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo**. Revista USP, São Paulo, nº 86, p. 28-39, 2010.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

VAZ, Sérgio. **Somos nós**. Portal Geledés, 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sergio-vaz-quem-grita-somos-nos/>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira (coord.). **Mapa da exclusão /inclusão social da cidade de São Paulo: EDUC**, 1996.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

TAKAHASHI, Tadao (Org). **Livro Branco da Ciência, Tecnologia e Inovação**. Brasília, 2002.

TILLY, Charles. **Movimentos sociais como política**. Revista Brasileira de Ciência Política, n 3, Brasília, janeiro-julho de 2010, p.133-160.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

UGARTE, David de. **O poder das redes: manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas chamadas a praticar o ciberativismo**. Tradução Glenda Ávila. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

VAZ, Sérgio. **Somos nós**. Portal Geledés, 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

VEIGA, João Marcos. **Novas faces do interior: cidades de Minas Gerais em rede durante os protestos de junho de 2013**. In: SILVA, Regina Helena Alves (org). Ruas e redes: dinâmicas dos protestos no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 89-112. 2014.

VELOSO, Ricardo Viana. **O ciberespaço como ágora eletrônica na sociedade contemporânea**. In: Ci. Inf., Brasília, v. 37, n. 2, p. 103-109, maio/ago, 2008.

VILELA, E. **Resistência e acontecimento: as palavras sem centro**. In: KOHAN, W. O.; GONDRA, J. (Orgs.). Foucault 80 anos. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 107-128.

VIEIRA, Vivian Peron Patrícia. **O papel da comunicação digital na Primavera Árabe: apropriação e mobilização**. V Congresso da Cosmopolítica, realizado entre os dias 08 e 10 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-/2013/05/GT05>. Acesso em 15 de maio de 2020.

ZENHA, Luciana. **Redes sociais online: o que são as redes sociais e como se organizam?** Caderno de Educação Caderno de Educação Caderno de Educação, ano 20 - n. 49, v.1, 2017/2018 - p. 19 a 42.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2019.

YOUTUBE. **Junho: o mês que abalou o Brasil**. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=eK\\_S\\_46oEkY](https://www.youtube.com/watch?v=eK_S_46oEkY). Acesso em: 20 de agosto de 2020.

YOUTUBE. **Ninguém é Black Bloc**. Disponível em: <https://youtube/jBE0cDwCFJU>. Acessado em: 4 de outubro de 2020.